

P O R T U G A L
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CENTRO
DE
ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

R E V I S T A

NÚMERO 1

L I S B O A / M C M X L V

	Pág.
PALAVRAS DE APRESENTAÇÃO, PELO PROF. DOUTOR <i>ANTÓNIO DE ALMEIDA GARRETT</i>	7
DISCURSO DE S. EX. ^ª O MINISTRO DAS FINANÇAS NA SESSÃO INAUGURAL DOS CENTROS DE ESTUDO	9
OS TIPOS CONSTITUCIONAIS NOS PORTUGUESES, PELA DR. ^ª <i>D. LEOPOLDINA FERREIRA PAULO</i>	15
ORIGENS E EVOLUÇÃO DO URBANISMO EM PORTUGAL, PELO PROF. DOUTOR <i>ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO</i>	39
CARACTERES DEMOGRÁFICOS DO DISTRITO DE LISBOA, PELO DR. <i>AMÂNDIO PAUL</i>	79
SOBRE O ACERTO DA LOGÍSTICA À POPULAÇÃO PORTUGUESA, PELO DR. <i>JOAQUIM JOSÉ PAIS MORAIS</i>	105
BIBLIOGRAFIA (Resumos de trabalhos desde 1940)	119
LEGISLAÇÃO	135
NOTAS E NOTÍCIAS	141.

NOTA — As matérias expostas nos trabalhos publicados nesta Revista são da inteira responsabilidade dos seus autores.

PALAVRAS DE APRESENTAÇÃO

Algumas palavras, embora breves, devem preceder o texto de êste volume, com o qual a Revista do Centro inicia a sua vinda a público.

Nasce ela em cumprimento da missão que ao Centro de Estudos Demográficos foi superiormente determinada, nos termos da Portaria n.º 10.619 (de 11 de Março de 1944), em efectivação do propósito enunciado no Decreto-lei n.º 33.274 (de 24 de Novembro de 1943). Naqueles termos compete ao Centro o estudo dos problemas da população e nomeadamente os relativos à demografia, à hygiene e à vida social e económica.

De essa incumbência deriva a publicação de um órgão do Centro, por meio do qual se opere a divulgação dos referidos estudos, servindo ao mesmo tempo para estimular a produção de trabalhos que possam vir à luz nas suas páginas.

A índole desta revista corresponde, pois, à esfera de actividades do Centro. Esta, dentro da citada orientação superior, não se limita aos estudos de demografia pura, ou seja à avaliação numérica dos caracteres estáticos e dinâmicos dos agrupamentos que constituem o povo português; entendeu-se que os elementos estatísticos não deviam considerar-se somente em si, no cotejo do passado e do presente, e consequentes possíveis previsões, mas que deviam relacionar-se com os diversos aspectos, materiais e morais, económicos e sanitários, da vida colectiva. Assim, o âmbito se alarga até aos confins do que é matéria, própria e exclusiva, da hygiene pública, da economia política e da sociologia. Ultrapassar êsses limites seria invadir campos alheios, desvirtuando a missão que lhe foi entregue; mas só alcançando-os, tocando-os, se dará a tais estudos o interesse nacional que deve ser o seu principal objectivo.

Tão vasto campo de acção precisava de ser repartido, distribuindo-se os temas a versar num certo número de grupos; para evitar os perigos das classificações mi-

nuciosas e da dispersão de esforços, julgou-se preferível que êsse número fôsse pequeno. As matérias para estudo foram agrupadas da seguinte maneira:

- I — Problemas qualitativos da população.
- II — Geo-demografia, Migrações, Urbanismo.
- III — Movimento fisiológico da população.
- IV — Demografia sanitária.
- V — Problemas demógrafo-sociais.
- VI — Metodologia da estatística demográfica.

Na revista, os artigos originais vão dispostos, conforme os assuntos, pela ordem em que estão seriados os grupos de matérias. Em cada número, a seguir aos artigos originais, vão resumos dos trabalhos publicados em Portugal ou sobre assuntos portugueses, fichas bibliográficas de estudos estrangeiros de valia, indicações da legislação de interesse demográfico e notas várias cujo conhecimento possa ser útil aos leitores.

Pretende-se, por esta forma, que a revista seja o repositório de tudo o que interessa ao apuramento dos problemas nacionais ligados ao estudo da população. Para que tal se consiga, é necessário que tenha o auxílio de todos quantos possam contribuir com o fruto do seu labor para lhe dar merecimento e vitalidade. A direcção do Centro espera que não faltarão as indispensáveis dedicações de prestantes colaboradores. Se a obra grangear positiva valia, a êstes a ficará devendo.

E são escusadas mais palavras, para se dizer ao que vem esta nova publicação. Da importância do empreendimento lançado com a criação do Centro, falou Sua Excelência o Sr. Ministro das Finanças, no discurso que proferiu no acto de posse dos componentes dos Centros de Estudos, discurso que se insere, como é de inteira justiça, no primeiro lugar do presente volume. Nada mais nos cumpre que procurar conseguir que os seus patrióticos intuitos sejam plenamente realizados.

15 de Junho de 1945.

ANTÓNIO DE ALMEIDA GARRETT

DISCURSO DE S. EX.^A O MINISTRO DAS FINANÇAS NA SESSÃO INAUGURAL DOS CENTROS DE ESTUDO

Ser-me-á certamente relevado que neste acto inaugural eu ponha, além do interêsse a que me obrigam a função que desempenho e a importância dos serviços que destes centros se esperam, um entusiasmo pessoal que o amor da profissão e a formação de espirito me não deixam dominar.

É que os dois primeiros centros de estudos criados ao abrigo do decreto n.º 33.274 têm como objectivo ramos de investigação a que durante anos dei, e sempre quereria dar, o meu esforço e, embora não tenha sido essa a razão da iniciativa, não me é possível ser indiferente à coincidência.

Se é certo que o meu íntimo desejo neste momento seria estar entre Vossas Excelências como colega, procurarei, no entanto, nas breves palavras que tenho a honra de lhes dirigir, limitar-me a expor o que aos centros se pede, sem me arriscar em caminhos já em tempos percorridos e hoje saudosamente recordados que me podiam levar, numa ironia do destino, a meter em seara alheia a minha foice.



Estes centros foram criados com o objectivo fundamental de aumentar, por um permanente e sistemático trabalho de interpretação, o rendimento dos serviços de estatística a cujo progresso, depois da publicação da lei n.º 1.911, o Estado tem dado a maior atenção e o pessoal do Instituto um devotado esforço que me apraz registar aqui.

A primeira fase da reforma da estatística foi a da organização dos serviços,

do maior rigor da notação, do aumento do número e da regularidade das publicações. Nesse sentido se realizou já uma inegável melhoria e, se a obra não pode de modo algum considerar-se terminada, é porque em muitos campos há ainda vasto trabalho a fazer para atingir o nível que em outros se alcançou, porque não há limites às possibilidades de aperfeiçoamento e porque tem de ser constante o esforço de adaptação dos serviços a condições e necessidades em permanente mutação.

Julga-se, no entanto, ter caminhado já o bastante para encarar um novo aspecto do problema da estatística em Portugal.

Poderá dizer-se, e aduzir em abôno de tal posição argumentos sérios, que a função do Instituto Nacional de Estatística se deve limitar a colher dados, apurá-los, agrupá-los e dar-lhes publicidade com suficiente actualização e regularidade para que uns possam dêles tirar imediatamente informações e noções «úteis» e outros possam sôbre êles construir sistemas, analisar fenómenos, dividir leis.

Os serviços oficiais de estatística terminariam assim a sua missão no momento em que facultam aos homens do Governo e às actividades privadas dados que lhes permitam actuar com um completo conhecimento das realidades, e aos homens de ciência séries que lhes tornem possíveis investigações seguras.

E certo que difficilmente os serviços do Instituto Nacional de Estatística, como qualquer outra organização do mesmo género, podem ir mais além; mas não é menos verdade que, da sua ligação immediata com aquêles que nos diversos sectores de trabalho científico podem utilizar os seus dados, há direito a esperar, por um lado, um melhor aproveitamento dêstes e, por outro, uma mais perfeita e constante adaptação dos serviços de estatística às necessidades que devem satisfazer.

Os trabalhos de apuramento e publicação do I. N. E. não podem — sob pena de assumir incomportável volume e representar desperdício de meios pessoais e materiais — estender-se a tôdas as possíveis combinações que os seus recursos de notação lhe oferecem. Tem por isso de limitá-los ao que a tradição dos serviços, as críticas ou sugestões que recebe, e os estudos dos seus próprios dirigentes, indicam como sendo de mais geral utilidade ou de mais provável interêsse. Da ligação directa entre o Instituto e os que para investigação científica utilizam os seus dados pode assim resultar uma maior adequação dêstes às exigências daquelle e, ainda, o aproveitamento de vasto material latente para averiguações ou esclarecimentos que só o decurso do trabalho científico mostre convenientes e que muitas vezes se julgam de impossível obtenção.

*

Da realização destes objectivos, podem, porém, tirar-se resultados que os ultrapassem.

Não são muitos em Portugal os que se dedicam à investigação científica. A sua reunião nos centros que com o espirito exposto se criaram, deve trazer um melhor rendimento de trabalho e um mais ordenado aproveitamento de esforços, sem prejuizo daquela liberdade de iniciativa e daquela homenagem à inspiração que são indispensáveis a todo o trabalho intelectual; o contacto e colaboração estabelecidos para um mais completo aproveitamento do processo de investigação que é a estatística pode constituir «meio» propício ao progresso geral dos ramos de conhecimento que utilizam.

Se os membros dos centros de estudo não são, como tais, funcionários públicos, se não têm um estatuto que os obrigue a determinado trabalho, se são simplesmente pessoas acreditadas junto do Instituto para directamente colaborar com êle e utilizar, nas investigações a que se dedicam, os seus recursos, espera-se que da sua reunião à roda deste serviço resultem, além dos benefícios directos já apontados, condições para uma mais intensa actividade científica nos ramos de conhecimento que cultivam.

Os centros não serão, assim, academias, porque não são altas assembléias para apresentação de estudos; são instrumentos activos de estudo ordenado de determinados problemas, órgãos naturalmente votados à realização sistemática de trabalhos de investigação e à orientação proveitosa dos serviços do Instituto.

*

Natural é que se pergunte por que razão se escolheram os estudos económicos e demográficos para a instalação dos primeiros centros.

Não é difícil a justificação.

Em primeiro lugar, é em relação aos fenómenos económicos e da população que os serviços do Instituto se acham, talvez, mais desenvolvidos e oferecem, portanto, mais vastas possibilidades de aproveitamento; trata-se de resto dos campos em que a estatística tem mais larga aplicação.

Mas há, além dêsse motivo ligado às possibilidades de acção, um outro dependente das necessidades que a dominam.

É que o estudo e esclarecimento dessas duas ordens de problemas representam instantes necessidades nacionais no momento em que as condições de vida dos povos sofrem uma transformação profunda, as doutrinas uma revisão activa, e os próprios ideais prosseguidos pelos homens passam transes de crise.

Impõe-se, assim, para uma boa defesa dos interesses da Nação através de uma política esclarecida, o maior e melhor esforço no conhecimento dos problemas, na avaliação de necessidades, na análise dos fenómenos, na investigação das suas causas, na preconização de soluções.

Os centros que agora se criam não são pois puros órgãos de investigação teórica. Devem, pelo contrário, constituir núcleos de estudo dos problemas concretos da vida nacional nos sectores que abrangem, e ser, portanto, elementos úteis à orientação da política económica e da política demográfica a seguir.

Isto não exclue, antes supõe, que sejam estudados e cultivados os problemas da ciência pura, mas devem sê-lo com vista na missão concreta que destes organismos se espera: conhecimento cientificamente esclarecido da vida económica e demográfica portuguesa para conveniente resolução das questões que lhes respeitam.

Sob êste ponto de vista, atribue o Governo a maior importância à missão que confia aos centros.

Nas horas incertas e perturbadas que vivemos, buscam-se ansiosamente as soluções do futuro que tenham a virtude de assegurar permanentemente a paz das nações e a felicidade dos povos.

Quando deixarem de troar os canhões, certamente os problemas económicos e demográficos serão chamados ao primeiro plano das discussões e dos estudos internacionais para reconstrução de um mundo em ruínas e de uma comunidade de nações que a guerra dilacerou.

Devemos estar preparados para prestar a êsses trabalhos contribuição positiva, quer com o conhecimento exacto dos nossos próprios problemas e das nossas condições particulares, quer com a possibilidade de dar um laudo isento de interesses e paixões em difíceis arbitragens de idéias, valores e direitos.

Colaboraremos, assim, de maneira eficaz, na restauração da vida internacional e no esforço gigantesco a despender para a reparação das ruínas de toda a espécie que durante êstes anos se acumularam, e estaremos precavidos contra os possíveis e humanos desvios de pensamento que a natural tendência para dar prioridade aos remedeios de momento sôbre as soluções profundas deve determinar.

Quando cesar a guerra hão-de ser, de tal forma violenta a pressão das necessidades, a tal ponto instante a ânsia de reviver o passado bem-estar, tão desproporcionadas com os recursos do mundo empobrecido as reivindicações naturais dos povos, tão prementes as exgências próprias de cada nação que — a despeito da sinceridade das palavras e anseios de justiça — difícil é não tendam aquêles factores circunstanciais a provocar miragens e desviar os homens da meta que porfiada-

mente procuram. Longe de se restaurar uma verdadeira comunidade internacional, manter-se-ia então um sistema de compromissos entre as fórmulas e doutrinas a que cada um se ligou e as realidades duras a que, para sua própria salvaguarda, tem de fazer face, e não seria fácil distinguir entre o que é conveniente para uma verdadeira paz e o que, permitindo riscar de longo elenco uma preocupação de momento, pode, no entanto, conter um germe de futura discórdia.

Se não nos negamos, antes desejamos contribuir para a paz e prosperidade gerais, se não pretendemos furtar-nos a sacrifícios que essa obra exija, temos no entanto de defender um património essencial à nossa vida como Nação e ao nosso próprio contributo para o bem comum. Isso aconselha a que quanto antes estudemos o que devemos preservar e o que podemos oferecer, e a que, pela análise dos problemas gerais e dos remédios que se lhes propõem, estejamos habilitados a denunciar perigos e a aceitar consciencientemente soluções.

No estudo objectivo, sério, dominado por espírito verdadeiramente científico destes problemas e doutrinas, podem os Centros de Estudos desempenhar uma altíssima função.

*

Dito no menor número de palavras que me foi possível o que aos centros se pede, não vou alongar-me — o que seria inútil e impertinente — a expor como devem desempenhar a sua missão. Limitar-me-ei a esclarecer em um ou dois pontos o pensamento do Governo.

A nomeação dos membros não teve carácter fechado ou exclusivo; não se garante mesmo que não tenham esquecido alguns, mas dos próprios centros se espera, além da designação de colaboradores, a propositura de membros permanentes que devam, pela sua competência e pelo interêsse que votem aos diversos ramos de estudo, acrescer à lista inicial. Os centros não comportam por natureza representações de organismos; carecem de pessoas especializadas e devotadas aos seus trabalhos.

Se aos conselhos orientadores cabe definir objectivos, marcar directrizes, escolher cooperadores, apreciar a obra feita, e à direcção compete assegurar a vida permanente dos centros, cuidar das suas publicações e manter a permanente ligação com o I. N. E., supõe-se que o trabalho de investigação será predominantemente esforço individual ou de grupos que, sob uma orientação e comando definidos, trabalham ordenadamente em determinados sectores. É o que se espera ocorra com as delegações universitárias que muito poderão valorizar os trabalhos dos Centros de Estudo encontrando nêles, ao mesmo tempo, recursos úteis à alta função que as escolas superiores desempenham.

Propositadamente se deu à organização dos Centros a maior elasticidade; puseram-se pessoas e instituições em contacto para a todos dar maiores possibilidades de acção, mas é da vida dêstes organismos e do interêsse que lhes dedicarem os que os constituem que hão resultar as formas definitivas da sua actividade.

Duas palavras preciso de dizer ainda.

Deveria estar aqui alguém que teve de fazer-se representar pelo seu substituto legal de cuja colaboração esclarecida e dedicação pelos serviços os Centros têm, de resto, muito a esperar na sua qualidade de secretário geral do Instituto; queria referir-me ao seu director, o engenheiro Tovar de Lemos, que por motivo de doença aqui se não encontra e que viveu e trabalhou esta iniciativa com o maior entusiasmo; será pelo seu aprumo, pela sua intelligência e pela sua cultura, tanto, pelo menos, como pela sua posição no Instituto, um valiosissimo elemento. Atenua felizmente o pesar que tenho de o não ver aqui o saber que as rápidas melhoras que tem tido em breve lhe permitirão estar entre V. E .^{as}.



Ao terminar, quero agradecer a todos V. Ex.^{as} o terem aceitado o convite que lhes foi feito, mostrando estar dispostos a um trabalho e um esforço desinteressados, que, estou convencido, se hão-de traduzir em altos serviços à Nação.

OS TIPOS CONSTITUCIONAIS NOS PORTUGUESES

Pela DR.^A LEOPOLDINA FERREIRA PAULO

Assistente da Faculdade de Ciências do Porto

OS TIPOS CONSTITUCIONAIS NOS PORTUGUESES

No estudo antropológico duma população, a investigação dos tipos constitucionais é duma importância fundamental, sendo certo que uma íntima correlação entre os caracteres constitucionais e os caracteres raciais tem sido afirmada por alguns antropologistas.

Desde tempos longínquos a Constitucionalística atraíu a atenção dos cientistas, e, assim, já nas obras de Hipócrates e de Galeno vamos encontrar não só doutrinas humorais e das constituições como classificações destas e dos temperamentos.

A teoria temperamental de Galeno é essencialmente baseada numa classificação de «humores», e, ainda hoje, na medicina popular deparamos a cada passo com vestígios de tais idéias, que tiveram longa voga na própria medicina. Esta, porém, orientou modernamente, como era natural, êsses estudos em directrizes de carácter mais elevadamente científico, relacionando a morfologia em especila com a endocrinologia e com as investigações relativas aos sistemas nervosos da vida vegetativa e da vida de relação.

Numerosas tendências e escolas surgiram, destacando-se a da *Morfologia médica*, de Lião, a *biotipológica* italiana, de Pende, Viola, etc. e a *characterológica* de Kretschmer (de Tübingen).

A importância atribuída a essas investigações é cada vez maior, em face do auxílio que elas prestam não só na Medicina clínica como noutros domínios de ciência aplicada — Eugenia, Higiene Social, Pedagogia, Psicotécnica, etc.

Segundo o conceito do Prof. Dr. Mendes Correia, «constituição no seu sentido mais amplo é a síntese, em cada indivíduo, do desenvolvimento relativo das partes do ser, encarado êste estrutural e funcionalmente. Ela é hereditária embora susceptível de modificações no decurso da existência. É uma síntese, um todo, definida por um predomínio de certas regiões ou sistemas ou pelo equilíbrio dêstes. Marca, enfim, tendências e predisposições de várias ordens».

O estudo do tipo constitucional ou do biótipo e da sua origem, que muito especialmente é de natureza genotípica, abrange, não só o exame da personalidade morfo-fisio-psíquica, como o da influência dos factores ambientais e da hereditariedade na formação daquela.

Da maior ou menor importância dada a cada um dos aspectos considerados surgiram as diferentes escolas.

No fim do século XIX, o professor italiano de clínica médica, Achille De Giovanni, baseado essencialmente no reconhecimento da importância do factor hereditário e das variadíssimas acções do ambiente, lançou as bases da actual escola italiana de Biotipologia.

Mais tarde, os seus continuadores Viola e Pende, entre outros, deram um desenvolvimento notável às suas concepções.

Viola criou um sistema de medidas que permitem a determinação do tipo morfológico, o «tipo médio» que é a base da sua classificação biotipológica.

Aquêl autor definiu o «tipo médio» da seguinte maneira: «O tipo médio regional é a expressão máxima e mais perfeita adaptação secular da raça ao ambiente local e deve ser a expressão do máximo equilíbrio funcional das partes no todo individual».

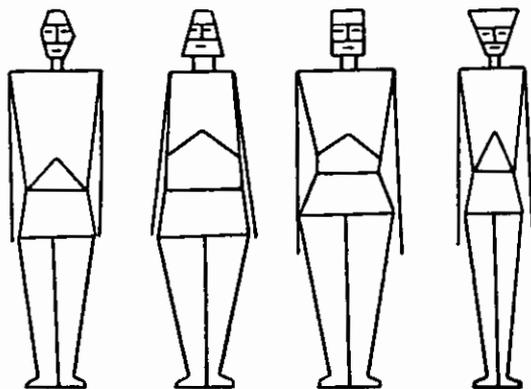


Fig. 1 — Esquemas dos tipos morfológicos segundo Theoris: 1.º Respiratório; 2.º Digestivo; 3.º Muscular; 4.º Cerebral

Este tipo médio, normolíneo ou normosplâncnico, é determinado para cada região. Nêle se equilibram harmònicamente os órgãos que desempenham as funções de vida vegetativa e de relação. Na ausência de tal equilíbrio ou harmonia podem dar-se duas tendências opostas correspondentes a dois outros tipos: ou há o predomínio da vida vegetativa, da assimilação, do anabolismo, apresentando

o indivíduo grande desenvolvimento do tronco em largura e tendência para engordar e um tal tipo constitui o *habitus apoplecticus*, o tipo macrosplâncnico, ou brevilíneo, ou, no caso oposto, há o predomínio da vida de relação, da desassimilação, do catabolismo, com grande desenvolvimento dos membros em comprimento e então estamos em presença do *habitus phtysicus*, tipo microsplâncnico ou longilíneo.

Pende, seguindo em parte as idéias de Viola, acentuou a importância da correlação existente entre os tipos morfológicos já considerados por este último e a actividade endocrínica, sendo levado a admitir quatro biótipos: brevilíneo asténico, brevilíneo esténico, longilíneo asténico e longilíneo esténico. É já uma classificação morfo-fisiológica.

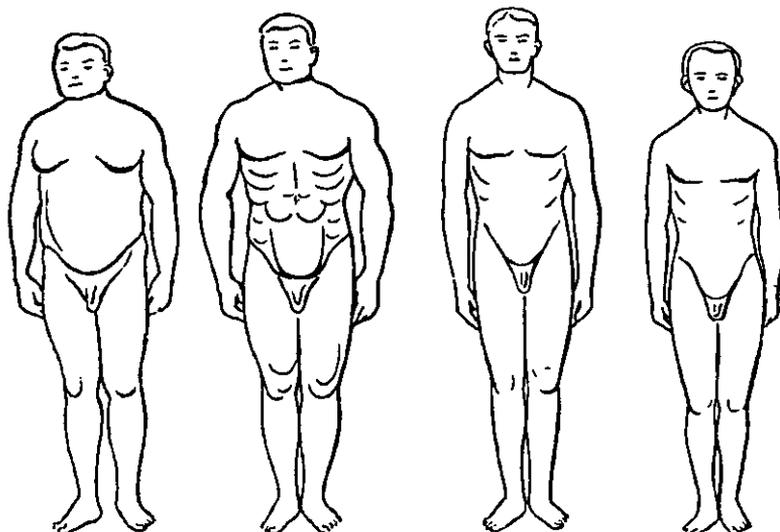


Fig. 2 — Figurações dos tipos morfológicos de Theoris, com base nos modelos de Lebzelter e Baiersdorf: 1.º Digestivo; 2.º Muscular; 3.º Respiratório; 4.º Cerebral

Mais tarde Barbára, discípulo de Pende, baseado em parte nas idéias de Viola, subdividiu os tipos puros considerados por este autor, pôs de parte os tipos mixtos e deu muito especialmente importância à morfologia do crâneo.

Para Viola e Barbára o tipo constitucional seria essencialmente de origem endógena.

A escola morfológica francesa, de Sigaud, Mac-Auliffe, etc. pretendia, ao contrário, que o tipo constitucional é determinado, sobretudo, por causas exógenas, por varáveis adaptações do ser ao meio, desde a vida intra-uterina.

Há portanto, segundo o critério desta escola, uma íntima correlação entre a forma e o ambiente, que actua no desenvolvimento de certas partes, provocando, por vezes, modificações profundas dos órgãos.

Mac-Auliffe, Sigaud, Thooris, Vicent, Chaillou, consideram, num indivíduo, quatro «superfícies»: a cerebral, a respiratória, a muscular e a digestiva, correspondentes respectivamente aos meios social, atmosférico, cinético e alimentar.

Estas «superfícies» têm maior ou menor desenvolvimento conforme o meio em que o indivíduo vive. O maior desenvolvimento duma das superfícies em relação às outras é que nos define o tipo constitucional do indivíduo. Trata-se portanto, duma escola em que a morfologia é a base do diagnóstico do tipo constitucional. Segundo os mesmos autores, a cabeça divide-se em três andares: o superior ou cerebral (diâmetro transversal máximo e frontal), médio ou respiratório (diâmetro bizigomático) e inferior ou digestivo (diâmetro bigoníaco) (fig. 1 e 2). Haveria correlação entre o desenvolvimento relativo desses andares ou diâmetros e os quatro tipos constitucionais, admitidos por aquela escola.

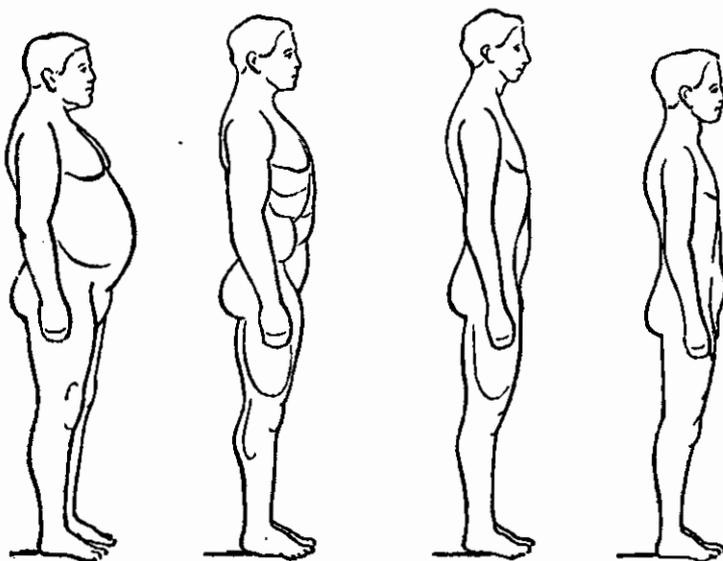


Fig. 3 — Figurações dos tipos morfológicos, observados de perfil

Os esquemas de Thooris (fig. 3) permitem-nos fazer uma idéia bastante perfeita da configuração destes tipos e do desenvolvimento relativo das diversas partes do corpo em cada um deles. São esses tipos o cerebral, o respiratório, o muscular e o digestivo.

Tipo cerebral. — Neste tipo, há um certo contraste entre o escasso desenvolvimento do corpo, que é franzino, pequeno e brevilíneo, e o grande desenvolvimento da cabeça que é volumosa e apresenta um predomínio marcado do seu andar superior, com saliência das bossas frontais. A cabeça toma o aspecto dum triângulo com a base para cima, aspecto que tem sido comparado com a forma dum pião.

Transversalmente o cerebral é débil quanto à força muscular, tem pequena capacidade respiratória e alimentar, mas possui grande resistência do sistema nervoso.

Necessita, para viver, de um grande trabalho cerebral e de excitações psico-sensoriais, mas, se é ignorante, procura as excitações sensorio-sexuais. É dotado de grande capacidade para o esforço neuro-psíquico.

Alguns consideram o tipo cerebral como uma variedade do tipo respiratório.

Tipo respiratório. — Estatura alta, longilíneo, estreito, tronco alongado, essencialmente por causa da grande altura da caixa torácica, que se apresenta também bastante larga (grande diâmetro bi-acromial). Membros longos com alguns relêvos musculares. A face tem a forma losângica, pois há um predomínio do andar médio, isto é, maior desenvolvimento transversal da região naso-malar.

As características psico-fisiológicas do tipo em questão dizem respeito sobretudo à maior actividade funcional do aparelho respiratório, procurando o indivíduo excitações do mesmo em deslocações ao ar livre, viagens, etc.

Tipo muscular. — É considerado pelos artistas como o mais perfeito e belo; na verdade, é o que apresenta maior harmonia. Há nêle um equilibrado desenvolvimento relativo das diferentes partes do corpo. O tronco e os membros inferiores são altos. Na face, os três andares desenvolvem-se quási por igual, o que dá àquela uma forma rectangular.

Os indivíduos dêste grupo necessitam de exercer uma grande actividade muscular. Têm geralmente uma propensão para a violência física.

Tipo digestivo. — O corpo é geralmente baixo, o tronco longo, com grande desenvolvimento em altura e largura da região abdominal, mas com torax curto e estreito, embora alargando para baixo. Os membros são curtos e gordos. A cabeça de forma piramidal truncada, tem mais acentuada largura no andar inferior da face. A fronte é pouco alta e os olhos são geralmente pequenos.

Psico-fisiologicamente êste tipo constitucional apresenta predomínio no que respeita às funções de alimentação.

O mau funcionamento do aparelho digestivo fá-lo impulsivo e condu-lo frequentemente a uma senectude precoce.

Feita esta sumária resenha dos tipos estabelecidos pela escola de Lião, passemos rapidamente a breves considerações sôbre a doutrina e classificação da escola alemã de Kretschmer.

As concepções dêste são baseadas em relações psico-somáticas, que levaram o mesmo autor a estabelecer três tipos puros: *asténico* (ou melhor, *leptosómico*), *atlético* e *pícnico*, além de tipos mixtos e de transição.

Há uma certa correspondência entre aquêles tipos e, respectivamente, os tipos respiratório, muscular e digestivo da classificação anterior, pelo que não entramos em pormenores descritivos, limitando-nos a registar também a correspondência que o mesmo autor encontrou, dentro de certa medida, entre o leptosoma e o pícnico, dum lado, e os temperamentos psiquiátricos esquizoide e cicloide, respectivamente, do outro lado.

O esquizoide é psicologicamente introvertido, asocial. O cicloide é extrovertido, acessível em extremo às influências do meio social em que vive.

O antropologista russo Bounak propôs uma classificação essencialmente baseada no metabolismo e no tonus muscular, calculados, respectivamente, pelo desenvolvimento da camada adiposa sub-cutânea e pelas maiores ou menores saliências e constituições musculares. Considerou nove tipos constitucionais correspondentes a outras tantas combinações dos graus de nutrição e de desenvolvimento muscular. Estes tipos, segundo um quadro do Prof. Mendes Correia, são :

Tipos	Estado de nutrição	Tonus muscular
Hipotónico	Fraco	Fraco
Oligotónico muscular	»	Médio
Heterotónico muscular	»	Forte
Oligotónico nutritivo	Médio	Fraco
Mesotónico	»	Médio
Arquitónico muscular	»	Forte
Heterotónico nutritivo	Forte	Fraco
Arquitónico nutritivo	»	Médio
Hipertónico	»	Forte

O alemão Walter Jaensch, director do «Instituto de Investigações sôbre Constituição», faz a classificação dos indivíduos, baseando-se nas características morfo-fisio-psicológicas. Considera fundamentalmente dois tipos: Tetanoide ou tipo T e basedoide ou tipo B, de características aproximadamente opostas nos aspectos fisiológico e psíquico.

Sem dúvida, seria interessante apresentar as características de todos os tipos citados ,assim como outras classificações (Stockard, Henckel, etc.) já conhe-

cidas, mas isso alongaria bastante este artigo, pelo que me limito a fornecer um quadro com as correspondências aproximadas entre os tipos das diferentes classificações, inspirado sobretudo nos análogos dos Professores Mendes Correia, Luiz de Pina, F. von Rohden e Dr. Duarte dos Santos.

Tipo leptosômico	Tipo mesosômico	Tipo eurisômico	Autores
Hábito phthisico	—	Hábito apoplético	Hipócrates
Hábito phthisico	Hábito atlético ou torakal	Hábito pletórico ou abdominal	A. Giovanni (1877)
Tipo macrosquélco	Tipo mesosquélco	Tipo braquisquélco	Manouvrier (1903)
Tipo respiratório (cerebral)	Tipo muscular	Tipo digestivo	Sigaud (1908)
Longítipo (microes-plâncnico)	Normótipo (normoes-plâncnico)	Braquítipo (macroes-plâncnico)	Viola (1909)
Tipo carnívoro	Tipo normal	Tipo herbívoro	Bryant (1913)
Hábito asténico	—	Hábito arthritico	Baur (1919)
Leptosoma	Atlético	Pícnico	Kretschmer (1921)
Biotipo hipovegetativo (catabólico)	—	Biotipo hipervegetativo (anabólico)	Pende (1922)
Tipo estenoplástico	Tipo mesoplástico	Tipo euriplástico	Bounak (1923)
Tipo achatado		Tipo redondo	Mac-Auliffe (1925)
Leptosoma		Eurisoma	Weidenreich (1927)

Esta correspondência nem sempre é rigorosa em virtude do critério adoptado pelos diferentes cientistas não ser o mesmo para a classificação dos vários tipos puros e mixtos.

A falta do paralelismo entre as diversas classificações tem a desvantagem de nos impedir, muitas vezes, de comparar os resultados obtidos pelos diferentes investigadores.

Sem dúvida, os tipos constitucionais têm sido estudados com interêsse e minúcia por variadíssimos cientistas; no entanto não podemos ainda considerar definitivamente assentes as bases para uma classificação uniforme e indiscutível.



Para a determinação dos tipos constitucionais dum grupo démico torna-se necessário adoptar uma classificação e um método uniformes.

Como acabamos de ver, são diferentes as bases das escolas citadas. Nalgu-

mas destas encara-se essencialmente a fisiologia do indivíduo, exigindo-se exames delicados e longos, como os de metabolismo, actividade endocrínica, etc.

Outras fundam-se não só na fisiologia, como na psicologia, o que obriga a utilizar técnicas ainda mais morosas e de resultados muitas vezes precários.

Os métodos morfológicos são também variáveis de escola para escola, exigindo uns, como o de Viola, medidas numerosas e nem sempre inteiramente significativas, ao passo que outros, como o de Sigaud e Mac-Auliffe, se reduzem quasi apenas a uma simples inspecção, a mera impressão descritiva sintética.

Segundo Mac-Auliffe a «*morfologia geral* é o conhecimento das formas cósmicas e das suas relações, isto é, das suas acções e reacções recíprocas; *morfologia humana* é o conhecimento da forma humana e das suas relações com o conjunto das formas cósmicas. Conhecer a forma humana, conhecer as formas cósmicas é de facto conhecer toda a biologia no que diz respeito ao homem, porque é ao contacto da que, se esboça e se molda o ser humano».

Podemos, portanto, deprender que a forma do ser está intimamente relacionada com o meio.

Como o nosso fim é fazer uma análise da distribuição *geográfica* de biótipos, achamos preferível utilizar um método por excelência morfológico, no sentido adaptativo dado por aquêles autores franceses, cujo método seguimos, dada a vantagem de dispensar aparelhagem e laboratórios especiais e ser de aplicação fácil e rápida, mormente em vista da necessidade de proceder a observações numerosas em núcleos populacionais muito afastados uns dos outros. Aliás tem sido um dos métodos mais aplicáveis não só em Portugal, como no estrangeiro, podendo nós utilizar resultados alheios para confrontos. No entanto, não queremos esquivar-nos a formular a nós próprios a objecção de que um tal método não é isento de imperfeições e causas de erro. Estamos, porém, em face de um inquérito de conjunto, de carácter preliminar e sumário, que oportunamente procuraremos não só estender a outras regiões da Península Ibérica, às Ilhas Adjacentes e Colónias, como também submeter à contra-prova de observações por outros métodos.

Considerando a escola morfológica de Lião, como já dissemos, quatro tipos puros — *cerebral, respiratório, muscular e digestivo* —, a primeira dificuldade que surge na aplicação de uma classificação desta natureza, é a raridade de tipos absolutamente puros e a grande frequência de tipos mixtos. Porém, em presença destes últimos, adoptamos o critério de atender apenas ao tipo predominante, de entre os que era possível considerar como entrando na composição da forma mixta. Assim procederam já alguns autores que em Portugal se occuparam do assunto, baseando-se na classificação francesa referida.

De acôrdo com o Prof. Mendes Correia, apenas se introduziram duas modi-

ficações nesta classificação, procurando-se aproximá-la o mais possível das das escolas italiana e alemã. Incluindo-se no tipo respiratório o tipo cerebral de Sigaud e Mac-Auliffe, substituindo-se à nomenclatura proposta por êstes, mais genérica e menos ligada a discutíveis critérios interpretativos, a adoptada pelo Prof. Mendes Correia, em vez de tipos respiratório, muscular e digestivo diremos, respectivamente, tipos *leptosómico*, *mesosómico* e *eurisómico*.



Observámos apenas indivíduos do sexo masculino, de entre os 20 e os 50 anos. Conseguimos examinar 12.168 casos correspondentes às diversas províncias do país e adicionamos às nossas observações, como veremos, 1.403 de outros autores que seguiram método e classificação idênticos aos nossos. Os casos relativos ao Baixo Alentejo, Algarve, e algumas regiões da Extremadura já haviam sido por nós estudados em 1941, numa excursão àquelas áreas portuguesas. Em 1943 foram também observadas por nós várias regiões do distrito do Pôrto.

Alguns dos nossos elementos foram colhidos, com subsídio do Instituto Nacional de Estatística, durante as férias do Natal e Páscoa de 1944-1945, por nós e por um funcionário do Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto, nas províncias do Minho, Beira Litoral, Beira Baixa, Ribatejo, parte da Extremadura e Alto Alentejo, que não estavam representadas ou o estavam insuficientemente nas séries já publicadas ou apenas colhidas por nós e outros autores.

Das séries obtidas por outros investigadores utilizamos para os nossos cálculos as seguintes:

- a) 298 casos da Beira Alta publicados em 1933 pelo Prof. Mendes Correia;
- b) 389 casos do Douro Litoral observados em 1941 por nós e pelo Dr. Adácio Vieira Araújo, aluno estagiário do Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto;
- c) 588 casos relativos às províncias de Trás-os-Montes e Alto Douro, observados pelo Prof. Mendes Correia e pelo Dr. Alfredo Ataíde.
- d) 128 casos da Serra da Lousã e Beira Baixa observados pelo Prof. Mendes Correia.

Desejaríamos ter englobado no nosso trabalho as séries estudadas pelo Prof. Luiz de Pina e pelo Dr. Alfredo Ataíde. A primeira, de 350 casos, diz respeito, porém, a delinquentes de várias proveniências, e a segunda, de 250 casos, refere-se na maior parte às províncias do norte do país, mas ainda sem discriminação

dos casos por cada uma destas. Se, em relação aos delinquentes, haveria o inconveniente de estabelecer a sua confusão com a massa dos indivíduos normais, os casos estudados pelo Dr. A. Ataíde revestiram outro interesse para o nosso inquérito. Impõe-se dizer que este último investigador entrou em conta não apenas com as indicações morfológicas, mas ainda com observações de metabolismo basal, de tensão arterial e de psicologia (tempos de reacção) nos diferentes tipos de Sigaud. Além disso, as suas investigações incidiram sobre soldados, de 20 a 21 anos, uniformidade etária de vantagem nesta ordem de pesquisas.

Antes de apresentar os nossos resultados, não queremos ainda deixar de observar a influência que nêles pode ter tido o facto de provirem de diferentes observadores, inspirados naturalmente por concepções subjectivas diversas, embora seguindo o mesmo método. No entanto essa diversidade de critérios não terá senão uma insignificante influência, não só porque o número de casos por nós próprios observados (12.168) pesa consideravelmente sobre o número de casos (1.403) examinados por outros autores, mas também porque, segundo Kretschmer, a observação das proporções da face pela vista humana é dum rigor admirável. E, no método de Sigaud, a morfologia da face surge como um indicador provável da morfologia geral do corpo de cada indivíduo.

Cumpre-nos agora, muito sinceramente, agradecer ao eminente Mestre da Antropologia Portuguesa, o ilustre Prof. Dr. A. A. Mendes Correia, todos os altos ensinamentos que nos dispensou, na realização deste estudo.

*
* * *

No conjunto das observações (num total de 13.571 casos) verificamos a seguinte distribuição dos tipos morfológicos:

Leptosómico	7.142	52,8 %
Mesosómico	4.410	32,0 %
Eurisómico	2.019	14,5 %

É evidente o predomínio do tipo leptosómico na população portuguesa, sendo o eurisómico o menos frequente nesta, pois a sua proporção é cêrca de 3 vezes menor do que a do leptosómico. O mesosómico apresenta-se com aproximadamente metade da cota do leptosómico.

Procuremos agora ajuizar da distribuição geográfica dos tipos morfológicos no nosso país.

Tomamos como base para este estudo a divisão em províncias (11) e distritos (18).

Provincias	Número de observ.	Leptosoma		Mesosoma		Eurisoma	
		n	%	n	%	n	%
Minho	1.010	523	51,7	322	32,0	155	15,4
Trás-os-Montes e Alto Douro	588	407	69,2	122	20,7	59	10,0
Douro Litoral	1.158	506	43,7	406	35,1	246	21,2
Beira Litoral	2.088	1.204	57,7	583	27,9	301	14,4
Beira Alta	891	574	64,3	222	24,9	95	10,8
Beira Baixa	1.279	676	53,0	464	36,2	139	10,8
Ribatejo	910	410	45,1	306	33,6	194	21,3
Extremadura	2.062	1.045	50,7	634	30,7	383	18,6
Alto Alentejo	1.928	963	50,0	693	35,9	272	14,1
Baixo Alentejo	222	112	50,5	77	34,6	33	14,9
Algarve	1.435	722	50,3	571	39,8	142	9,9
<i>Total</i>	13.571	7.142	52,8	4.410	32,7	2.019	14,5

QUADRO I

Distritos	Número de observ.	Leptosoma		Mesosoma		Eurisoma	
		n	%	n	%	n	%
Viana do Castelo	765	383	50,1	256	33,4	126	16,5
Braga	245	140	57,2	76	31,0	29	11,8
Vila Real	299	224	74,8	54	18,1	21	7,1
Bragança	289	183	63,4	68	23,5	38	13,1
Pôrto	1.158	506	43,7	406	35,1	246	21,2
Aveiro	800	469	58,5	246	30,8	85	10,7
Coimbra	681	401	58,6	185	27,7	95	13,7
Leiria	1.255	642	51,2	347	27,6	266	21,2
Vizeu	298	238	79,9	37	12,4	23	7,7
Guarda	593	336	56,6	185	31,2	72	12,2
Castelo Branco	1.279	676	53,0	464	36,2	139	10,8
Santarém	910	410	45,1	306	33,6	194	21,3
Lisboa	987	464	47,0	317	32,1	206	20,9
Setúbal	549	335	61,0	169	30,8	45	8,2
Portalegre	478	207	43,3	209	43,8	62	12,9
Évora	1.450	756	52,1	484	33,4	210	14,5
Beja	100	50	50,0	30	30,0	20	20,0
Faro	1.435	722	50,3	571	39,8	142	9,9
<i>Total</i>	13.571	7.142	52,8	4.410	32,7	2.019	14,5

QUADRO II

Verificando o número de casos de cada tipo para cada província e distrito, calculámos as percentagens correspondentes (quadros I e II).

Para mais objectivamente podermos analisar a distribuição regional dos três tipos, entrando em conta também com a maior ou menor segurança estatística dos materiais relativos a cada divisão geográfica, calculamos as chamadas *diferenças locais relativas*.

Como os tipos em estudo não são definidos por valores médios de caracteres, acompanhados dos respectivos desvios padrões, o cálculo daquelas diferenças é mais complicado, tendo nós seguido para êsse cálculo o método exposto por Tocher e já adoptado pelo Prof. E. Tamagnini na memória da «Pigmentação dos Portu-

CLASSIFICAÇÃO DAS DIFERENÇAS LOCAIS RELATIVAS

Amplitude de cada classe expressa no valor $\frac{Ys'' - Ys'}{\sqrt{n}} / \frac{Yn. p. q}{\sqrt{N-n}}$	Classe	Frequência local comparada com a correspondente à população geral	Nomenclatura
$< - 3,5$	- 4	Muitíssimo menor	Distintamente micrometrópica
- 3,5 a - 2,5	- 3	Menor, provávelmente significativa	Provávelmente micrometrópica
- 2,5 a - 1,5	- 2	Menor, talvez não significativa	Mesometrópica
- 1,5 a - 0,5	- 1	Muito ligeiramente menor	Mesometrópica
- 0,5 a + 0,5	0	Sensivelmente igual	Mesometrópica
+ 0,5 a + 1,5	+ 1	Muito ligeiramente maior	Mesometrópica
+ 1,5 a + 2,5	+ 2	Maior, talvez não significativa	Mesometrópica
+ 2,5 a + 3,5	+ 3	Maior, provávelmente significativa	Provávelmente macrometrópica
$> 3,5$	+ 4	Muitíssimo maior	Distintamente macrometrópica

QUADRO III

gueses». Ali se encontra uma exposição sôbre o método utilizado. Seguindo a classificação de Tocher, reproduzida no quadro III, podemos avaliar a significação estatística das *diferenças locais relativas*, determinadas sôbre os valores fornecidos nos quadros I e II.

Essas diferenças foram calculadas, não só em relação às províncias como aos distritos, o que consta respectivamente dos quadros IV e V.

Provincias	Diferenças locais relativas			Classes		
	Lept.	Mes.	Euris.	Lept.	Mes.	Euris.
Minho	-0,14	-0,08	+0,81	0	0	+1
Trás-os-Montes e Alto Douro.....	+8,56	-5,96	-2,84	+4	-4	-3
Douro Litoral.....	-5,90	+2,33	+7,48	-4	+2	+4
Beira Litoral.....	+5,51	-4,32	+0,59	+4	-4	+1
Beira Alta.....	+7,67	-4,67	-3,00	+4	-4	-3
Beira Baixa.....	+0,64	+3,44	-3,33	+1	+3	-3
Ribatejo.....	-4,35	+1,08	+6,58	-4	+1	+4
Extremadura.....	-1,30	-1,31	+6,55	-1	-1	+4
Alto Alentejo.....	-8,29	+4,00	+0,14	-4	+4	0
Baixo Alentejo.....	-0,46	+0,86	+0,37	0	+1	0
Algarve.....	-1,36	+6,69	-4,78	-1	+4	-4

QUADRO IV

Distritos	Diferenças locais relativas			Classes		
	Lept.	Mes.	Euris.	Lept.	Mes.	Euris.
Viana do Castelo.....	-1,10	+0,88	+2,03	-1	+1	+2
Braga.....	+1,63	-0,33	-1,00	+2	0	-1
Vila Real.....	+2,53	-5,19	-3,52	+3	-4	-4
Bragança.....	+3,89	-3,10	-0,41	+4	-3	0
Pôrto.....	-5,90	+2,33	+7,48	-4	+2	+4
Aveiro.....	+3,86	-0,77	-2,84	+4	-1	-3
Coimbra.....	+3,71	-2,76	-0,04	+4	-3	0
Leiria.....	-0,62	-3,45	+7,72	-1	-3	+4
Vizeu.....	+9,73	-7,29	-3,16	+4	-4	-3
Guarda.....	+2,32	-0,42	-1,32	+2	0	-1
Castelo Branco.....	+0,64	+3,44	-3,33	+1	+3	-3
Santarém.....	-4,35	+1,08	+6,58	-4	+1	+4
Lisboa.....	-3,25	+0,08	+6,47	-3	0	+4
Setúbal.....	+4,32	-0,62	-4,01	+4	-1	-4
Portalegre.....	-3,87	+5,57	-0,66	-4	+4	-1
Évora.....	+0,11	+1,18	+0,56	0	+1	+1
Beja.....	-0,40	-0,42	+1,73	0	0	+1
Faro.....	-1,36	+6,69	-4,78	-1	+4	-4

QUADRO V

Em mapas correspondentes aos três tipos considerados procuramos dar uma representação gráfica dos resultados estatísticos obtidos.

O exame dos quadros I, II, IV e V permite-nos apreciar os valores percen-

tuais dos vários tipos nas diferentes regiões e as diferenças inter-provínciaes e inter-districtais das frequências desses tipos, encarados segundo os processos estatísticos referidos.

Verifica-se, desde logo, nos dois primeiros quadros que o tipo leptosómico é, como se dá globalmente para o país, o mais frequente em tôdas as províncias e distritos, salvo no distrito de Portalegre em que é ligeiramente excedida a sua percentagem pela do tipo mesosómico. Também se verifica que em tôdas as províncias e distritos é o eurisómico o tipo menos frequente. As percentagens dos leptosómicos são iguais ou superiores a 50 % em tôdas as províncias, menos as do Douro Litoral e do Ribatejo, e em todos os distritos, menos os do Pôrto, Santarém, Lisboa e Portalegre.

Vamos, porém, analisar para cada tipo morfológico não só a amplitude da variação das suas percentagens de região para região, como sobretudo as *diferenças locais relativas* calculadas e classificadas pelo método já referido.

Tipo leptosómico. — A diferença entre a sua percentagem provincial máxima e a mínima é de 25,5 %, portanto bastante elevada. A máxima corresponde a Trás-os-Montes e Alto Douro e a mínima ao Douro Litoral.

Com excepção desta última província, a leptosomia aparece mais frequente nas províncias do Norte do País do que nas do Sul.

Considerando a distribuição districtal, vê-se, como era de esperar, uma ainda maior diferença de percentagens (36,6 %). O máximo corresponde ao distrito de Viseu (79,9 %) e o mínimo a Portalegre (43,3 %).

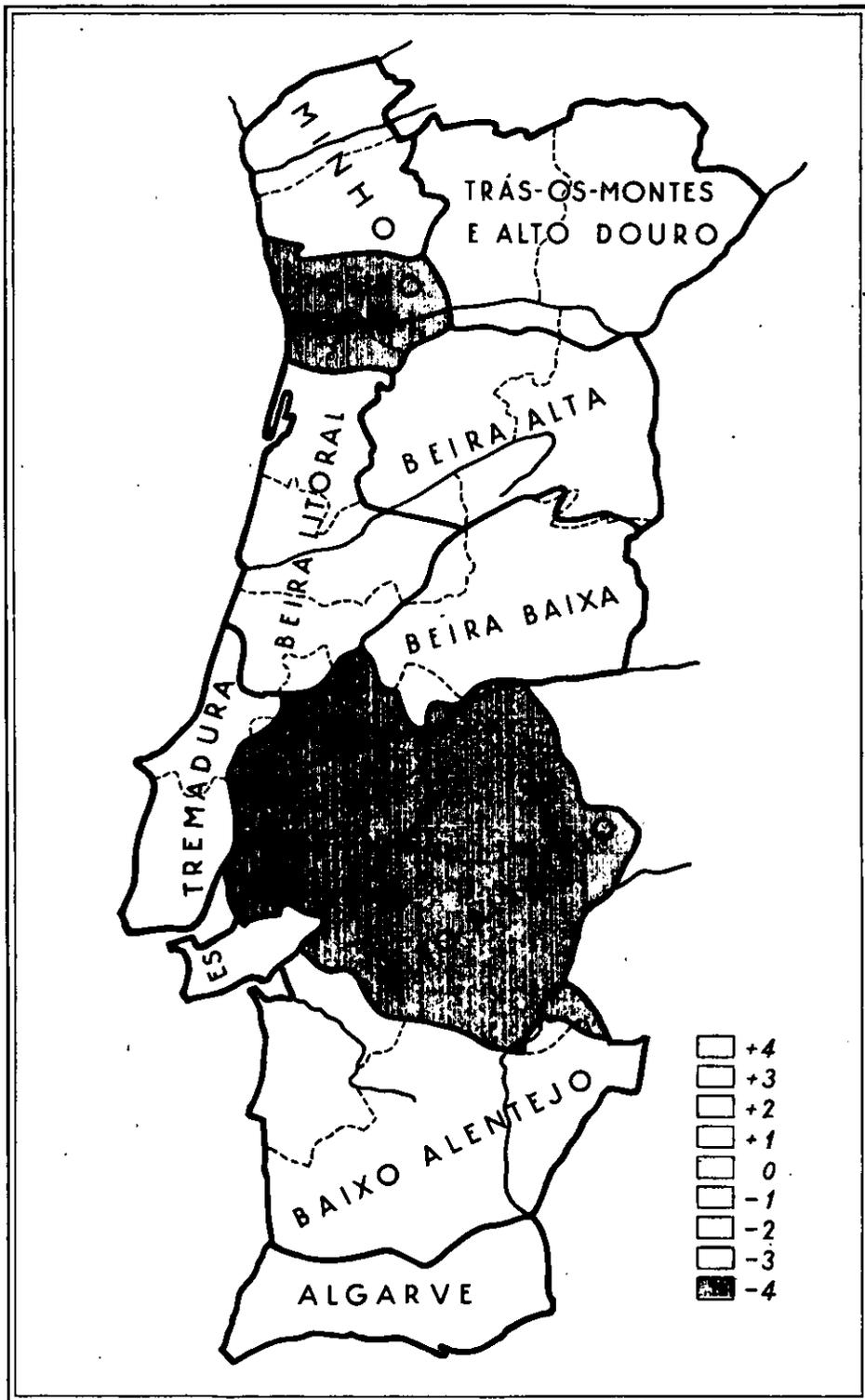
O quadro IV e o mapa I, relativos às províncias em que representamos a distribuição do tipo leptosómico, mostram-nos que as províncias de Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral e Beira Alta são macrometrópicas, isto é, apresentam um excesso significativo do tipo leptosómico, que é maior em Trás-os-Montes e Alto Douro (+8,56) e Beira Alta (+7,67).

Na Beira Baixa há ainda um ligeiro excesso (+0,64) do tipo leptosómico.

O Douro Litoral (— 5,90), o Ribatejo (— 4,35) e o Alto Alentejo (— 8,29), pelo contrário, são micrometrópicas, pois acusam uma diminuição estatisticamente significativa da frequência de tipo leptosómico, sendo essa diminuição mais marcada no Alto Alentejo.

Nas províncias do Algarve (— 1,36) e Extremadura (— 1,30), também se acentua uma leve diminuição da frequência deste tipo.

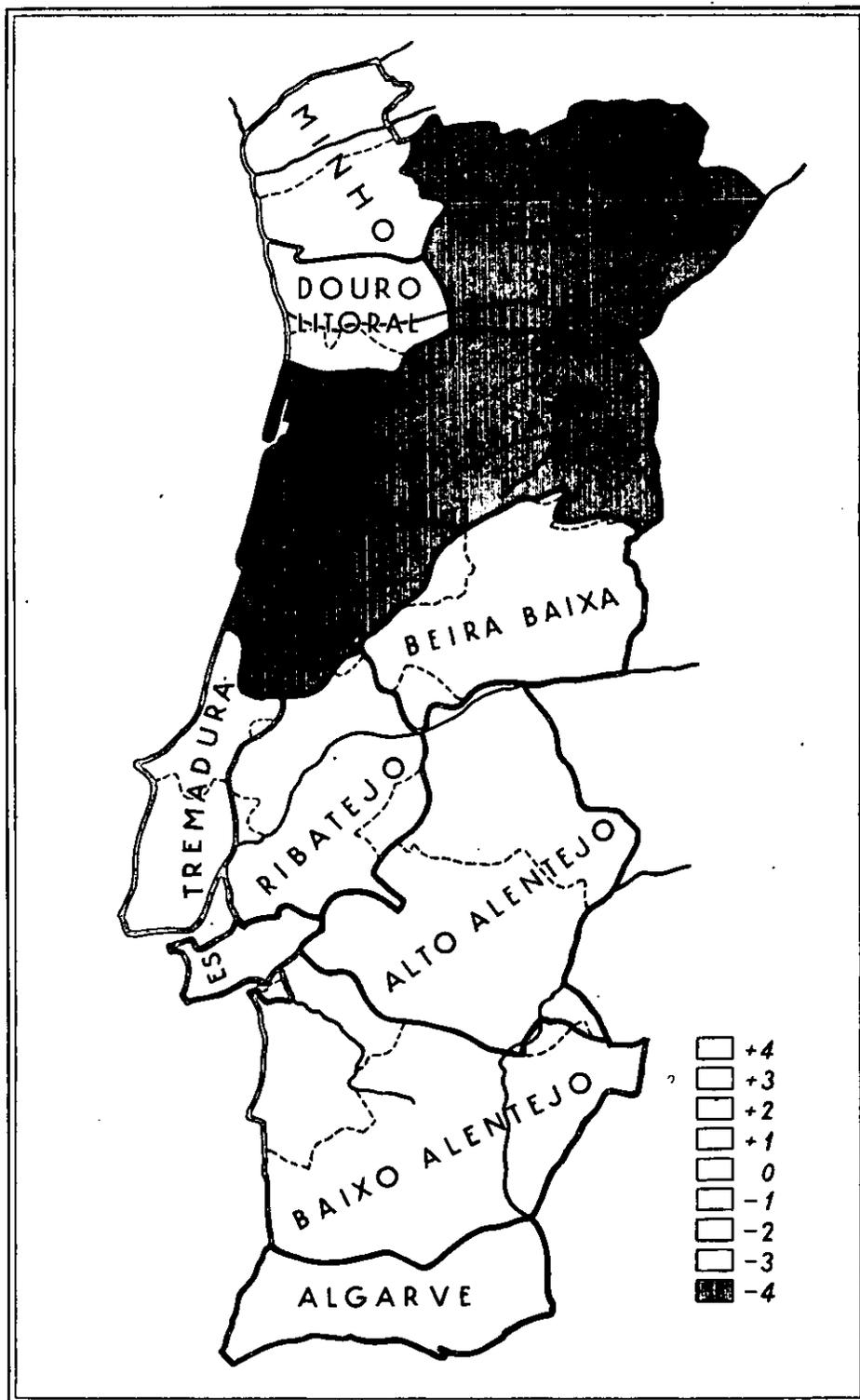
As províncias do Minho (— 0,14) e Baixo Alentejo (— 0,46) estão numa zona estatisticamente indiferente embora pareçam acusar uma ligeira deficiência do tipo em estudo.



Lim. de Portugal-Lisboa

MAPA I

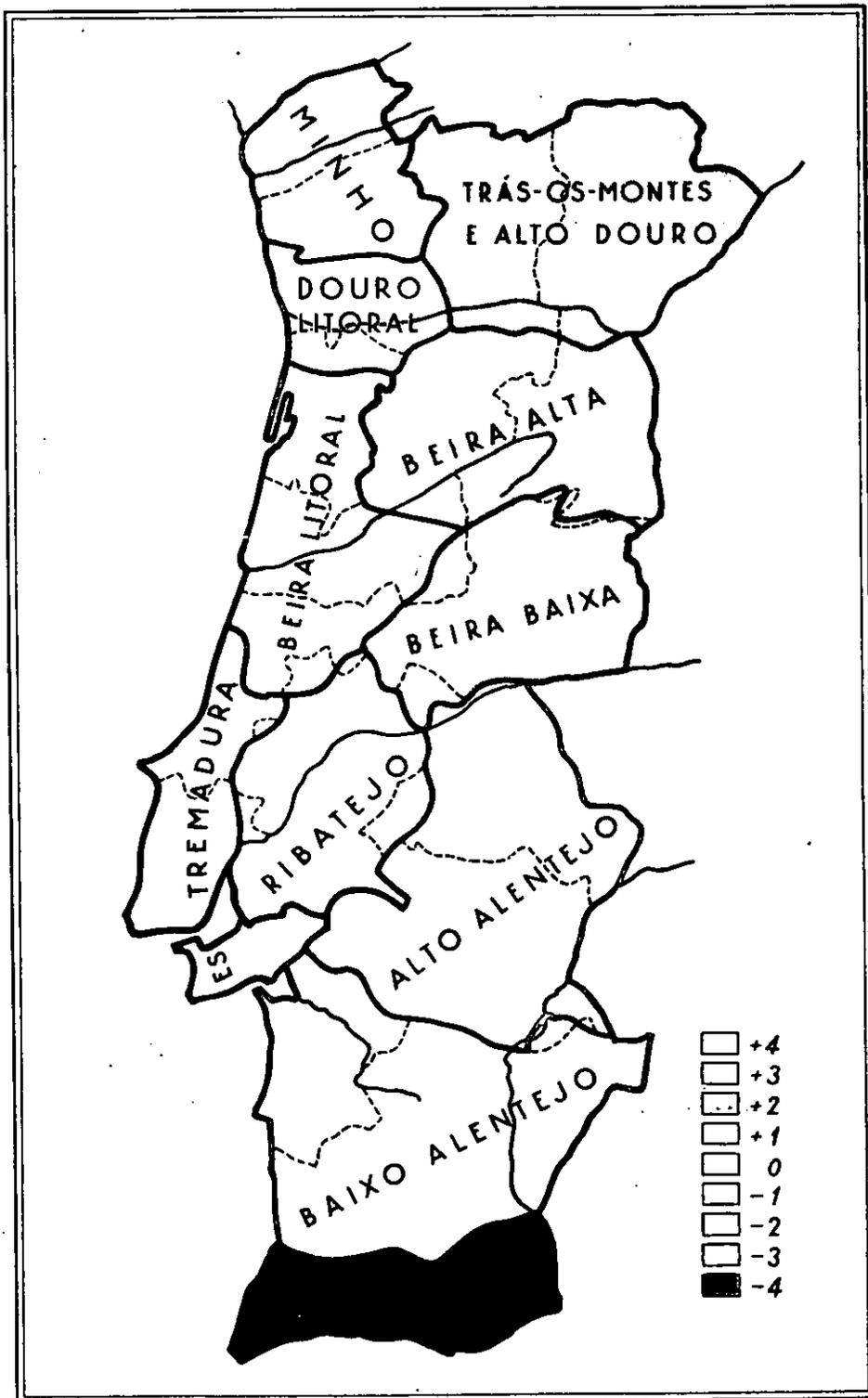
Distribuição provincial das classes de Tocher, relativamente ao tipo leptosómico



Imp. de Portugal-Lisboa

MAPA II

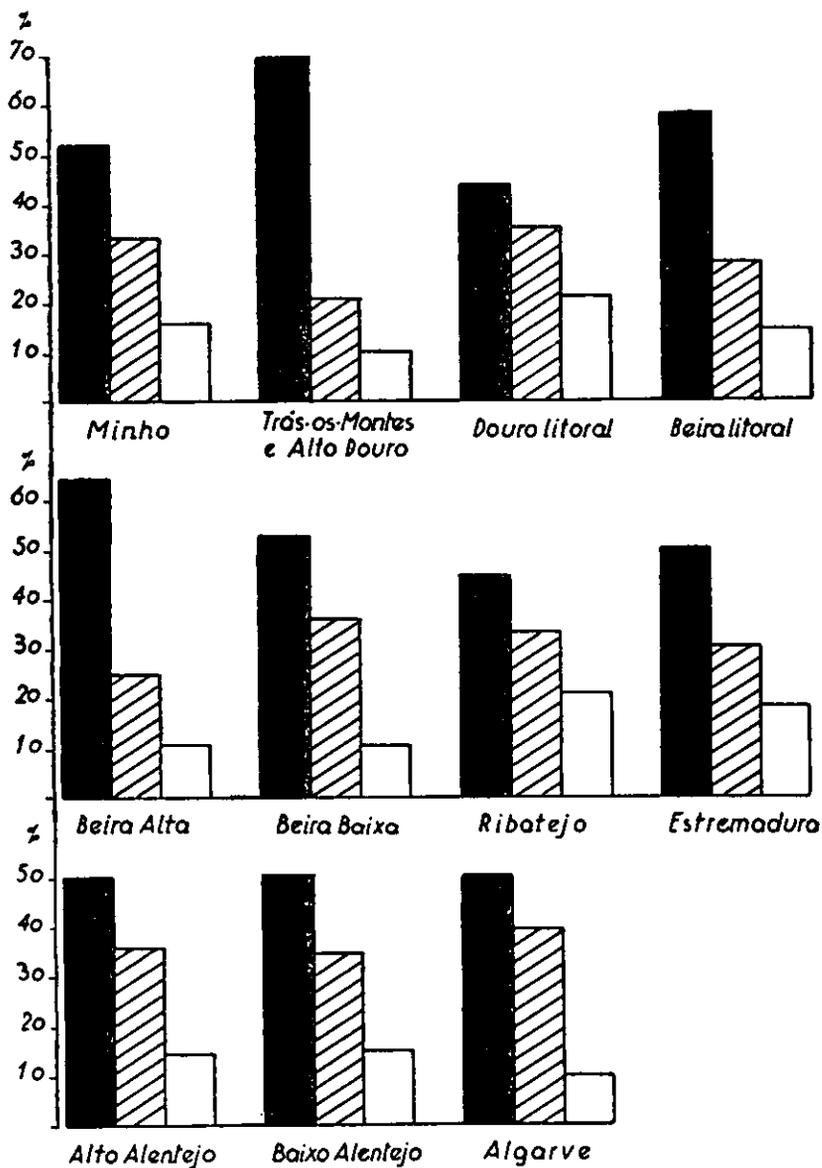
Distribuição provincial das classes de Tocher, relativamente ao tipo mesosómico



Lito de Portugal - Lisboa

MAPA III

Distribuição provincial das classes de Tocher, relativamente ao tipo euritérmico



Tipo leptosoma
 Tipo mesosoma
 Tipo euisoma

Fig. 4 — Distribuição das percentagens dos tipos morfológicos nas províncias de Portugal

A análise do quadro V e do mapa II, referente aos distritos, permite-nos precisar melhor o aspecto da distribuição do tipo leptosómico.

Verifica-se que a posição, estatisticamente não concludente, da província do Minho é, em parte, aparente, pois resulta de uma compensação entre os distritos de Viana do Castelo ($-1,10$), que apresenta uma ligeira diminuição dêste tipo, e o distrito de Braga ($+1,63$), caracterizado já por um excesso talvez significativo do tipo leptosómico.

Ainda a propósito dêste facto, verificamos uma certa concordância entre o distrito de Braga e os distritos das províncias de Trás-os-Montes e Alto Douro — Vila Real ($+2,53$) e Bragança ($+3,89$) — em que há um excesso bastante nítido do tipo leptosómico.

O grande excesso dêste tipo na província da Beira Alta é principalmente devido ao distrito de Viseu ($+9,73$), pois no distrito da Guarda, embora haja também um excesso, não é êle tão fortemente marcado ($+2,32$).

Êstes dois últimos valores estão em concordância com o sinal dos valores das diferenças locais dos distritos vizinhos, Aveiro ($+3,86$), Coimbra ($+3,71$) e Castelo Branco ($+0,64$).

O distrito de Lisboa ($-3,25$) apresenta acentuada diminuição da frequência do tipo leptosómico, influenciando no valor referente à província da Extremadura ($-1,30$) em que a diferença local é todavia ligeiramente menor, sendo certo que o distrito de Setúbal ($+4,32$), pelo contrário, tem um excesso bem significativo.

Em relação ao tipo leptosómico, podemos concluir, portanto, que as populações das regiões montanhosas são caracterizadas pelo excesso relativo do mesmo tipo, que aparece com valores especialmente significativos nas províncias de Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa.

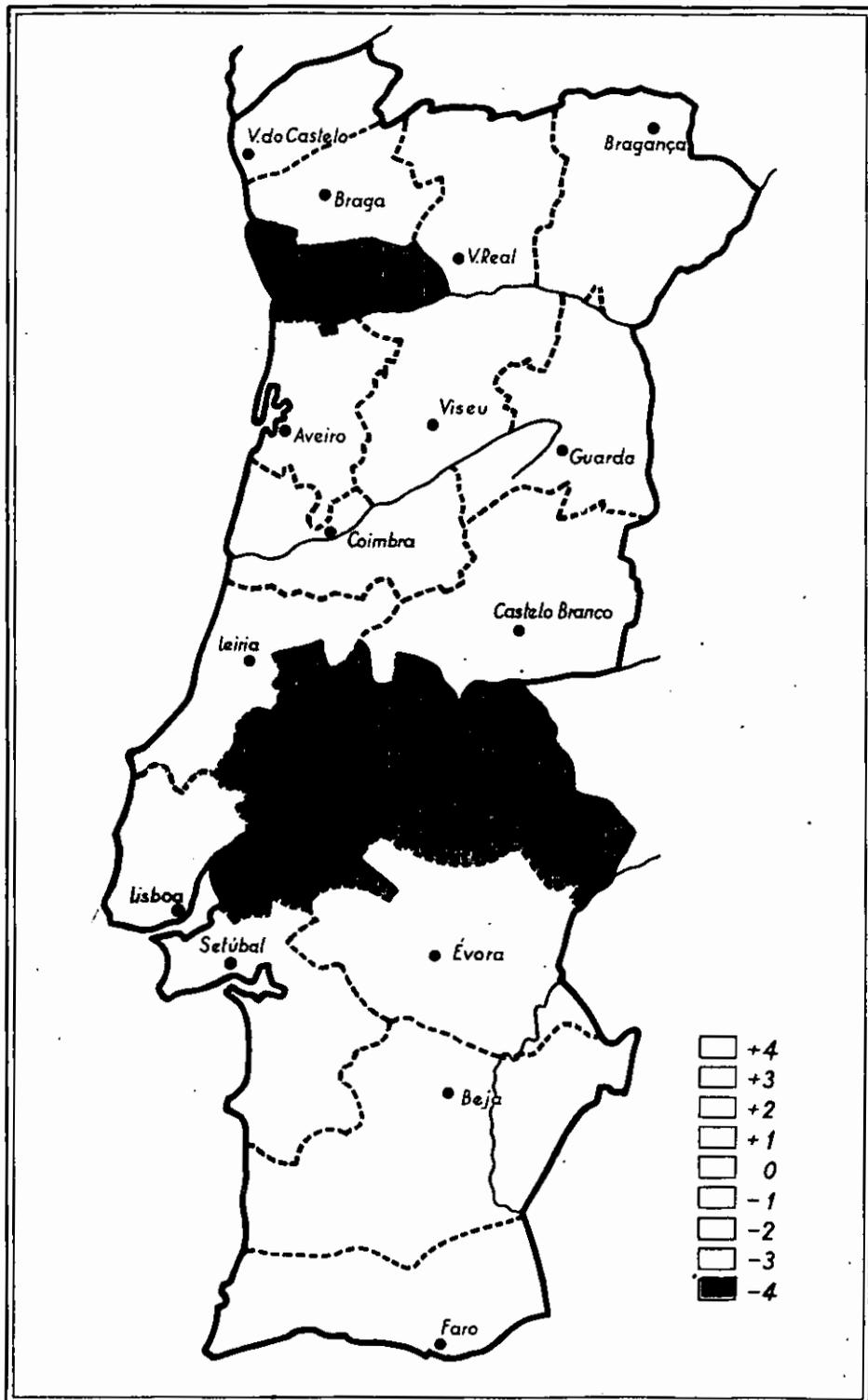
No sul do país e nos distritos do litoral, com excepção de Setúbal, Coimbra e Aveiro, há uma acentuada diminuição de frequência do tipo de que nos estamos ocupando.

É de notar que esta baixa é muito particularmente notável nos distritos do Pôrto, Lisboa e Santarém.

Tipo mesosómico. — Como já tivemos ocasião de dizer, êste tipo apresenta-se numa proporção ($32,7\%$) inferior à do leptosómico.

A amplitude de variação das percentagens provinciais é $19,1\%$. É na província do Algarve ($39,5\%$) que se atinge a percentagem máxima; a mínima regista-se na província de Trás-os-Montes e Alto-Douro ($20,7\%$).

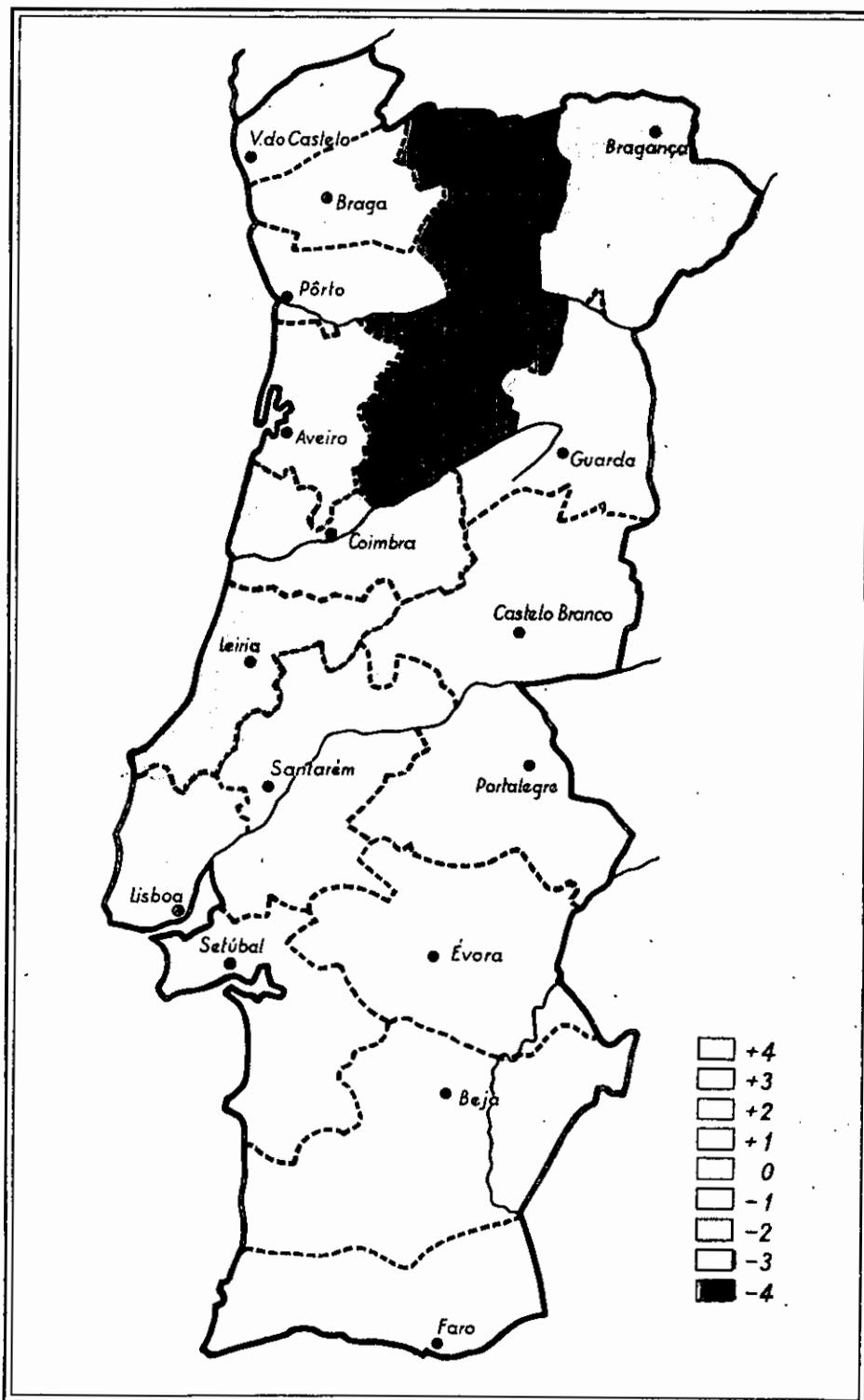
A diferença entre os valores distritais extremos é de $31,4\%$, encontran-



Lito. de Portugal-Lisboa

MAPA IV

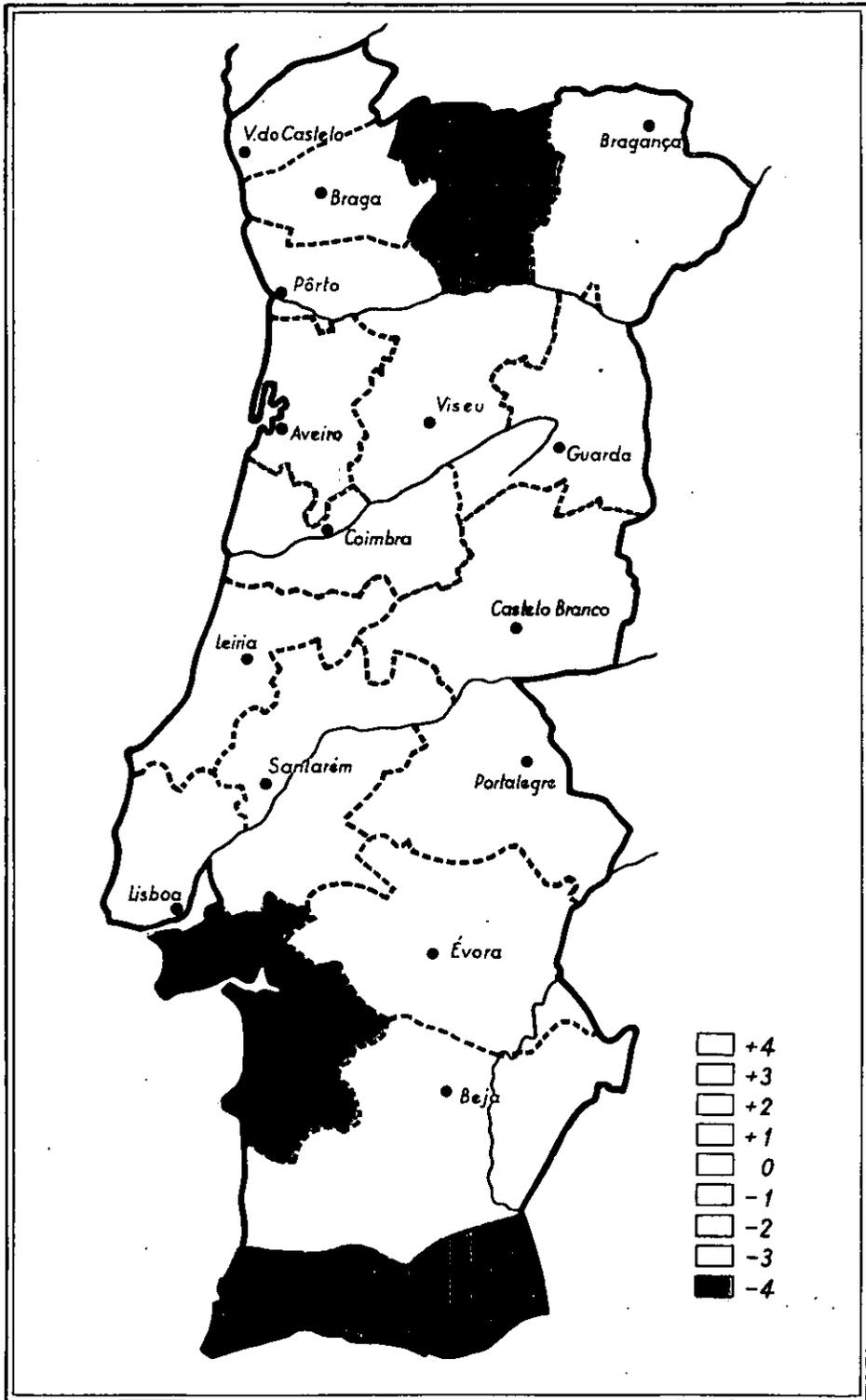
Distribuição distrital das classes de Tocher, relativamente ao tipo leptosómico



Lito. de Portugal-Lisboa

MAPA V

Distribuição distrital das classes de Tocher, relativamente ao tipo mesosómico



Lito. de Portugal-Lisboa

MAPA VI

Distribuição distrital das classes de Tocher, relativamente ao tipo eurisómico

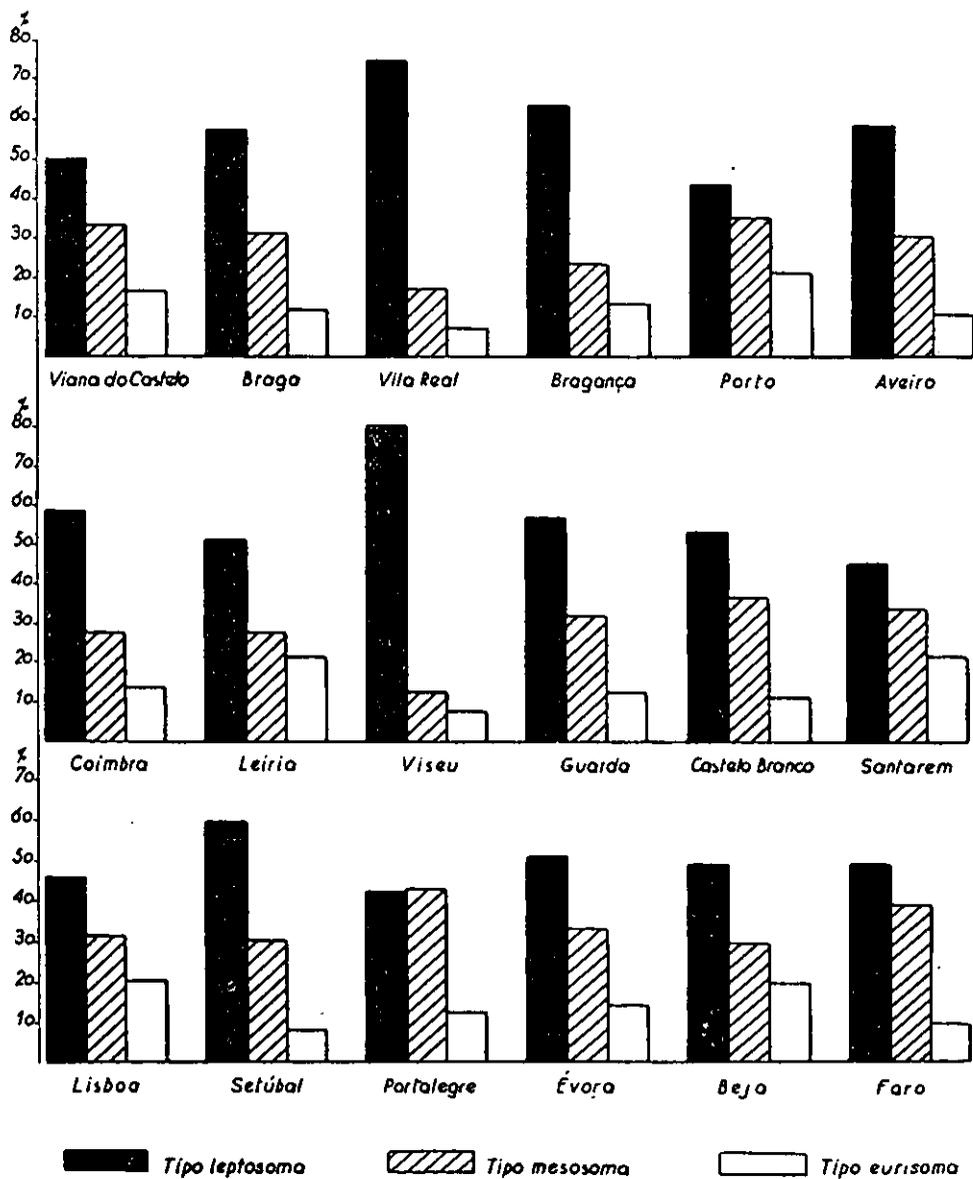


Fig. 5 — Distribuição das percentagens dos tipos morfológicos nos distritos de Portugal

do-se a maior percentagem no distrito de Portalegre, fora da província onde se acusou a percentagem máxima.

O menor valor percentual correspondeu ao distrito de Viseu (12,4 %). Os resultados expostos mostram-nos que as oscilações na frequência deste tipo são menos amplas do que as verificadas para o leptosómico.

Observando agora o quadro IV, relativo às diferenças locais entre as diversas províncias de Portugal, vemos que o Algarve (+6,69), Alto Alentejo (+4,00) e Beira Baixa (+3,44) são distintamente de carácter macrometrópico, isto é, apresentam um excesso fortemente significativo do tipo mesosómico, em relação à frequência deste nas restantes províncias.

O Douro Litoral (+2,33), Ribatejo (+1,08) e Baixo Alentejo (+0,86) figuram também com um excesso relativo do mesmo tipo embora não significativo.

Pelo contrário, Trás-os-Montes e Alto Douro (-5,96), Beira Alta (-4,67), Beira Litoral (-4,32) são de carácter micrometrópico, visto que a diminuição, ali, da frequência do tipo mesosómico é bem significativa.

A província do Minho (-0,08) fica na zona estatisticamente intermédia, sem tendência estatística nítida e a Extremadura (-1,31) apresenta uma baixa insignificante da frequência do tipo em estudo.

Analisando os valores distritais das diferenças, obtivemos a confirmação perfeita dos resultados já expostos sobre as diferenças provinciais. No entanto observa-se que o carácter estatisticamente indeciso da província do Minho, é devido a uma compensação entre os valores referentes aos distritos de Viana do Castelo (+0,88) e Braga (-0,33) que apresentam respectivamente um excesso e uma redução da frequência do tipo mesosómico, embora essas diferenças para mais e para menos sejam insignificantes.

A feição micrometrópica das províncias de Trás-os-Montes e Beira Alta é principalmente devida aos valores correspondentes aos distritos de Vila Real (-5,19) e Viseu (-7,29) em que a baixa da frequência do tipo mesosómico é nitidamente significativa, ao passo que os valores dos distritos de Bragança (-3,10) e Guarda (-0,42), não têm tão forte significado estatístico.

No Alto-Alentejo, é o distrito de Portalegre (+5,57), que principalmente contribui para a macrometropia desta província, pois que no distrito de Évora (+1,18) o excesso relativo verificado é apenas ligeiramente significativo.

Podemos concluir que, duma maneira geral, o tipo mesosómico é mais frequente no sul do que no norte do país; no entanto, em pormenor, o distrito do Pôrto surge um maior excesso relativo do que o de Lisboa.

A tendência à redução de frequência da mesosomia manifesta-se numa zona que se dispõe mais ou menos com a orientação SW-NE, estendendo-se pela

Extremadura, Beira Litoral, Beira Baixa e Trás-os-Montes e Alto Douro, sendo mais acentuada no nordeste de Portugal, em contraste nítido com o excesso fortemente significativo do mesmo tipo na província do Algarve (+6,69).

Tipo eurisómico. — É relativamente pouco abundante em Portugal (14,5 %), apresentando-se, como já foi dito, na proporção de cerca de um terço da do tipo leptosómico.

A amplitude das diferenças dos valores percentuais referentes às províncias atinge o máximo de 11,4 %, valor esse inferior ao correspondente dos outros tipos, o que nos permite supor mais uniforme a distribuição deste tipo.

São as províncias do Ribatejo (21,3 %) e Douro Litoral (21,2 %) que apresentam as percentagens máximas, seguindo-se-lhes a Extremadura (18,6 %), Minho (15,4 %), Baixo Alentejo (14,9 %), Beira Litoral (14,4 %) e Alto Alentejo (14,1 %). O menor valor percentual encontra-se nas províncias do Algarve (9,9 %).

A amplitude de variação das percentagens distritais é de 14,2 %, inferior às dos outros tipos. Observando no quadro II a distribuição do tipo eurisómico pelos diferentes distritos, vemos que o máximo de frequência deste tipo se encontrou nos distritos de Santarém (21,3 %), seguindo-se Leiria e Pôrto (21,2 %), Lisboa (20,9 %) e Beja (20,0 %), e o mínimo em Vila Real (7,1 %) e Viseu (7,7 %).

O quadro IV, relativo às diferenças provinciais, mostra-nos que o Douro Litoral (+7,48), Ribatejo (+6,58) e Extremadura (+6,55) são nitidamente de carácter macrometrópico, existindo nessas províncias, em relação ao mesmo tipo nas restantes, um excesso bastante acentuado de eurisomia.

As províncias do Minho (+0,81), Beira Litoral (+0,59), Alto Alentejo (+0,14) e Baixo Alentejo (+0,37) estão numa zona intermédia, imprecisa, embora em tôdas elas pareça haver um leve excesso do tipo eurisómico, mas que devemos considerar insignificante. Estas províncias fazem a transição entre as de carácter macrometrópico que acima citamos e as de carácter micrometrópico, que são respectivamente a Beira Alta (— 3,00), Beira Baixa (— 3,33), Algarve (— 4,78) e Trás-os-Montes e Alto Douro (— 2,84) nas quais a escassez do tipo eurisómico é mais acentuada.

Se agora analisarmos o quadro V, relativo à distribuição das diferenças distritais, poderemos apreciar melhor estes resultados, embora se verifiquem algumas pequenas diversidades em relação às indicações do quadro anterior.

É interessante observar que o valor da diferença correspondente ao distrito de Braga (— 1,00) se não harmonisa com o referente a Viana do Castelo (+ 2,03).

O primeiro apresenta o mesmo sinal das diferenças respeitantes a Vila Real ($-3,52$) e Bragança ($-0,41$) que confirmam a diminuição de frequência do tipo eurisómico na província de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao passo que o segundo concorda com o distrito do Pôrto ($+7,48$).

Dos distritos da Beira Litoral nem todos apresentam o carácter mesometrópico, de tendência indecisa, apresentado pela província. Há mesmo um contraste bastante frisante nos valores das diferenças dêstes distritos, o que nos leva a concluir que aquela mesometropia provincial resulta afinal duma neutralização dos valores um tanto antagónicos dos seus distritos. Só o distrito de Coimbra ($-0,04$), está na zona central da mesometropia, com uma baixa *muito insignificante* do tipo eurisómico. O distrito de Aveiro ($-2,84$) aproxima-se dos de Viseu ($-3,16$) e Guarda ($-1,32$), que são de carácter micrometrópico, com excepção dêste último distrito, apenas mesometrópico. Pelo contrário, o distrito de Leiria ($+7,72$) opõe-se completamente ao de Aveiro, estando em concordância muito harmónica com os valores das diferenças dos distritos seus vizinhos a sul, ou sejam Santarém ($+6,58$) e Lisboa ($+6,47$), que são caracterizadas por um excesso relativo de frequência, bastante marcada, do tipo eurisómico.

Do estudo da distribuição do tipo eurisómico (Mapas V e VI) podemos concluir que êste — o menos freqüente de todos no país e em tôdas as regiões — se encontra em excesso relativo nas regiões litorais a N. do Tejo, sucedendo o contrário nas regiões montanhosas do interior e no extremo sul do país. É, no entanto, bastante acentuada a diminuição de frequência dêste tipo no distrito de Setúbal. É de registar sobretudo o grande excesso relativo do tipo eurisómico nos distritos do Pôrto e Lisboa (com Santarém e Leiria), englobando certamente os dois maiores aglomerados urbanos de Portugal.

*
* *

Favorecerá o urbanismo a eurisomia e serão as montanhas e as maiores altitudes propícias à leptosomia? Será a tendência leptosómica dos distritos de Aveiro e de Setúbal a expressão da influência dum elemento étnico leptosoma nos núcleos piscatórios? Serão os peneplanos do Alentejo favoráveis à mesosomia e haverá no algarvio a acção especial dum elemento étnico mesosómico?

São perguntas que os resultados expostos sugerem e autorisam, mas que ainda não podem ter respostas definitivas.

Outros inquéritos e outros métodos de trabalho poderão porventura confirmar ou rectificar as impressões do nosso estudo, cujo carácter — repetimos — é apenas preliminar e sumário.

RÉSUMÉ

TYPES CONSTITUTIONNELS CHEZ LES PORTUGAIS

C'est une étude de caractère préliminaire et sommaire celle que l'auteur a essayé de réaliser sur les types constitutionnels des Portugais. Il y a suivi l'orientation de l'École Morphologique de Sigaud et de Mac-Auliffe. La méthode de cette école est une des plus souvent utilisées non seulement au Portugal mais aussi à l'Étranger, ce qui a permis de disposer de données étrangères pour la comparaison de ces résultats. L'École Morphologique établit quatre types fondamentaux: cérébral, respiratoire, musculaire et digestif.

Cependant, selon les modifications introduites par Mendes Corrêa dans cette classification, on rassembla les types respiratoire et cérébral et on remplaça la nomenclature proposée par Sigaud et Mac-Auliffe par une autre plus générique et moins liée à des interprétations discutables et douteuses. Aux types respiratoire, musculaire et digestif de la classification de Sigaud correspondent respectivement les types leptosomique, mésosomique et euryosomique de la nomenclature qu'on a adoptée.

L'auteur a pu observer, 12.168 cas du sexe masculin, de 20 à 50 ans, de différentes contrées, appartenant à toutes les provinces du Portugal, celles de Trás-os-Montes et Beira-Alta en étant exceptées.

A ces observations a ajouté 1.403 cas de différents auteurs qui ont suivi une méthode et une classification semblables aux siennes et dont les observations concernent les provinces de Beira-Alta, Douro-Litoral, Trás-os-Montes et Alto-Douro et Beira-Litoral.

Dans l'ensemble d'observations (au total de 13.571 cas) on constate la distribution générale suivante des types morphologiques:

Leptosomique	7:142	52,8 %
Mésosomique	4:410	32,0 %
Euryosomique	2:019	14,5 %

Ces chiffres montrent que, dans la population portugaise, le type leptosomique est le plus fréquent tandis que l'euryosomique est le plus rare.

Quant à l'analyse de la distribution géographique des types morphologiques on a examiné cette distribution par provinces (11) et par districts (18).

L'auteur a calculé non seulement les pourcentages mais aussi les différences locales relatives afin de pouvoir plus objectivement analyser la distribution de chaque type.

Les chiffres obtenus lui permettent d'énoncer quelques conclusions et hypothèses.

Le type leptosomique est le plus fréquent dans toutes les provinces et dans tous les districts, sauf à Portalegre où le pourcentage en est légèrement surpassé par celui du type mésosomique.

Les pourcentages du type leptosomique sont égaux ou supérieurs à 50 % dans toutes les provinces, sauf au Douro-Litoral et au Ribatejo, ainsi que dans tous les districts, sauf dans ceux de Pôrto, Santarém, Lisbonne et Portalegre.

On pourra admettre que les populations des régions montagneuses sont caractérisées par l'excès relatif du type leptosomique, excès qui est très spécialement significatif dans les provinces de Trás-os-Montes et Alto-Douro et Beiras.

Par contre, ce même type est bien moins fréquent dans les districts de Pôrto, Lisbonne et Santarém. D'une façon générale il est plus fréquent au Nord qu'au Midi du Pays.

Le type mésosomique est, d'une façon générale, plus fréquent au Midi qu'au Nord du Portugal et la tendance à la réduction de la fréquence de ce type se manifeste dans une zone qui se dispose plus ou moins dans le sens S. W-N. E. tout en ce répandant vers l'Extremadura, Beira-Litoral, Beira-Baixa, Trás-os-Montes et Alto-Douro, quoique plus accentuée vers le Nord-Est de Portugal.

De l'étude du type euryssomique l'auteur a pu conclure que celui-ci est le moins fréquent dans tout le pays et dans toutes les régions. On trouve néanmoins un surcroît relatif de la fréquence de ce type dans les régions littorales au Nord du Tage surtout dans les districts de Pôrto, Lisbonne (avec Santarém et Leiria), embrassant certainement les deux plus grandes agglomérations urbaines du Portugal, tandis qu'il en a une baisse de fréquence dans les régions montagneuses de l'intérieur et à l'extrême sud du Pays. L'euryssomie semble être en rapport avec l'urbanisme. Par contre, on peut admettre que les montagnes et les plus grandes altitudes sont propices à la leptossomie comme nous l'avons dit ci-dessus.

La tendance leptossomique des districts d'Aveiro et de Setúbal est aussi peut-être l'expression de l'existence d'un élément ethnique leptossomique parmi les pêcheurs de ces régions.

Les plaines de l'Alentejo seraient-elles à leur tour favorables à la mésossomie? Et y aurait-il à l'Algarve l'action spéciale d'un élément ethnique mésosomique?

Ce sont des questions suggérées par les résultats ci-exposés, mais qui toutefois ne peuvent pas encore recevoir de réponse définitive.

D'autres enquêtes et d'autres méthodes de travail pourront d'ailleurs confirmer ou infirmer les conclusions générales de l'étude dont le caractère — répétons-le — est tout simplement préliminaire et sommaire.

BIBLIOGRAFIA

- VICTOR FONTES — *Os tipos morfológicos humanos e a sua aplicação à medicina*, «Arquivo de Anatomia e Antropologia», Vol. IX Lisboa, 1924/26.
- R. MARTIN — *Lehrbuch der Anthropologie*, Iena, 1928.
- K. KRETSCHMER — *La structure du corps et le caractère*, Paris, 1930.
- N. PENDE — *Trabajos recientes sobre Endocrinología y Psicología Criminal*, Madrid, 1932.
- A. A. MENDES CORREIA — *Introdução à Antropobiologia*, Lisboa, 1933.
- LUIZ PINA — *Tipos constitucionais e criminalidade*, «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de de Antropologia e Etnologia», Vol. VI, Pôrto, 1934.
- LUIZ PINA — *Tipos constitucionais nos negros africanos*, «Actas do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial», Pôrto, 1934.
- E. TAMAGNINI — *A Pigmentação dos Portugueses*, «Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa», Vol. I, Coimbra, 1936.
- E. F. von EICKSTEDT — *Rassenkunde und Rassengeschichte der Menschheit*, Stuttgart, 1939.
- A. ATHAYDE — *Ensaio sobre a determinação de tipos constitucionais e de fórmulas endocrínicas nos portugueses*, «Actas do Congresso Nacional das Ciências da População», Pôrto, 1940.
- L. DUARTE DOS SANTOS — *Biotipologia Humana*, Coimbra, 1941.
- A. A. MENDES CORREIA — *Raças do Império*, Pôrto, 1945.

ORIGENS E EVOLUÇÃO DO URBANISMO EM PORTUGAL

Pelo DOUTOR ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO

Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Coimbra

ORIGENS E EVOLUÇÃO DO URBANISMO EM PORTUGAL

I

CONCEITO DE «URBANISMO». SEUS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS

Como já tivemos ocasião de escrever algures, se a carta da densidade nos dá idéia do *relêvo* da população, a das aglomerações urbanas assinala, nesse relêvo, os mais alterosos píncaros.

São êstes que individualizam melhor as zonas montanhosas, que melhor as definem e caracterizam, e não raro por isso lhes dão o nome; são também as *ciudades* que, constituindo por assim dizer a aristocracia do povoamento e «polarizando as energias culturais e políticas da nação», apresentam quási sempre os fenómenos mais característicos do desenvolvimento demográfico de um país.

Há, todavia, uma diferença fundamental a pôr em foco. A ordem natural da evolução das formas do terreno leva à regularização das suas diversidades de superfície no sentido da planificação final — «todo o monte será arrasado e todo o vale será cheio», como está escrito; na evolução das coisas humanas, pelo contrário, e especialmente no que diz respeito à distribuição da população, é o fenómeno inverso que se verifica: a tendência para neste crescimento rápido do efectivo humano que agora verificamos se acentuarem as desigualdades do povoamento, fazendo até em muito casos com que as maiores aglomerações venham a crescer em última análise à custa das mais pequenas.

Todo o panorama demográfico do século XIX e daquele em que vivemos pode dizer-se que tem a dominá-lo um facto primacial: o desenvolvimento extraordinário das cidades, que se tornou uma das características mais salientes da vida social do nosso tempo e até mesmo da nossa civilização.

Êste desenvolvimento urbano pode constituir um sintoma de prosperidade

e de progresso; mas assinala na maior parte dos casos o *desequilíbrio demográfico*, pela acumulação excessiva da população em reduzido espaço citadino e sua rarefacção nos campos, e ainda o *desvio das formas de actividade* do seu rumo normal (abandono da profissão agrícola), que demanda cuidadoso estudo e até mesmo adequada intervenção.

É evidente que as cidades têm uma importante função a desempenhar no organismo político, económico e social da Nação. Já o consagrado poeta hindú Rabindranath Tagore disse que é preciso que haja cidades na civilização do homem, da mesma maneira que são necessários no organismo humano «centros de vida como o cérebro, o coração e o estômago» (1); mas as nossas cidades, acrescenta o referido escritor, são como «tumores em volta dos quais o sangue congestionado é inimigo do corpo inteiro, que suga e do qual se alimenta». As cidades modernas — continua êle — sugam também o organismo social das aldeias, que são como «mulheres que velam sôbre o berço da raça», esvasiando-as e deitando fora uma quantidade enorme de detritos, ao mesmo tempo que assumem um ar fictício de prosperidade.

Sempre o desenvolvimento das cidades andou relacionado muito de perto com as grandes fases do progresso, a ponto de o termo *urbanização* quasi se poder considerar sinónimo de *civilização*; mas uma reacção desfavorável não tardou a produzir-se e de tal maneira que as aglomerações urbanas, atraíndo e acumulando gentes de vária procedência, mal alojadas em bairros insalubres e por vezes em detestável promiscuidade, se tornaram em muitos casos, não apenas um perigo para a saúde pública, mas até mesmo outros tantos focos de infecção moral.

Assim, não admira que a vida humana seja fortemente afectada, em semelhantes casos, nas suas condições normais de desenvolvimento, e que o cancro da desnatalidade vá corroendo surdamente o organismo citadino; e não admira também que o número de óbitos (como sucede já em Lisboa desde 1934 e no Pôrto desde 1941) ultrapasse o de nascimentos, circunstância esta que traria consigo a depopulação se não fôsse o afluxo constante de gente de fora.

O urbanismo e a corrente rústico-urbana tornam-se dêste modo um dos problemas mais prementes e mais angustiosos dos nossos tempos. Melhor: apresentam-nos uma série complexa de problemas, que todos êles exigem solução adequada e imediata, por se relacionarem com as próprias raízes da Grei e do

(1) Na sua *Analyse Spectrale de l'Europe*, o Conde H. Keyserling tem um passo curioso, que poderia aqui recordar-se, sôbre o papel de Paris como *cidade mundial* e cabeça única da França, nas suas relações com as outras cidades francesas, cuja vitalidade é — diz êle — a do estômago, do fígado, das pernas.

Estado — problemas de urbanização pròpriamente ditos e de construção de casas de habitação, problemas de circulação e de transporte, de arte, de estética, de higiene, problemas económicos e sociais, e até mesmo intelectuais e morais.

Tôdas estas questões, que uma verdadeira revolução urbana tem apresentado ao homem, atingem particular acuidade nos países de moderna vida industrial, com aquelas *ciudades tentaculares* de que nos fala o poeta belga Verhaeren, mas não são também estranhas aos próprios países agrícolas.

A guerra actual, como já também a de 1914-1918, se veio afectar poderosamente, e por vezes até catastròficamente, a vida e a integridade de muitas grandes cidades, veio fazer passar também ao primeiro plano os candentes problemas do *urbanismo*, e pôr bem ao vivo os inconvenientes sociais, económicos e até mesmo estratégicos da concentração da população nas grandes aglomerações urbanas.

Sente-se que é preciso reconstruir em bases novas as metrópoles mais duramente atingidas, e que importa criar tipos de cidades bem diferentes dos actuais — cidades onde a população tenha espaço para se desenvolver, ar para respirar e sol para se vitalizar — e que não ultrapassem, por isso, uma determinada cifra populacional, um certo número-limite de habitantes.

Até mesmo no nosso País, são bem patentes os efeitos da congestão urbana. Uma cidade como Lisboa que reúne em si a décima parte da população do Continente, numa proporção que é a de Paris relativamente a tôda a França, população de contínuo acrescida pelo afluxo de gente vinda de todos os recantos da terra portuguesa, mas cujo crescimento fisiológico assinala já um *deficit* bem acentuado — uma cidade assim não pode deixar de considerar-se como tendo um desenvolvimento anormal e uma densidade de povoamento e de aglomeração que cria graves problemas de circulação e de transporte, e deve tornar muito precárias, também, as condições de alojamento do próprio habitante, constituindo uma causa permanente de miséria material e moral e até uma constante preocupação para os que assumem as responsabilidades da sua administração municipal.

Vamos examinar, por isso, as condições em que tem evoluído a nossa população urbana, para ver até que ponto nela se verificam os males que acabamos de apontar e se podem tornar urgentes os remédios que é de uso aconselhar em semelhantes casos.

DISTINÇÃO ENTRE CENTROS RURAIS E CENTROS URBANOS

Não é tarefa muito fácil — têm dito e repetido todos os que versam êstes assuntos — distinguir entre população rural e população urbana, e nem mesmo é possível estabelecer uma separação rigorosa entre as duas. O número de habitantes ou a sua densidade por quilómetro quadrado não bastam para êsse efeito; e os países que para tal distinção se baseiam no critério estatístico têm reconhecido por êsse facto, à medida que a população cresce, a necessidade de alterar a cifra de habitantes prèviamente estabelecida.

Se esta cifra não serve de base para a classificação, também não pode dizer-se que a forma predominante de actividade económica seja critério mais seguro. Nem sempre o trabalho agrícola emprega, com efeito, a maior parte da população rural, como não podemos afirmar que seja população urbana a de muitos centros mais ou menos especializados na sua produção, como succede à de numerosos agrupamentos industriais, piscatórios e mineiros.

É ver o que succede nalguns dos nossos concelhos, que embora tenham a sua sede em aglomerados de grande população — superior à de muitas cidades — como Ovar, S. João da Madeira e Aljustrel, e assinalem mesmo larga representação de profissões diferentes da agricultura — pesca, indústria téxtil e exploração mineira — e até algumas formas de actividade já próprias dos centros urbanos, apresentam entretanto, também, uma extensa base agrícola que se impõe logo à primeira vista.

Jean Brunhes só aparentemente teve uma definição feliz quando escreveu que há cidade tôdas as vezes que a generalidade dos habitantes passa a maior parte do tempo e desenvolve a parte principal da sua actividade no interior mesmo da aglomeração populacional. Na aldeia, o habitante vive especialmente nos campos; na cidade, perdeu o contacto com êles. Mas havemos de contar sempre com a população de alguns núcleos industriais, que nem por isso podem ou devem considerar-se urbanos.

Certo é que todo o centro urbano digno dêste nome desempenha sempre uma função diferente da dos centros rurais — *função de relações* — baseada especialmente no comércio, na indústria, na administração e noutros serviços públicos, quando êstes deixam de ter o carácter local de uma simples aldeia e passam a abranger mais vasta área.

Julgamos, por isso, que o Sr. Dr. Marcelo Caetano (1) foi bastante preciso quando pela sua parte escreveu que centros nitidamente *urbanos* são «os centros de densa aglomeração humana, em que tôdas as profissões avultam igualmente, por necessidade de mais vivo e íntimo comércio social e do requinte de civilização e cultura, que constitui o ideal da cidade».

Há quasi sempre entre rurais e citadinos uma diferença pronunciada de mentalidade: a dos primeiros, mais enraizada na terra, mais prês a solo, mais conservadora das tradições e dos velhos usos e costumes; a dos segundos, dominando um horizonte que transcende os estreitos limites da vida local, e por isso mais aventureira, mais aberta às influências vindas do exterior e às inovações do progresso.

Mas há também do ponto de vista estritamente geográfico, entre povoamento rural e povoamento urbano, uma diferença fundamental: aquê adapta-se melhor ao meio que o cerca, «faz corpo com a paisagem», confunde-se muitas vezes com ela; êste deixa de ser o reflexo das condições naturais do solo e do clima para se tornar, acima de tudo, obra do habitante e até, por vezes, o que há de menos conforme com as leis da Natureza. Daí, a razão do aforismo de Cowper: *Deus fêz o campo, o homem fêz a cidade.*

A dificuldade ou mesmo impossibilidade de distinguir a população urbana da população rural, «por falta de um critério seguro e uniforme», viram-na os organizadores dos nossos recenseamentos gerais da população e quasi todos os seus comentadores.

Ainda hoje nos parecem muito sensatas e reveladoras de um claro sentido da realidade as considerações que Eduardo Vilaça antepôs ao *Censo da População* de 1890: «As vilas capitais de concelho são, em regra, mais contempladas com os serviços de comunicações ordinárias: estradas, correios e telégrafos. São as sedes da administração civil e municipal e mesmo da judicial em grande, senão na maior parte delas. A classe comercial é mais ou menos largamente representada. Se a região é industrial, em igualdade de tôdas as outras circunstâncias, são escolhidas de preferência às freguesias inteiramente rurais, para o estabelecimento de fábricas.

«Por outro lado, a presença inevitável de um certo número de funcionários públicos, classe que participa dos caracteres da vida urbana, exerce naturalmente uma acção constante nos costumes e hábitos da população. Em resumo, as profissões liberais são sempre e necessariamente representadas por um número maior ou menor de indivíduos nas capitais dos concelhos.

(1) *Perspectivas da política, da economia e da vida colonial*, Lisboa, 1936, pág. 65.

«Do concurso de tôdas estas condições de carácter geral e ainda de outras especiais, que freqüentemente se dão, como por exemplo, a existência de estabelecimentos de ensino oficial ou particular, resultam maiores facilidades nas relações dos indivíduos entre si, ou com o município e o estado, e um maior número de comodidades. Estas circunstâncias determinam freqüentemente pessoas estranhas à vida rural, a elegerem domicílio nas vilas cabeças de concelho, de modo que estas tendem geralmente a aumentar em população e a distanciar-se da vida rural, tomando a feição das populações urbanas».

Há nestas palavras um grande fundo de verdade, especialmente no que diz respeito às regiões de povoamento mais ou menos aglomerado; nas outras, como sucede de preferência no Noroeste português, a vida local das vilas cabeças de concelho em pouco ou nada se distingue do tipo da vida rural. Não avultam elas muitas vezes na paisagem mais do que as aldeias e lugares circunjacentes, e quem as atravessa de automóvel, mesmo quando a estrada constitui a sua artéria principal, não experimenta a sensação de terem mudado o tipo de povoamento, as condições de vida, as formas de actividade e hábitos da população.

III

FASES HISTÓRICAS DE URBANIZAÇÃO EM PORTUGAL

Pode seguramente dizer-se que os grandes períodos da nossa história política e social foram marcados por outras tantas fases de *urbanização*, quer dizer, pelo engrandecimento de certos núcleos de povoamento que começaram a distinguir-se pela sua importância de outros núcleos de povoamento vizinhos. E, se o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte é sempre factor essencial da vitalidade das aglomerações urbanas, pode acrescentar-se que a formação e as transformações destas hão-de sempre andar muito de perto relacionadas com os grandes ciclos históricos da circulação.

«As estradas fizeram as cidades», escreveu Vidal de La Blache; e assim se compreende que os Romanos, construtores da maior e mais importante rede de comunicações da antiguidade, tenham dado, como nenhum outro povo, largo impulso ao desenvolvimento da vida urbana nas diversas regiões por êles ocupadas.

Nesta faixa mais ocidental da Península Ibérica encontrava já o povo do Lácio alguns centros de povoamento urbanizados pelo desenvolvimento do comércio marítimo ou fluvial, como *Olisipo e Cale*. No interior, geralmente à beira dos rios ou nos cabeços de mais fácil defesa, outros núcleos mais destacados de

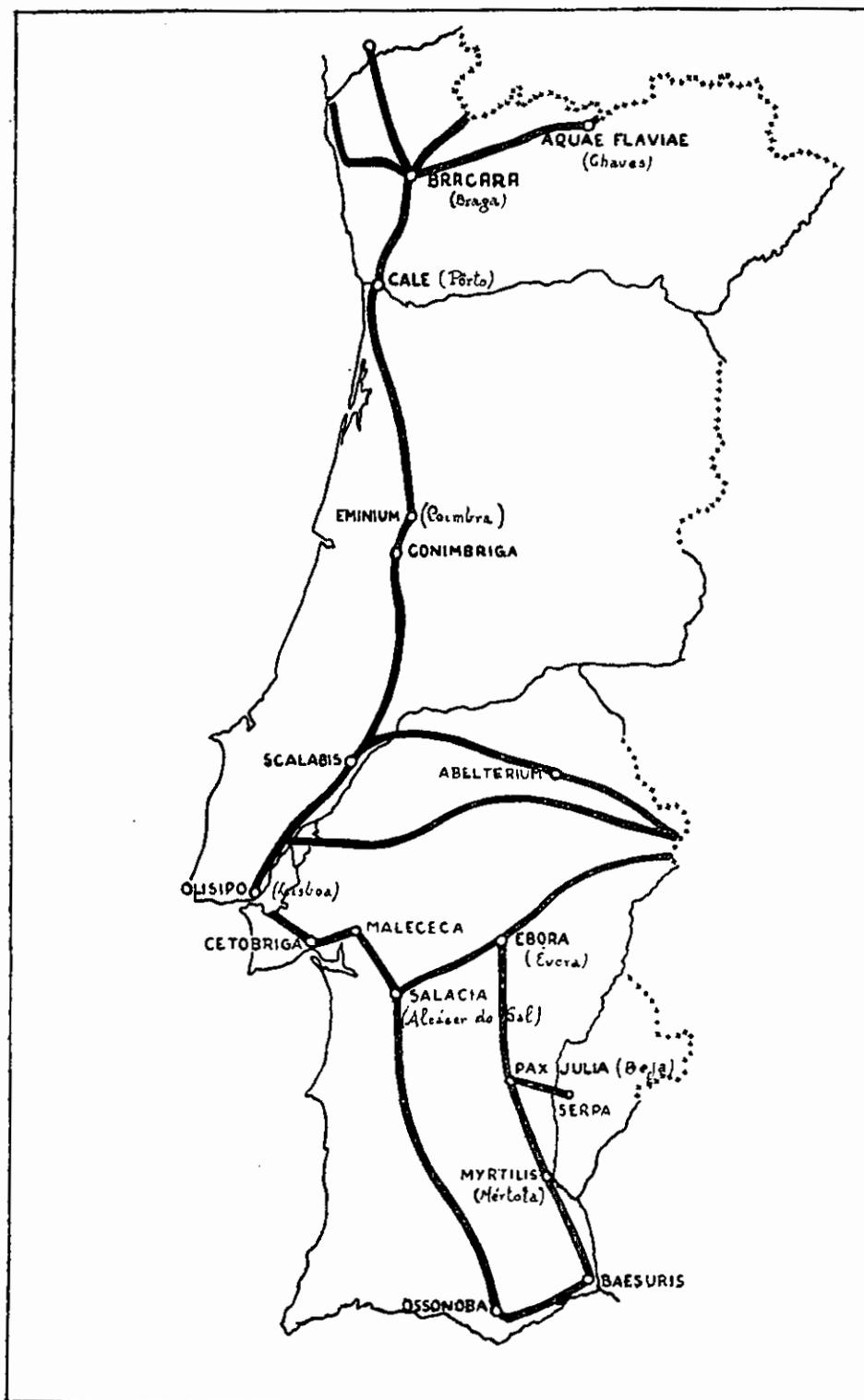


Fig. 1 — Viação romana e centros de população com ela relacionados

povoamento — as chamadas *civitates* ou *oppida* — impunham-se também pela sua importância estratégica; mas, por muito grande que esta fôsse, privados de uma rede de comunicações terrestres que fizesse irradiar ao longe a sua influência, alargando a sua esfera de acção, pode dizer-se que tinham um papel de predomínio acentuadamente local. Eram, por isso mesmo, em maior número: cidades de segunda ordem, como poderíamos chamar-lhes, abundavam, contra o que seríamos levados a imaginar, precisamente quando os meios de comunicação eram mais escassos.

«Romanização» pode considerar-se, em certo modo, sinónimo de «urbanização». A viação romana (*Fig. 1*) não somente canalizou movimentos, esforços e tendências de povos neste recanto peninsular, mas veio depois a constituir também um poderoso elemento de solidariedade social e de estruturação política, tornando-se por conseguinte um forte polarizador do povoamento, que cresce e se aglomera à beira das suas mais importantes linhas ou dos seus pontos de bifurcação e cruzamento: cidades do litoral que se engrandecem e vêem aumentando o seu poder de atracção e de irradiação pelo desenvolvimento das comunicações terrestres; núcleos urbanos mais do interior que surgem e se desenvolvem à custa de outros núcleos mais pequenos, afastados das grandes artérias de circulação. Braga, Viseu e Évora devem o seu desenvolvimento ao facto de se terem tornado importantes nós da circulação na época romana. E não admira, por isso, que as pequenas cidades diminuíssem então de importância em proveito das grandes.

Com o declínio do poderio romano e a fase perturbada de invasões e de conquistas que se lhe segue, pode dizer-se que declinam também aquelas aglomerações urbanas que da circulação e da organização política constituem em grande parte uma consequência. As perturbações e desavenças entre os homens — e é bem tristemente elucidativo o exemplo da presente guerra — revelam-se em todos os tempos fatais ao desenvolvimento das cidades. Para combater e aniquilar os homens, procura-se destruir sobretudo o que é obra do homem. E entra-se francamente num período de *desurbanização*, com o decréscimo da população urbana, não propriamente em benefício da população rural, mas no de outros centros populacionais mais favorecidos por circunstâncias particulares. Assim, Évora, antiga capital da Lusitânia no tempo de Sertório, que no século XV era ainda a segunda cidade do país em população, diminui depois consideravelmente.

De uma maneira geral, pode dizer-se que a população portuguesa se aglomerava mais na Idade-Média do que posteriormente, e que o povoamento disseminado devia ter então reduzida importância. Os homens agrupavam-se até mesmo por necessidade de defesa, numa época em que a segurança de pessoas e bens corria a todo o passo os maiores perigos.

Se as lutas que para a constituição territorial definitiva do Reino tivemos de sustentar, primeiro com os Mouros e depois com o País vizinho, causaram grandes estragos nalgumas cidades e povoações mais importantes, não se esqueceram os nossos monarcas de prover à sua restauração, fortificação e desenvolvimento populacional. Pode dizer-se com o nosso historiador Costa Lôbo (1) que, segundo a ordem natural das coisas, os homens procuraram especialmente «aquelas localidades, cujo torrão fecundo lhes faculta o grangeio da subsistência, em sítios favoráveis à laboração industrial e mercantil, onde pela permutação de artefactos, conseguem o mesmo fim». Mas convém acentuar que êste esforço de urbanização se verifica também na zona fronteiriça, onde algumas terras são guarnecidas de forte armadura militar e administrativa, concedendo-se-lhes privilégios e procurando atrair para elas, por todos os meios, a população.

O *Numeramento* ou Cadastro da População mandado organizar em 1527 por D. João III pode fornecer-nos elementos para comparar a população urbana com a população rural, e ver a posição que mantinham as cidades portuguesas de então relativamente à população total do País.

É curioso considerar o estado da concentração urbana. Esta mostra-se no século XVI mais acentuada que nos meados do século XIX, ao menos quanto a Lisboa, que então atraía gente de tôda a metrópole e do estrangeiro. A população da capital está para a população total do Reino na proporção de 1 : 21 em 1527, e apenas de 1 : 24 em 1864. Somos levados, assim, a concluir que a «cidade das muytas e desvairadas gentes» teve uma fase de concentração urbana bem marcada nos meados do século XVI, quando desempenhava, pode dizer-se, o papel de verdadeira metrópole mundial.

É curioso ver também a posição que mantinham então as cidades portuguesas umas em relação às outras, pelo que diz respeito à sua cifra populacional. Parece que as cidades alentejanas tinham ainda no século XVI manifesto predomínio sôbre as do Norte do Tejo, consequência evidente do *habitat* concentrado sempre característico da região, mas também, em parte, dos factos de circulação e urbanismo que remontavam à época romana. Era a zona de menos acentuado relêvo, e por isso de maior densidade de vias de comunicação: era também a mais favorecida pelos fenómenos de circulação que são as cidades. Na metade meridional do País nada menos de sete povoados ultrapassam mil fogos em 1527 — Lisboa, Évora, Santarém, Elvas, Portalegre, Setúbal e Beja — e quasi os atinge a vila de Estremoz; na metade setentrional só Pôrto, Guimarães e Coimbra estão nestas condições,

(1) *História da Sociedade em Portugal no século XV*, pág. 226.

sendo de notar que Braga tinha apenas 848 moradores e cidades como Lamego, Viseu e Guarda não chegam a atingir 500 fogos.

Continuando a examinar os factos que especialmente interessam ao esclarecimento do nosso problema, não devemos esquecer ainda a obra do Marquês de Pombal no progresso urbanístico de algumas terras do País, reedificando Lisboa em grande parte destruída pelo terramoto de 1755, edificando outras, como Vila Real de Santo António que se procurou traçar à imagem da *Baixa* de Lisboa, e erigindo muitas aldeias em vilas, e muitas vilas em cidades, que obteve de Roma fôsem feitas também sedes de Diocese (Aveiro, Pinhel, Castelo Branco e Penafiel).

Para avaliar o movimento da população nas cidades portuguesas desde a época da nossa maior expansão no mundo até 1864, em que temos o primeiro recenseamento geral da população organizado em novos moldes, pode servir-nos também o referido *Numeramento* de 1527 e alguns dados estatísticos da *Corografia Portuguesa* do P.^o Carvalho da Costa, embora êstes não mereçam geralmente grande confiança.

Sabendo-se que se contaram 278.408 fogos em 1527 e 1.041.238 fogos em 1864, verifica-se que quadruplicou a população total do Reino nos três séculos decorridos após o recenseamento quinhentista. A população das três mais importantes cidades naquela época aumenta também consideravelmente: Lisboa passa de 13.010 fogos em 1527 a 42.180 em 1864; o Pôrto, de 3.006 para 20.029; Évora, a que faltava a seiva que animava as cidades do litoral, apenas de 2.813 a 3.195 fogos nos mesmos anos.

Entra-se, depois dos meados do século XIX, num período em que possuímos alguns recenseamentos gerais, que nos permitem verificar o seu notável desenvolvimento, e vão mostrar-nos ainda como evoluciona a população urbana do nosso País.

Assiste-se efectivamente, neste século, e sobretudo na parte já decorrida do actual, à última grande fase de urbanização ou, melhor, de *urbanismo*, determinada sobretudo pelo progresso demográfico, pela construção das novas estradas e caminhos de ferro, que facilitaram a emigração e a deserção dos campos para as cidades, e pelo desenvolvimento da indústria, que naturalmente leva à concentração da população.

Sempre as mesmas causas produzem idênticos efeitos. O novo sistema de vias de comunicação conduz a resultados semelhantes aos que já verificámos na época romana. A população urbana aumenta; e aumentam mais os aglomerados citadinos maiores, muitas vezes à custa dos mais pequenos.

A *Fig 2* mostra como se desenvolveu em Portugal a rêde ferroviária: veremos como paralelamente a ela se desenvolve também a população urbana. Os habi-

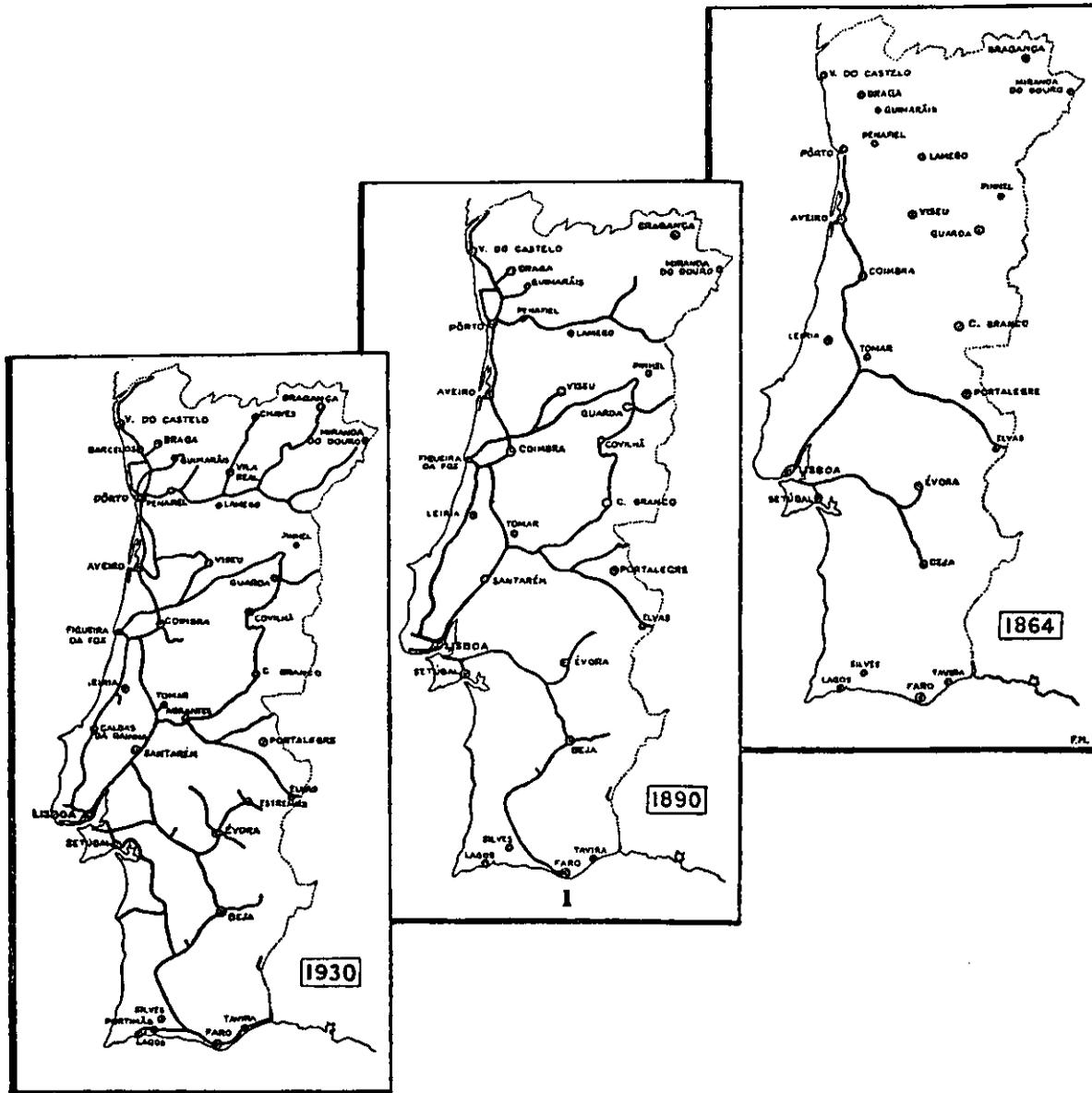


Fig. 2 — Desenvolvimento da rede ferroviária em Portugal

tantes das zonas rurais tiveram facilidades até aí nunca vistas de visitar a cidade, e a cidade tentou-os. A corrente rústico-urbana, determinada pela comparação da vida nos campos e nas cidades, estabelece-se e acentua-se.

Ao mesmo tempo, a facilidade de comunicações favorece também a *emigração*, que então se estende a algumas regiões do País outrora mais refractárias a ela, devenvolvendo-se nelas consideravelmente em volume e tomando por vezes todo o carácter de um verdadeiro êxodo.

É conveniente notar que não são pròpriamente causas económicas as que exercem em especial a sua influência, mas antes o espírito de aventura, a tentação da vida fácil e o desejo de rápido enriquecimento. Gerardo Pery escreveu em 1875, na sua *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*: «Não deixaremos todavia de observar que dentre as variadas causas da emigração há duas principais; a negação para o serviço militar, e a ambição das riquezas. São causas gerais que produzem o movimento emigrante em quási todos os países. Falta de trabalho não há actualmente, porque na maior parte do país é sensível a falta de braços. A insuficiência dos salários, e a carestia dos meios de subsistência, para um povo sóbrio como o das províncias do norte de Portugal, são causas secundárias, que não sofrem comparação com as tentações dos engajadores ou contratadores e com as sedutoras histórias das riquezas facilmente adquiridas».

IV

DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL E DA POPULAÇÃO URBANA (1864-1940)

Nos mapas que a seguir se reproduzem tivemos em vista representar o desenvolvimento demográfico nas diversas regiões portuguesas, e, ao mesmo tempo, a maneira como evoluciona também a população dos nossos mais importantes centros populacionais, a que oficialmente se aplica a designação de «cidade», mesmo que êste título só muito recentemente lhes tenha sido conferido. Por êles podemos, pois, estabelecer o confronto entre a maneira como em sucessivas décadas cresceu ou diminuiu a população das nossas áreas concelhias, que abrangem a grande massa da população rural, e dos núcleos de povoamento onde especialmente se concentra a população urbana. Interpretar devidamente êstes mapas será surpreender melhor o sentido da evolução demográfica e muito especialmente da concentração urbana em Portugal, e ver ao mesmo tempo as causas que a deter-

minam, as circunstâncias que a acompanham e as conseqüências que podem atribuir-se-lhe.

Devemos começar por fazer, entretanto, algumas anotações de carácter geral, para melhor compreensão do que vai seguir-se.

Não é tarefa isenta de dificuldades a de tornar comparáveis os dados estatísticos recolhidos nos diversos recenseamentos gerais da população que possuímos; e não apenas pelas freqüentes ocasiões de erro que nos apresenta, mas ainda pelas conclusões precipitadas a que pode levar-nos.

Em primeiro lugar, foram bem diversas e até por vezes manifestamente precárias as circunstâncias em que tais recenseamentos se organizaram. De uma maneira geral, poderá dizer-se que são tanto mais satisfatórios quanto mais recentes; e que alguns dos aumentos verificados nos últimos censos decenais devem em parte atribuir-se ao aperfeiçoamento dos métodos estatísticos e ao cuidado que se pôs na sua execução. As condições em que se organizou especialmente o recenseamento de 1864 não permitem que se possa considerar trabalho muito seguro, e dêle escreveu Brandão e Albuquerque nas palavras que lhe antepôs: «o estudo e a observação nos têm levado à convicção de que o recenseamento peca por vir diminuído e não por vir aumentado, principalmente nas cidades mais populosas, sobressaindo Lisboa e Pôrto» (1).

Outra dificuldade que nos surge para a conveniente comparação dos resultados obtidos é a confusão reinante na nossa antiga divisão administrativa, já classificada de «caos» pelo referido autor, a falta de concordância que por vezes se verifica entre a freguesia eclesiástica e a administrativa, e as sucessivas modificações que com o andar dos tempos se foram introduzindo na divisão concelhia e distrital. Houve por isso o cuidado de tomar como base em tôdas as nossas cartas a actual divisão concelhia, fazendo os cálculos por freguesias e agrupando-as como elas se encontravam na época respectiva, para em conjunto tornar devidamente comparável a população nas diferentes épocas.

Pelo que especialmente diz respeito às povoações, e em particular às cidades, também a comparação da sua cifra populacional nem sempre se torna muito fácil, pela freqüente alteração do número das freguesias que as constituem ou nelas têm parte, pela confusão que freqüentemente se fez entre sede-aglomerado populacional e sede-cabeça de concelho ou de distrito (abrangendo freguesias às vezes com grande extensão rural), e ainda, quanto às cidades, pela diferente área urbana que se lhes atribui, no que há sempre uma quota parte do arbítrio dos respectivos corpos administrativos.

(1) J. da Costa Brandão e Albuquerque, *Censo de 1864*, Lisboa, 1866, pág. IX.

Postas estas considerações prévias à maneira de coeficiente condicionador do que vai seguir-se, entramos no assunto que agora nos interessa.

1864-1878

A análise desta carta, respeitante a um período de catorze anos, não pode deixar de levar-nos a conclusões bastante desoladoras: a população diminui num grande número de concelhos portugueses da metrópole, Minho e Trás-os-Montes Ocidental, Beira Litoral e Beira Alta, ao Norte do Tejo, apresentam uma vasta área quasi ininterrupta de decréscimo; os concelhos alentejanos fronteiriços marcam outra zona de depressão demográfica que se estende do Tejo às montanhas algarvias; e até à volta de Lisboa, tanto ao Norte como ao Sul do rio, a população se rarefaz visivelmente.

Estaremos em face de um momento crítico ou de uma fase anormal no desenvolvimento da população portuguesa?

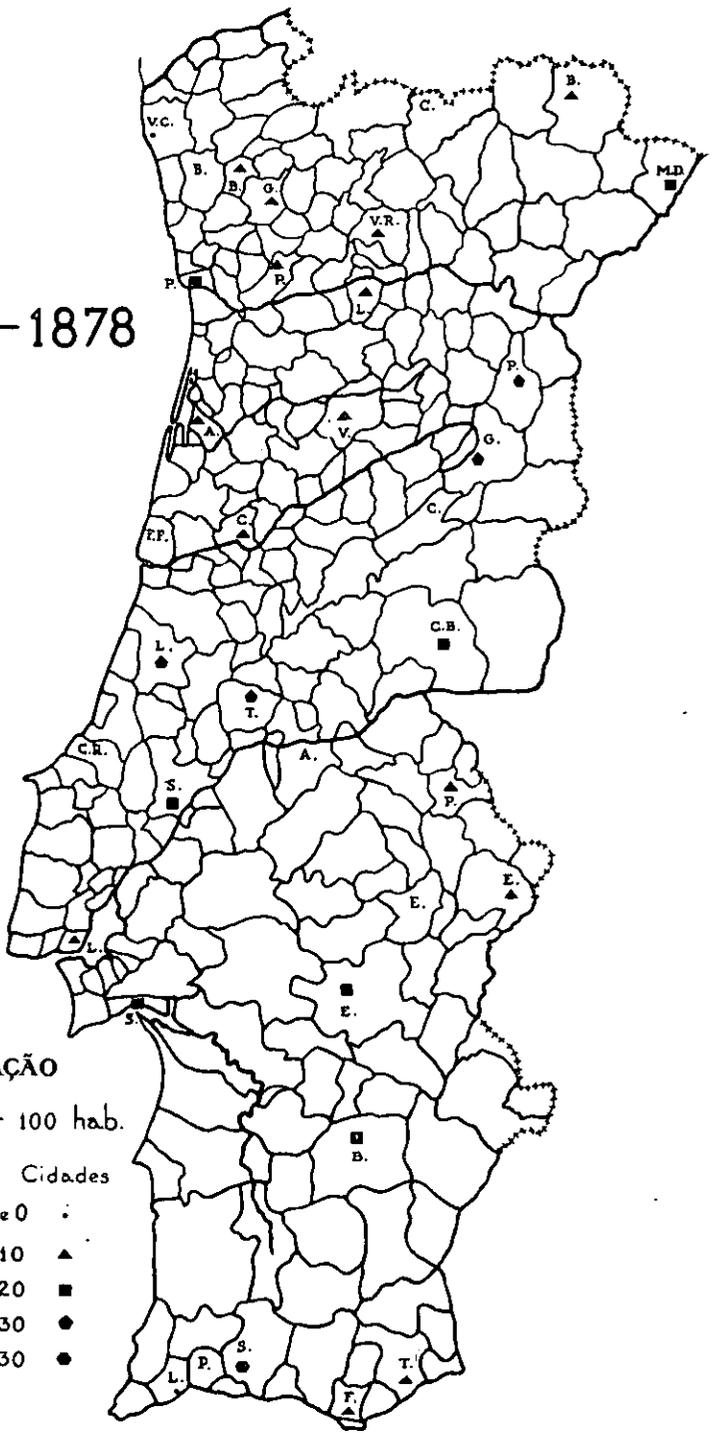
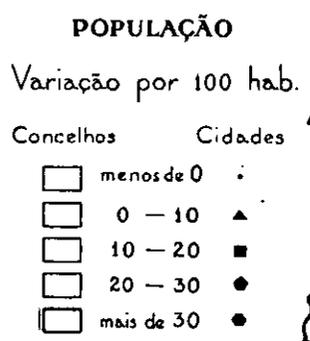
Quando se lêem as *Instruções Gerais* para a organização do *Cadastro do Reino* (1801-1812), que o Instituto Nacional de Estatística muito louvavelmente acaba de dar à estampa, não pode deixar de notar-se a insistência com que ali se procura averiguar as causas da «despovoação», aludindo-se a «emigrações repetidas» e ao «luxo das terras maiores para onde concorrem muitos que nelas acham mais recursos de subsistência sem trabalho». Se não há neste passo influência de quaisquer instruções contidas em cadastros estrangeiros, que se tenha procurado reproduzir, ficamos com a impressão de que no comêço do século XIX se desenhava no desenvolvimento da nossa população uma tendência depressiva bem acentuada; e parece que êste mesmo facto se revela na nossa carta.

Gerardo Pery, na sua obra já citada, diz, efectivamente, que «a invasão francesa e a emigração para o Brasil effectuadas no período de 1801 a 1822 explicam bem o diminuto aumento» então verificado na população do reino. A *emigração* torna-se agora, na verdade, um forte motivo de despovoamento regional. E quem consultar o *mapa dos emigrantes* e da sua procedência por distritos incluído na mesma obra (1) melhor compreenderá talvez os vazios da nossa carta. A corrente emigratória fêz-se sentir primeiro na zona sobrepovoada do Noroeste, mais aberta às influências vindas do exterior, e zona também de mais fáceis comunicações; estendeu-se depois às próprias zonas de menor densidade do interior.

Ao Sul do Tejo, o despovoamento dos concelhos interiores, que dão fraquíssimo contingente à emigração, parece ter uma causa bem diversa: as *migra-*

(1) G. Pery, *Geografia e Estatística Geral*, pág. 93.

1864-1878





ções internas para zonas de menor densidade. Na carta que apresentamos parece que se esboça ainda uma certa tendência para o aumento da população dos concelhos menos povoados das bacias do Tejo e do Sado, sem dúvida devida ao apêlo da mão-de-obra agrícola; e quem examinar com atenção a rêde dos caminhos de ferro em 1864 (*Fig. 2*) não deixará talvez de attribuir à facilidade das comunicações alguma parte no deslocamento da população: a abertura da linha de Leste e das de Évora e Beja exerceu presumivelmente uma forte solicitação sôbre o alentejano do interior.

Quanto às cidades, se algumas delas aumentam de população em percentagem muito superior à dos respectivos concelhos e regiões, como succede a Pinhel, Guarda, Leiria, Tomar e Silves, nem por isso deixaremos de reconhecer que a atracção dos grandes centros populacionais era ainda bastante restrita. Lisboa e Pôrto têm percentagens de aumento relativamente reduzidas, e só à volta da capital do Norte começa a avultar um certo acréscimo, que o desenvolvimento da actividade industrial sem dúvida explicará.

1878-1890

A carta correspondente a êste período de doze anos dá-nos um aspecto geral bem diverso do da anterior. Dir-se-á que entramos numa fase de progresso e de prosperidade nacional. Reduz-se consideravelmente o número de concelhos que diminuem de população, e as maiores percentagens de aumento espalham-se por quasi todo o País. Sente-se o pulsar de uma vida local mais intensa, embora mais refluída sôbre si mesma, com movimentos demográficos de pequeno raio de acção. Todavia, assinala-se ainda uma grande depressão demográfica nos concelhos do Alto Minho, especialmente na zona interior, devida sem dúvida à forte emigração; e outra logo vizinha, no Alto Douro, em que a invasão filoxérica deve ter também a sua parte.

Diminuem de população uns três concelhos no centro do País e outros tantos ou pouco mais no Alentejo; mas verificam-se simultâneamente aumentos consideráveis de alguns concelhos contíguos a êstes, especialmente no Sul (Fron-teira, Moura, Ourique,) os quais parecem indicar pequenas deslocações interconcelhias de população.

Há aumentos consideráveis de alguns concelhos interiores, como o da Covi-lhã, já esboçado no período anterior, e ainda da orla marítima — Pôrto, Ilhavo, Lisboa, Oeiras. As necessidades de mão-de-obra industrial ou agrícola pode dizer-se que estão na base dos aumentos verificados.

E como se comporta nesse período a população urbana?

As cidades desenvolvem-se regularmente, por vezes até consideravelmente, e o seu desenvolvimento acompanha de perto e ultrapassa o progresso demográfico do respectivo concelho e região. Lisboa e Pôrto, no litoral, têm aumentos, respectivamente, de 50,5 % e 38,6 %; no interior, a Covilhã, elevada à categoria de cidade em 1870, pelo seu progresso fabril, apresenta o crescimento máximo de todo o País (62,4 %); e Portalegre vem logo em seguida, por idênticos motivos, com 49,6 %.

Algumas outras aglomerações urbanas excedem ainda no seu crescimento a percentagem do respectivo concelho: Aveiro, Guarda, Coimbra, Elvas e Silves. Só Castelo Branco e Miranda do Douro diminuíram de população.

Assinala-se portanto, neste período, uma tendência para o *urbanismo* bem acentuada. E é agora que as palavras já citadas das *Instruções Gerais* de 1801 têm melhor aplicação: «emigrações repetidas para as Terras de Luxo», «Terras maiores para onde concorrem muitos, que nelas acham recursos de subsistência sem trabalho».

Consideremos que a rêde das nossas vias férreas ficara já concluída em 1890 nas suas maiores artérias de circulação, e ter-se-á em grande parte a explicação do facto.

1890-1900

Neste decénio voltam a oferecer-se aos nossos olhos algumas perspectivas sombrias. Áreas de depressão demográfica definem-se melhor, o que permite marcar certas tendências regionais: concelhos do Alto Trás-os-Montes, das margens do Douro e das margens do Mondego — esta última bem pronunciada; concelhos alentejanos do interior e de entre Alentejo e Algarve.

Compreende-se bem êste fenómeno. Os caminhos de ferro (*Fig. 2*) deram maior amplitude à mobilidade da população, e como que a solicitaram a sair da sua terra. Veja-se, no Norte do País, a decisiva influência das linhas do Douro e do Tua, e em especial a da Beira Alta, construída em 1876, e mesmo a da Beira Baixa. Perante o êxodo da população para os grandes meios e para fora do País que elas facilitavam, bem podia queixar-se o nosso povo:

*O combóio, ó combóio,
O combóio, ó ladrão!
Levaste mas não trouxeste
O meu amor à estação.*

*O ladrão do maquinista
Leva a máquina a vapor (1)
.....
.....*

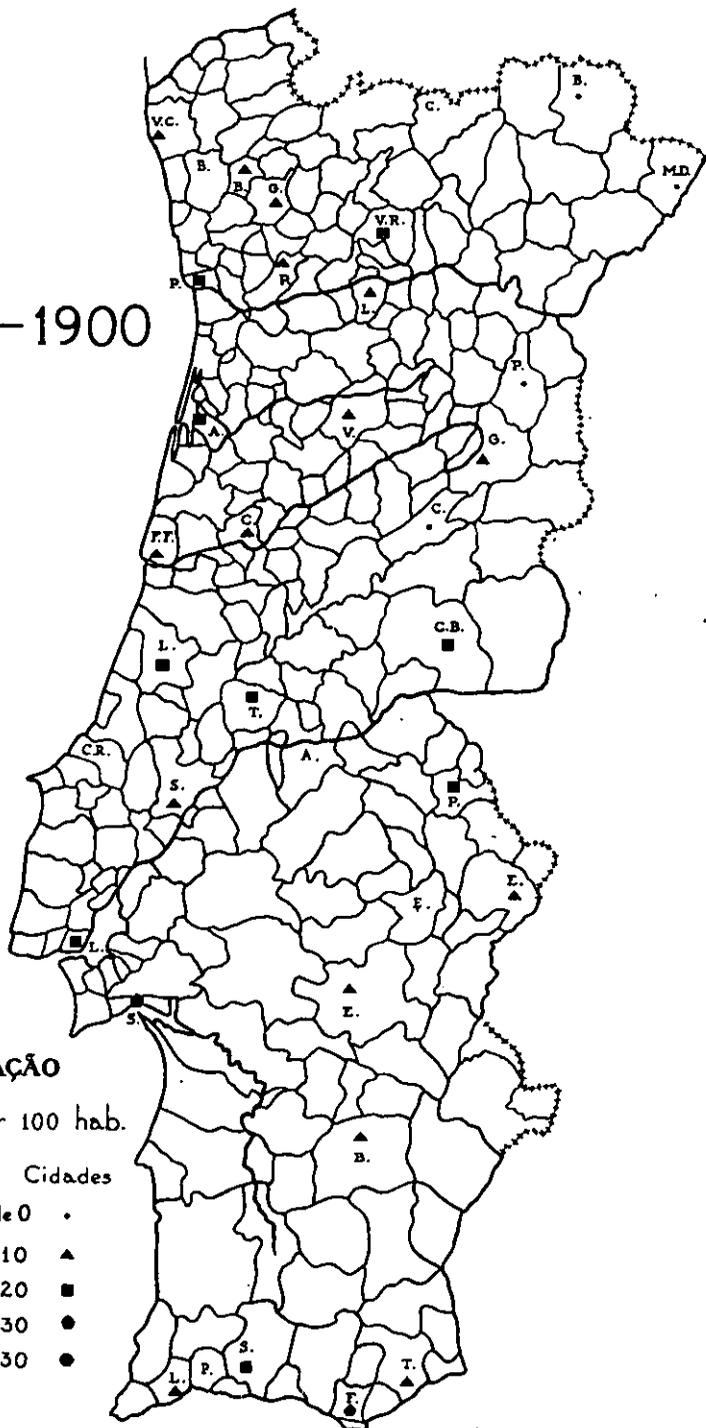
(1) A máquina a vapor! Assim era, na verdade: sinal visível e eco, que se repercutia entre nós, da grande revolução do século XVIII, afirmada sobretudo no desenvolvimento da indústria e no progresso dos meios de transporte.

1890 – 1900

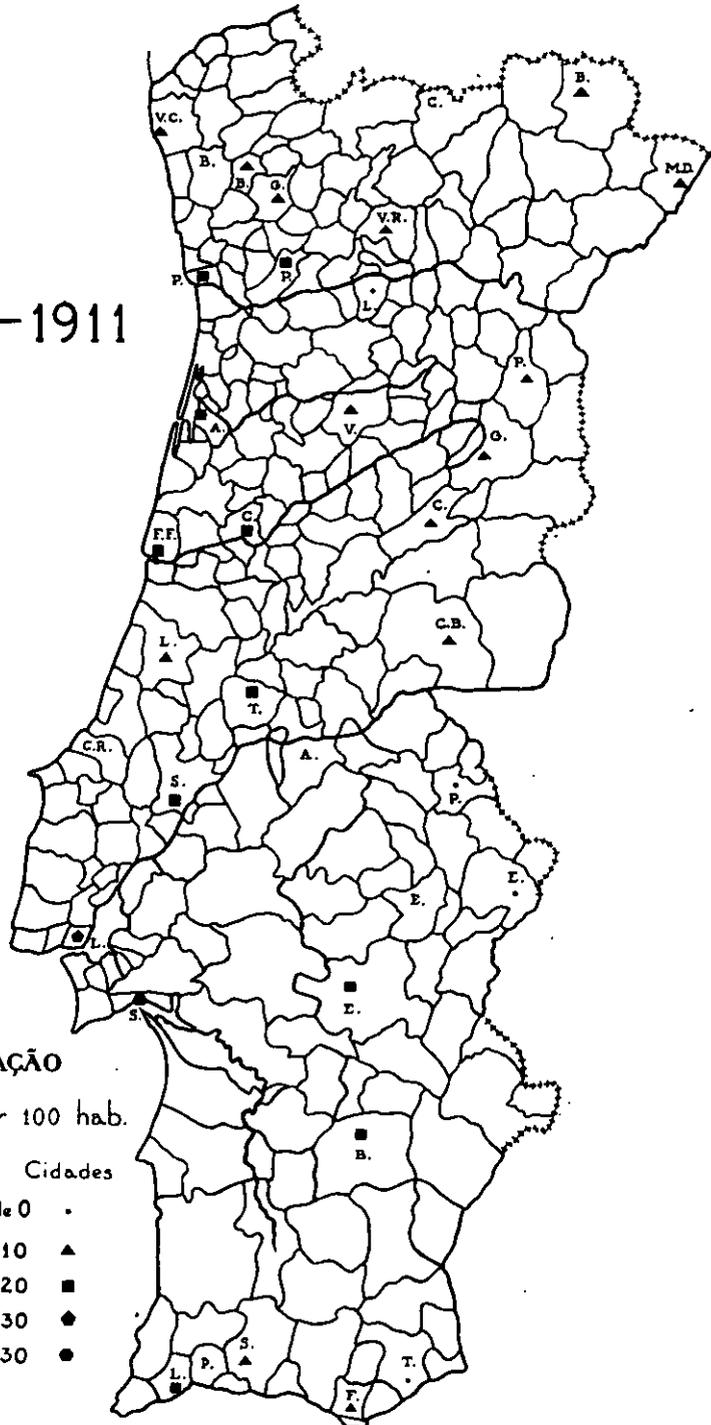
POPULAÇÃO
Variação por 100 hab.

Concelhos Cidades

- | | | |
|---|------------|---|
| □ | menos de 0 | • |
| □ | 0 – 10 | ▲ |
| □ | 10 – 20 | ■ |
| □ | 20 – 30 | ● |
| □ | mais de 30 | ● |



1900 - 1911



POPULAÇÃO

Varição por 100 hab.

Concelhos

Cidades

- | | | |
|---|------------|---|
| □ | menos de 0 | • |
| □ | 0 - 10 | ▲ |
| □ | 10 - 20 | ■ |
| □ | 20 - 30 | ◆ |
| □ | mais de 30 | ● |

E compreendem-se melhor as coisas quando se recorda que o ano de 1890 marca para nós um momento de crise política, económica e financeira, tanto interna como internacional, e que a êle se seguiu um aumento considerável da nossa emigração.

Com a crise interna, parece que se voltam as atenções para a cultura do solo nas regiões mais abandonadas do País: alguns concelhos das bacias do Tejo e do Sado vêem aumentar o seu povoamento humano.

Não é tão acentuado o progresso demográfico citadino. Lisboa e Pôrto têm aumentos inferiores e a urbanização dos concelhos vizinhos de Lisboa como que estaciona. O crescimento de outras cidades é também mais lento; e algumas, como a Covilhã, Pinhel, Miranda do Douro e Bragança, diminuem de população.

O caso da Covilhã é particularmente impressionante: a um período de excepcional progresso demográfico sobrevém outro de visível decadência. A crise de 1890 inscreve-se bem nesta carta; apesar disso, Setúbal e Faro assinalam aumentos consideráveis, mais postos ainda em destaque, no caso de Setúbal, pelo aumento populacional dos concelhos limítrofes.

1900-1911

Com o início do século em que vivemos, modifica-se de maneira bem sensível a face das coisas. Os acréscimos e decréscimos da população deixam de distribuir-se isoladamente, irregularmente, pelo nosso território continental, e marcam agora com nitidez uma grande zona de depressão — a região duriense — e outra de incremento populacional intenso e persistente — as bacias do Sorraia e do Sado. No mapa como que se desenha o decisivo aumento dos concelhos alentejanos à custa dos nortenhos e algarvios.

O concelho e a cidade de Setúbal têm o primeiro lugar; mas os concelhos vizinhos crescem também, e com êles as cidades de Évora e Beja, que parecem ter aspirado a população de outras cidades alentejanas que diminuem — Portalegre e Elvas.

A tendência do urbanismo acentua-se no que diz respeito a Lisboa, à Outra Banda, e em especial aos concelhos da Costa do Sol.

A cidade do Pôrto não excede muito em crescimento outras cidades do Norte, como Penafiel, Aveiro, Coimbra e Figueira da Foz; dir-se-á que o seu desenvolvimento demográfico e do seu concelho é contrabalançado pelo aumento considerável da população no concelho de Matosinhos (36,6 %).

Outro tanto sucede a Lisboa relativamente aos concelhos de Oeiras, Cascais e Barreiro, que nos apresentam percentagens muito elevadas de aumento —

61,2 %, 48,3 % e 53,6 %, respectivamente. Poderá até falar-se, talvez, de um fenómeno de desurbanização ou, melhor, de desconcentração em benefício dos concelhos da Costa do Sol.

O aumento populacional destes concelhos não pode deixar de considerar-se, efectivamente, como consequência da construção da nova linha de Cascais que, inaugurada em 1889 e de via dupla em 1892, determinava agora, não só um grande movimento de passageiros entre Lisboa e Cascais e *vice-versa*, mas a fixação de gente nas povoações do percurso, que se foram progressivamente estendendo e animando. A leitura do excelente livro de D. Branca de Gonta Colaço e D. Maria Archer, *Memórias da Linha de Cascais*, cujo interêsse para os estudos de geografia humana tivemos já ensejo de pôr em foco (*Biblos*, vol. XIX) pode constituir, em alguns dos seus passos, um sugestivo comentário das nossas cartas, onde se traduz gráficamente o progresso urbanístico desta importante zona de povoamento satélite da capital.

1911-1920

Mudança do regime político em fins de 1910, que fêz sair da pátria muitos portugueses; *guerra de 1914-1918*, onde muitos outros perderam a vida; *epidemia pneumónica de 1918-1919*, que assolou também o nosso País e causou mais vítimas do que a própria guerra; *emigração activa* que se seguiu, determinada pelas necessidades de mão-de-obra nos países devastados: eis outras tantas causas que se associaram para dar em resultado um período anormal no desenvolvimento da nossa grêi.

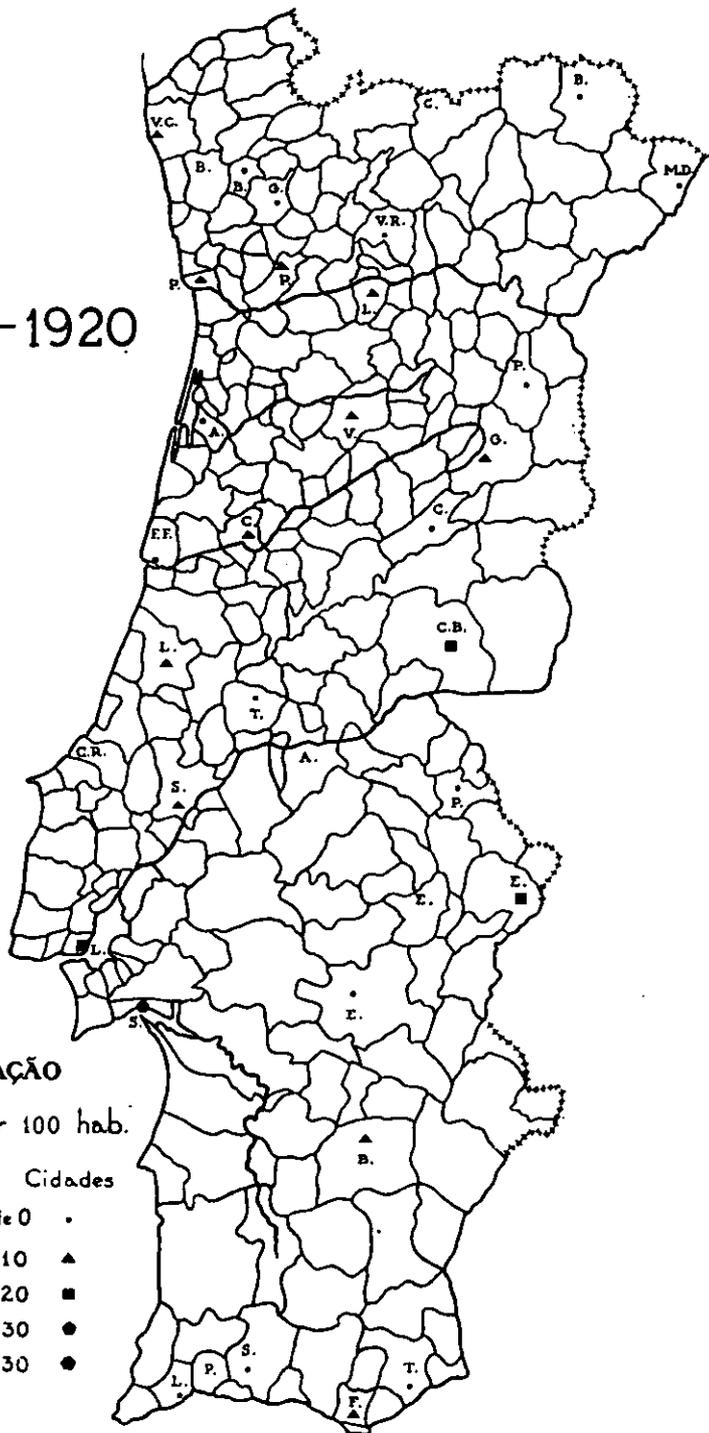
Quando se compara com as outras a carta correspondente a êste decénio, sem dificuldade se reconhece, nas suas próprias côres esbatidas, como paira sôbre ela o espectro da Morte e do abandono do País.

Diminui a população da grande maioria dos concelhos portugueses, e diminui também a de quási tôdas as cidades. Só as mais importantes, como Lisboa, apresentam ainda alguns aumentos, embora pouco acentuados; Setúbal, por excepção, parece beneficiar do impulso adquirido, e marca neste período a maior percentagem de crescimento. O sorvedoiro do urbanismo encontra sempre de que alimentar-se, mesmo quando minguem por tôda a parte as energias nacionais.

É um mapa confrangedor o da variação da população neste decénio, onde não há mesmo lugar para a notação correspondente às percentagens de aumento mais elevadas.

Para avaliar bem as proporções que então atingiu o movimento de saída para o estrangeiro, valerá talvez a pena deixar aqui algumas cifras da nossa emigração. Esta, que antes de 1880 andava à roda de 8.000 indivíduos por ano,

1911-1920



POPULAÇÃO

Varição por 100 hab.

Concelhos

Cidades

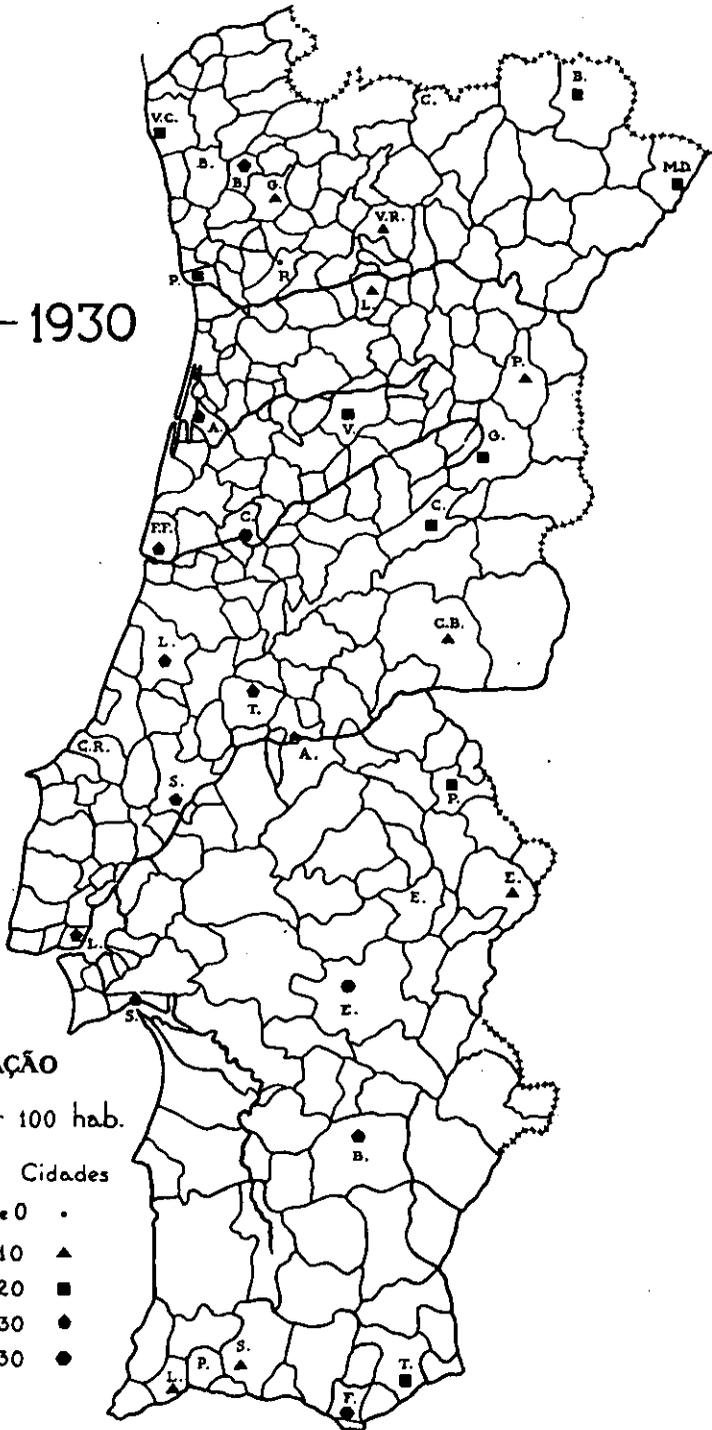
- | | | |
|---|------------|---|
| □ | menos de 0 | • |
| □ | 0 - 10 | ▲ |
| □ | 10 - 20 | ■ |
| □ | 20 - 30 | ● |
| □ | mais de 30 | ● |

1920 - 1930

POPULAÇÃO
Variação por 100 hab.

Concelhos Cidades

□	menos de 0	•
□	0 - 10	▲
□	10 - 20	■
□	20 - 30	●
□	mais de 30	●



duplica, triplica e mesmo quadruplica no fim do século XIX e começos do actual. Posteriormente a 1910, o aumento é vertiginoso, astronómico, como agora se diz. Os emigrantes saídos do Continente português atingem números invulgares: 49.560 em 1911, 77.745 em 1912, 67.821 em 1913.

E para aqui poderíamos trazer também alguns trechos dos *Emigrantes* de Ferreira de Castro, onde tão ao vivo se descreve a tentação de partir que roía a todo o momento a gente válida das nossas aldeias, levando-a a embarcar para terras de Santa Cruz.

1920-1930

A comparação desta carta com a correspondente ao período de 1900-1911 mostra bem como a anterior traduz uma fase de anomalia na evolução demográfica nacional. As tendências que se verificam numa e noutra, através dos seus traços mais representativos, sobrepõem-se visivelmente, com a particular afirmação do aumento populacional da região alentejana.

Há agora uma observação de importância a fazer: o concelho de Vila Nova da Barquinha atinge o aumento mais elevado (73,4 %) por se ter começado a atribuir-lhe no Censo de 1930 o núcleo urbanizado do Entroncamento, parte do qual pertencia anteriormente ao concelho de Tôrres Novas.

Na análise em globo desta nossa carta, o progresso demográfico tanto dos concelhos como das cidades impõe-se à primeira vista: apenas sete concelhos diminuem de população, e tôdas as cidades aumentam. Destacam-se as percentagens de aumento de Coimbra, Évora e Faro, as mais elevadas do País neste período; mas Braga, Figueira da Foz, Leiria, Tomar, Abrantes, Lisboa, Setúbal e Beja assinalam-se ainda fortemente em todo o conjunto. O crescimento da população nos concelhos suburbanos de Lisboa e do Pôrto impõe-se também ao nosso exame: Oeiras com 55,3 %, Cascais com 42,0 %, Matosinhos com 45,2 %.

É um período de manifesto progresso demográfico e urbanístico êste de 1920-1930, e período, repetimos, onde voltam a afirmar-se as mesmas tendências já reveladas no de 1900-1911.

1930-1940

Neste último decénio reflectem-se bem claramente as conseqüências da crise económica de 1929, que atingiu não apenas a Europa, mas, pode dizer-se, todos os países do mundo, levando muitos dêles a fechar as suas fronteiras à imigração.

Nêle se reflectem já, também, algumas dificuldades reais e ainda algumas

prosperidades fictícias derivadas do estado de guerra nesta segunda conflagração mundial.

Examinando as coisas em globo, vê-se que não há agora no conjunto do nosso território metropolitano a desproporção de aumentos ou de diminuições revelada nalgumas cartas anteriores, o que poderá talvez significar que a mobilidade da população diminuiu. A emigração sofreu, com efeito, uma baixa considerável, passando a níveis inferiores aos que tinha no princípio dêste século. E nas regiões onde costumava notar-se a falta dos que saíam nota-se agora melhor a presença dos que ficavam.

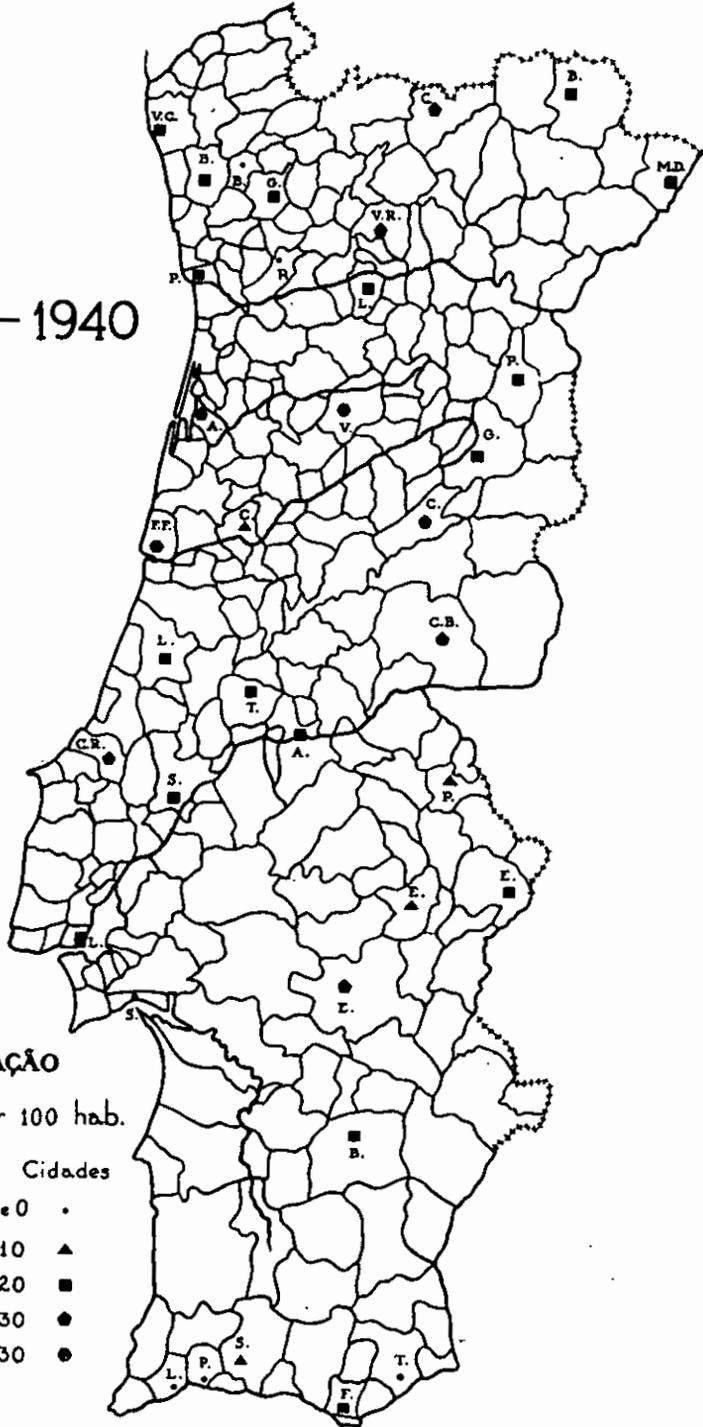
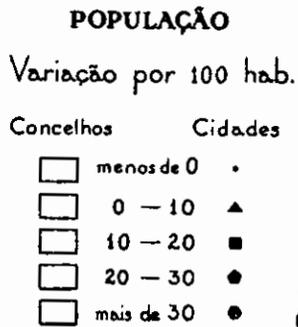
A carta de 1930-1940 apresenta-se, por isso, menos contrastada: não aumentaram tanto como anteriormente os concelhos agrícolas do Sul; mas, em compensação, cresceu relativamente mais a população dos concelhos situados ao Norte do Tejo, até mesmo, em especial, os de Nordeste, embora êste crescimento deva atribuir-se em parte à febre de exploração mineira que atingiu algumas dessas regiões. São, com efeito, os concelhos mineiros de volfrâmio e estanho que apresentam maiores percentagens de aumento populacional neste período de 1930-1940, quando comparados com os dos períodos anteriores e ainda com os concelhos vizinhos, cuja população parece ter sido aspirada por êles em muitos casos. É um exemplo bem elucidativo poderá encontrar-se no concelho de Vouzela que, tendo registado, em decénios anteriores, aumentos mínimos de 1, 2 e 3 %, viu subir bruscamente a sua percentagem de aumento para 10 % no decénio de 1930-1940.

Os maiores aumentos assinalam-se todos agora ao Norte do Tejo, e às restrições postas à emigração e à actividade industrial, já em parte estimulada pelas dificuldades de abastecimento do País, devem especialmente atribuir-se. A região industrial do Rio Ave desenha-se, efectivamente, com nitidez na nossa carta; e os concelhos de Valongo e de S. João da Madeira marcam os de maior aumento ao Norte do Vouga, como os de Barquinha, Golegã, Oeiras e Cascais têm ainda a primazia na linha do Tejo.

Uma circunstância curiosa devemos apontar relativamente ao concelho e à cidade de Lisboa, que demonstra agora um desenvolvimento demográfico mais lento, contra o que poderíamos talvez imaginar. O crescimento considerável dos vizinhos concelhos de Oeiras e Cascais, que ultrapassava já o da capital em 1900-1911, volta a afirmar-se em 1920-1930 e particularmente em 1930-1940. Enquanto o concelho lisbonense tem neste último decénio um aumento de apenas 18,1 %, os de Oeiras e Cascais apresentam no mesmo período as percentagens ainda elevadas de 30,5 % e 36,5 %, respectivamente.

Importa reconhecer, entretanto, que êste crescimento da população é afinal

1930 - 1940





determinado pelo crescimento de Lisboa, podendo considerar-se como natural consequência da expansão da sua área urbana. Estamos, sem dúvida, em face da transferência da população do centro para a periferia, e em especial para a Costa do Sol, cujo rápido incremento populacional tornou recentemente necessária a criação de um liceu em Cascais para servir a juventude escolar daquela área sub-urbana. E é este crescimento rápido da população dos arredores de Lisboa, em grande parte à custa da cidade central, cujas freguesias mostram tendência para diminuir de população, que constitui o facto mais característico da sua evolução demográfica nestes últimos anos.

Quanto às outras cidades portuguesas, pode dizer-se que mantêm o ritmo do seu aumento anterior, à excepção de Braga e de Setúbal, que diminuem de habitantes. Deve notar-se que Setúbal e o seu concelho, e ainda o vizinho concelho de Sesimbra, entram pela primeira vez na categoria dos que experimentam retrocesso demográfico. A crise da indústria das conservas de peixe assinala-se deste modo, bruscamente, na evolução do povoamento rural e urbano, e o mesmo se verifica noutras zonas costeiras como Peniche e Matosinhos, e sobretudo no litoral algarvio, onde apenas as cidades de Faro e Silves fazem excepção à regra geral do decréscimo da população citadina.

Mas, se as cidades e concelhos do litoral sofrem as naturais consequências da crise, pelos mercados externos que se fecharam aos seus produtos, algumas cidades do interior experimentam considerável aumento, por motivo do mercado imprevisto que o estado de guerra abriu à produção mineral do seu solo. Já aludimos à actividade mineira que eclodiu nas regiões do volfrâmio e do estanho, logo afirmada nos anos imediatamente anteriores à conflagração mundial e depois febrilmente exacerbada durante ela, determinando a afluência de numerosa população advéncia às zonas de mais activa exploração.

Os aumentos verificados nalgumas cidades portuguesas do maciço antigo ao Norte do Tejo compreendem-se melhor, efectivamente, se tivermos diante dos olhos uma carta da distribuição dos nossos jazigos de volframite e de cassiterite (1). Não fazemos referência, como é óbvio, às cidades de Aveiro, Figueira da Foz e Caldas da Rainha, que ficam já na orla mesozóica e cenozóica.

Demonstração evidente do que afirmamos poderá dá-la a cidade de Viseu, que apresenta no último decénio que consideramos a mais elevada percentagem de aumento da população urbana de todo o País (42,5 %), passando de 9.471 habitantes em 1930 a 13.403 em 1940; e também a cidade de Castelo Branco, que passa, respectivamente, de 9.820 a 12.727 habitantes.

(1) Vid. Dr. J. M. Coteló Neiva, *Jazigos Portugueses de Cassiterite e de Volframite*, Porto, 1944.

Trata-se, evidentemente, de um crescimento anormal, devido a causas ocasionais, e cujo ritmo com dificuldade poderá manter-se logo que essas causas deixem de exercer a sua acção; mas serve para exemplificar mais uma vez, e de maneira bem significativa, como a população segue muito de perto os chamados «horizontes de trabalho».

V

EVOLUÇÃO DAS CIDADES PORTUGUESAS DESDE 1864

Conforme já tivemos ensejo de dizer, não é tarefa muito fácil estabelecer o confronto entre a maneira como evoluciona a população total do País e a dos seus aglomerados urbanos, pois nem sempre a dèstes últimos foi calculada segundo o mesmo critério e com a mesma base, de maneira que nem sempre será também possível alinhar uma e outra em colunas paralelas, como se faz mister.

Algumas vezes, a chamada «população das cidades» abrange ainda a de certos povoados rurais incorporados nas freguesias citadinas, pois só em 1911 e 1940 se fêz o apuramento por lugares ou aglomerados populacionais. Um exemplo, apenas. Enquanto o Censo de 1930 dá para a cidade de Abrantes a cifra total de 8.881 habitantes, o de 1940 regista sòmente para o aglomerado populacional 4.170 habitantes. Dir-se-ia que houve uma catastrófica diminuição da população, o que em verdade não sucedeu. A explicação do facto torna-se transparente: é que só pequena parte das freguesias que constituem aquela cidade está incluída dentro da sua área citadina. Diligenciámos obter por isso, do Instituto Nacional de Estatística, a população das cidade portuguesas calculada segundo o critério do Censo de 1930, e são os dados colhidos que agora servem de base ao nosso estudo.

Postas estas considerações prévias, que importa ter sempre na devida conta, passamos a examinar a relação da nossa população rural com a das cidades, em face dos elementos apurados nos diversos recenseamentos que possuímos (*Fig. 3*).

A primeira conclusão a tirar é que não há nesta evolução decenal os saltos bruscos que caracterizam a de alguns países europeus, sobretudo os de maior progresso industrial; mas há, pelo contrário, uma lenta, regular e persistente diminuição da população rural, que é sem dúvida alguma sintoma bem pouco animador num País de base agrícola, como o nosso, onde a população tem crescido nos últimos anos de maneira bem acentuada.

Para avaliar a proporção em que tēem aumentado as várias cidades, e surprender ao mesmo tempo as tendências maiores da sua evolução demográfica, vale

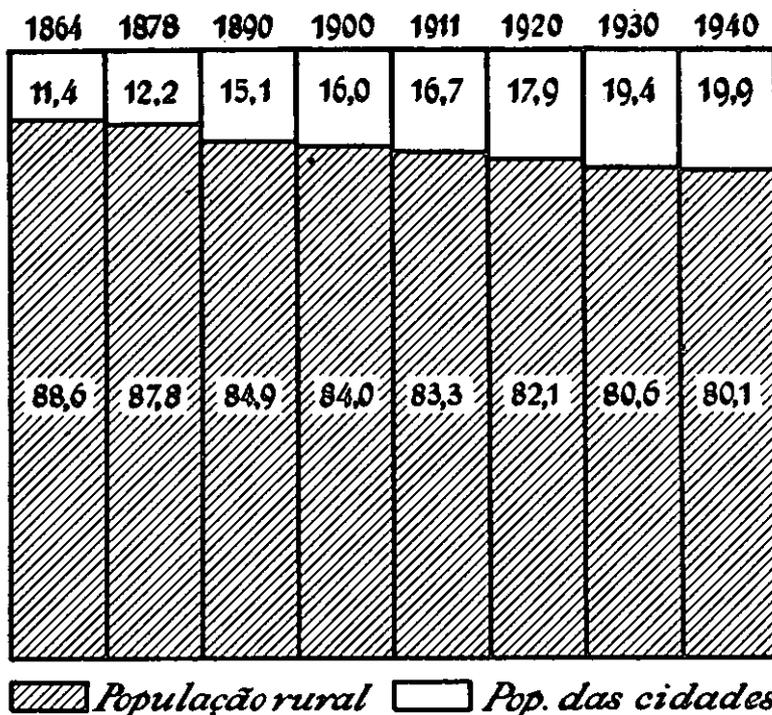


Fig. 3 — Percentagem de variação da população rural e da população das cidades

a pena distribuí-las em grupos quanto à sua população, e ver depois como as cidades de cada grupo se comportaram umas em relação às outras, de harmonia com os dados contidos no quadro seguinte:

NÚMERO DE CIDADES AGRUPADAS SEGUNDO A POPULAÇÃO

Anos	Habitantes			
	Menos de 10.000	10.000 a 20.000	20.000 a 100.000	Mais de 100.000
1864.....	20	6	1	1
1878.....	20	7	0	2
1890.....	20	7	1	2
1900.....	19	7	2	2
1911.....	16	9	3	2
1920.....	16	9	3	2
1930.....	16	9	4	2
1940.....	11	18	5	2

A simples inspecção dêste quadro basta para nos mostrar que o número de cidades do primeiro grupo (menos de 10.000 habitantes) vai diminuindo de ano para ano, enquanto aumenta o dos outros grupos, à excepção do último, que se mantém.

Mas é conveniente examinar ao mesmo tempo como a população citadina dos diferentes grupos tem evoluído relativamente ao total da população do País nos vários anos. E a *Fig. 4*, onde em círculos de área proporcional a esta última, tal como foi apurada nos oito recenseamentos gerais, se inscreveram sectores correspondentes à soma dos diferentes grupos de cidades, pode bem esclarecer-nos a tal respeito.

Pela análise do conjunto, surpreende-se o desenvolvimento urbano através da diminuição progressiva dos sectores correspondentes às cidades com menos de 10.000 habitantes, que são, como dissemos, cada vez em menor número, pois vão passando aos grupos superiores que distinguimos.

As cidades de 10.000 a 20.000 habitantes são, por êsse motivo, cada vez mais numerosas, sobretudo de 1930 a 1940, em que assumem tal categoria centros povoados que até aí a não tinham, como a *Fig. 2* pode mostrar também.

As cidades de 20.000 a 100.000 habitantes (e podíamos dizer, apenas, a 50.000 habitantes), que em 1878 não têm mesmo representação no diagrama, aumentaram também em número, embora muito lentamente, como é natural; mas aumentaram proporcionalmente muito mais ainda em população.

Por fim, as cidades de população superior a 100.000 habitantes, que são também desde 1920 as de mais de 200.000 habitantes, permaneceram inalteravelmente em número de duas apenas; mas com sectores de população que não somente ultrapassam os de tôdas as outras cidades reunidas, mas que têm vindo sempre também a aumentar de maneira bem acentuada.

Em suma, pode dizer-se que as várias cidades portuguesas só muito de longe acompanham as duas mais importantes de tôdas elas. Há no seu desenvolvimento uma irregularidade bem pronunciada, que revela ainda tendência para se agravar cada vez mais. E não faltarão meios de introduzir alguma ordem nêsse desenvolvimento, promovendo uma espécie de «renovação demográfica dirigida», como teremos ocasião de ver.

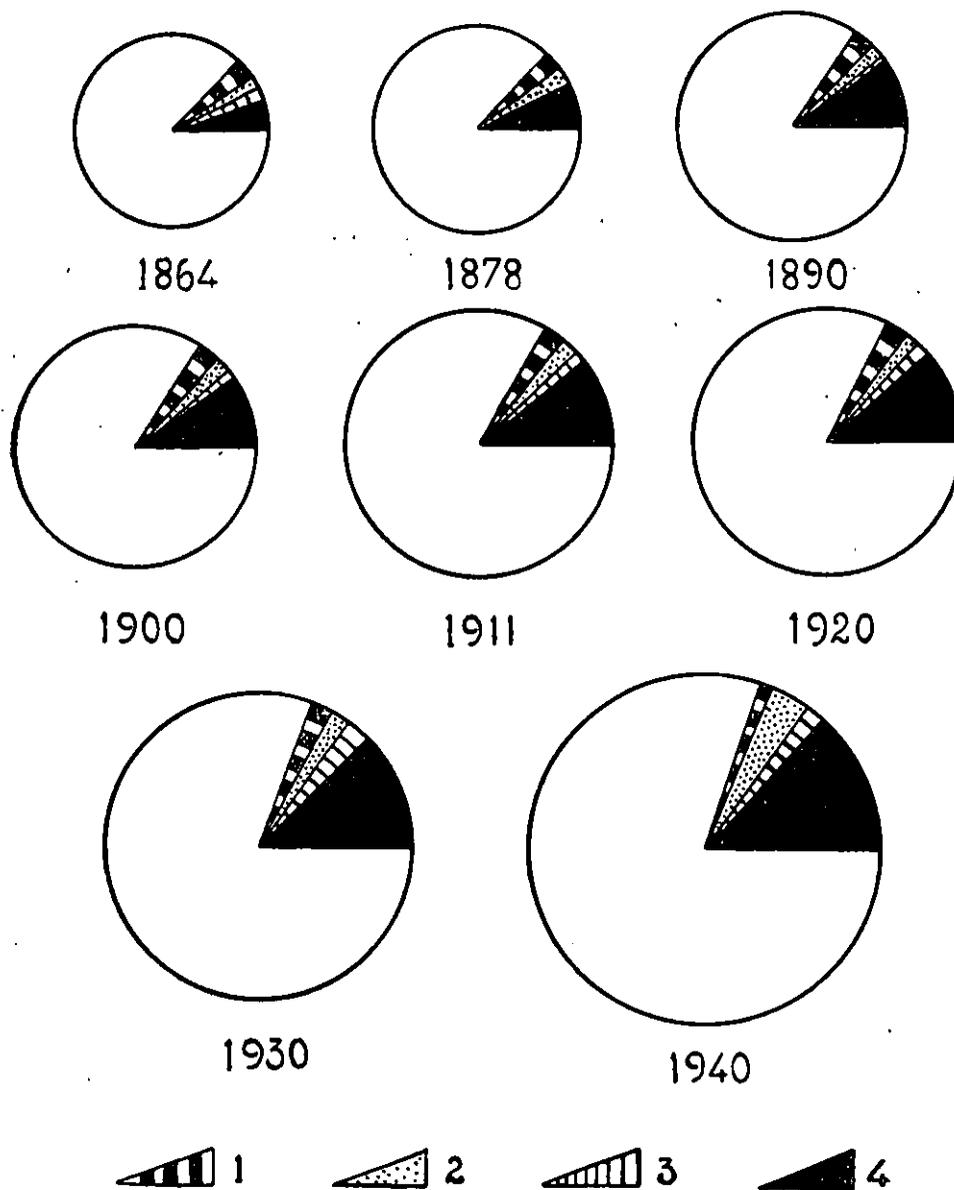


Fig. 4 — Evolução populacional das cidades portuguesas relativamente à população total do País

1 — Cidades com menos de 10.000 habitantes; 2 — Cidades de 10.000 a 20.000; 3 — Cidades de 20.000 a 50.000; 4 — Cidades com mais de 100.000 habitantes

VI

CIDADES COM MAIS DE 20.000 HABITANTES. PROGRESSO DA SUA CONCENTRAÇÃO URBANA

Uma observação comezinha bastará para nos mostrar como o aumento da população citadina constitui um dos factos mais característicos da evolução demográfica nacional nestes últimos decénios.

Em 1864, quando se organizou o nosso primeiro recenseamento moderno da população, apenas duas cidades portuguesas — Lisboa e Pôrto — tinham mais de 20.000 habitantes; e o mesmo se verifica ainda no recenseamento geral de 1878.

Em 1890, contamos já três cidades naquela categoria, pois vem juntar-se-lhes a de Braga; em 1900, com Setúbal, são já em número de quatro; em 1911, Coimbra eleva êste número para cinco, que ainda se mantém no recenseamento de 1920.

No Censo de 1930, são já seis as cidades com mais de 20.000 habitantes, pois vem acrescentar-se-lhes a de Évora; no de 1940, finalmente, Faro faz passar êsse número para sete; e oito se contariam, afinal, se a Covilhã tivesse mais algumas centenas de almas.

É, entretanto, de presumir que o progresso da concentração urbana em cada uma destas aglomerações está longe de ser o mesmo; e para verificar êsse facto nada melhor do que comparar o crescimento da população de cada uma delas com o do respectivo distrito, como pode ver-se nos diagramas que apresentamos para as cidades de Lisboa e Pôrto (*Fig. 5*).

Pela análise dêstes diagramas, fàcilmente se reconhece entre as duas aglomerações urbanas mais importantes do nosso País uma diferença bem sensível.

A não ser no período inicial de 1864 a 1878, o aumento da população do distrito de Lisboa apresenta um paralelismo muito acentuado com o da cidade capital: é o crescimento rápido desta última que rapidamente faz elevar a população do seu distrito (1).

Com o Pôrto, passam-se as coisas de maneira bem diversa. A população do distrito afasta-se para longe da população da cidade e evoluciona, pode dizer-se, independentemente dela, apresentando um aumento muito mais pronunciado.

(1) No quadro estatístico da população das cidades portuguesas publicado nos Censos de 1920 e 1930 anda attribuída a Lisboa a cifra de 391.206 habitantes em 1890, quando o Censo dêste ano regista apenas 301.206. Trata-se de um manifesto erro tipográfico, já emendado em publicações posteriores, mas para o qual será conveniente chamar a atenção.

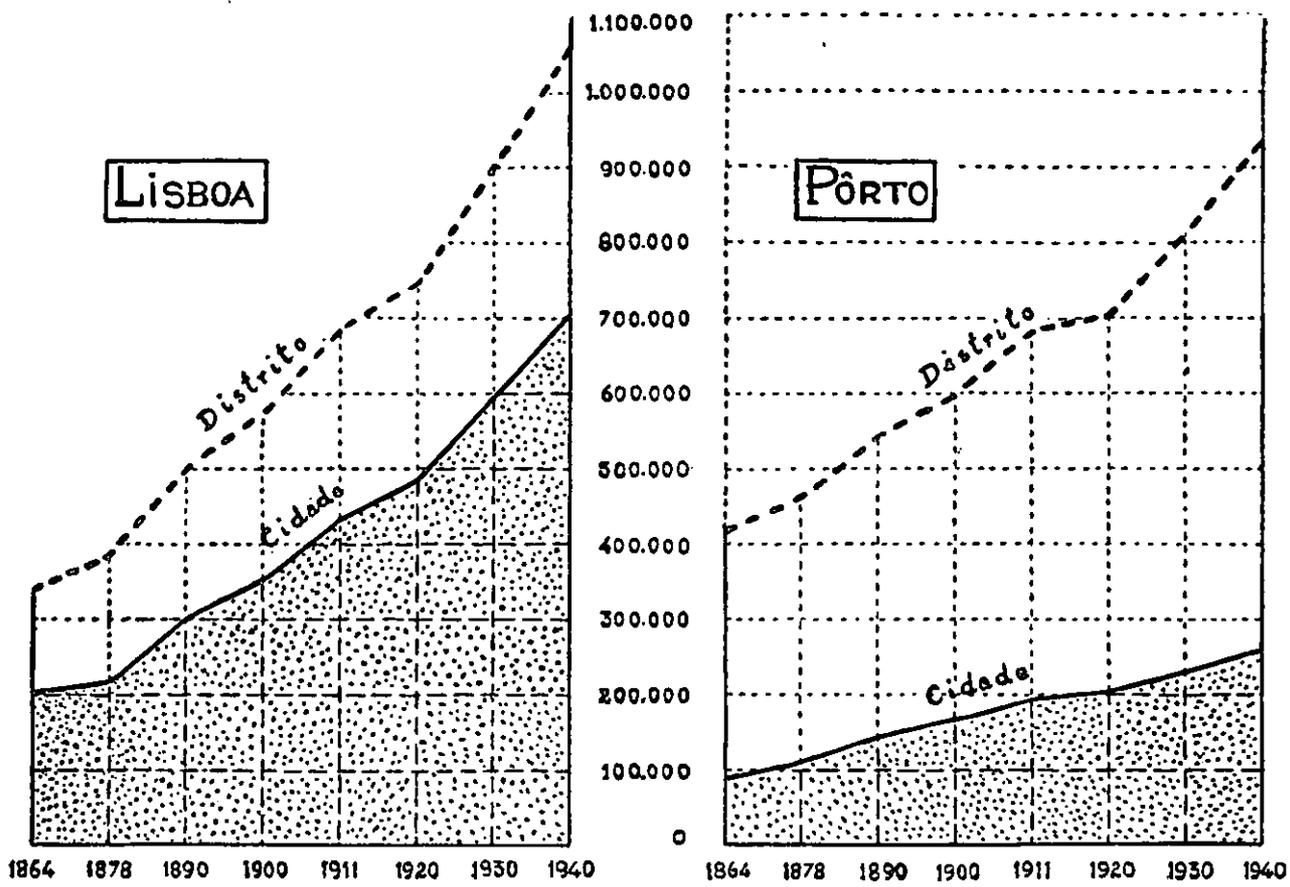


Fig. 5 — Crescimento da população nos distritos e cidades de Lisboa e Pôrto

O crescimento do aglomerado portuense (a não ser no decénio anormal de 1911-1920, como também sucede ao lisbonense) é bastante mais regular, demonstrando por esta forma o carácter mais estável da sua população, menos adventícia e fluante que a de Lisboa.

Como já se anotou no *Censo extraordinário da População das Cidades de Lisboa e Pôrto* realizado em 1 de Dezembro de 1925, a população do Pôrto é mais fixa do que a de Lisboa. Neste ano de 1925 verificou-se que mais de metade da grei portuense — 59,4 % — era natural da própria cidade. E é curioso notar que a percentagem da gente ali nascida vinha a aumentar progressivamente desde 1890, o que representa sem dúvida um bom sintoma de vitalidade.

Em Lisboa, também a êste respeito chegamos a conclusões diversas. No mesmo ano de 1925, apenas 46,8 % da sua população, quere dizer, menos de metade, nascera na área citadina, tendo vindo a diminuir pouco a pouco essa percentagem, que em 1890 era ainda de 50,2 %, segundo o referido Censo; ao mesmo tempo, vai aumentando sensivelmente a população natural de outros distritos do País.

Mais ainda. Se não fôra a afluência de gente de fora, as nossas duas cidades mais populosas teriam mesmo entrado em declínio demográfico. O *deficit* fisiológico da sua população começou já a verificar-se, como dissemos. Em Lisboa o excesso de óbitos sôbre nascimentos não vai a princípio além de algumas centenas por ano, mas em 1937 já ultrapassa o milhar, duplicando nos anos seguintes de 1940 e 1941, em que se registam saldos negativos respectivamente de 2.637 e 2.213 indivíduos; êste saldo negativo é, entretanto, menor nos últimos dois anos.

Na cidade do Pôrto, apenas em 1941 e 1942 se verifica o *deficit* de algumas centenas; mas logo em 1943 há excesso de nascimento sôbre óbitos, o que leva a encarar o seu desenvolvimento demográfico sob um prisma bem diverso.

E não sòmente as nossas duas grandes cidades tẽem registado decréscimo da natalidade, esterilizando as fontes da vida, como ainda, violando pelo confôrto as leis naturais, tẽem contribuído para o aumento da mortalidade e para a decadência física da raça. «Os habitantes da cidade moderna — escreveu o Dr. Alexis Carrel — não sofrem já com as mudanças de temperatura atmosférica. O confôrto das casas, os aparelhos modernos de aquecimento e de refrigeração, a boa qualidade do vestuário, os automóveis fechados e aquecidos, protegem-nos perfeitamente das intempéries... O Homem mal protegido por um vestuário insuficiente, e que conserva a sua temperatura interna graças a um exercício violento, faz funcionar activamente todos os seus sistemas orgânicos. Pelo contrário, aquêle que se defende do frio com peles e roupas impermeáveis ao vento, pelo aparelho de aquecimento dum carro bem fechado, ou fechando-se num quarto em que a temperatura é arti-

ficialmente regulada, deixa êsses sistemas inactivos. Há muitas pessoas, cuja pele nunca é fustigada pelo vento, que não têm nunca ocasião de se defenderem da chuva, da umidade, da roupa molhada, nem do ardor do sol, durante horas e horas de fadiga. Nessas pessoas os mecanismos reguladores da temperatura do sangue e dos humores nunca trabalham; carecem dum exercício que talvez seja indispensável ao seu completo desenvolvimento e ao do indivíduo» (1).

Assim, não admira que as cidades tenham comprometido o vigor físico e também o rendimento intelectual dos homens, contribuindo para o aumento da mortalidade; e que o qualificativo de «*tueuses d'hommes, tueuses d'enfants*», por Brunhes aplicado a Paris, possa infelizmente aplicar-se já também às nossas duas mais importantes aglomerações urbanas.

VII

LISBOA E PÔRTO. ACTIVIDADES ECONÓMICAS DAS DUAS CIDADES. SEUS PERFIS PSICOLÓGICOS

Se até aqui procurámos surpreender o fenómeno do urbanismo no nosso País através sobretudo da concentração crescente da população nas cidades — *urbanismo residencial* — vamos tentar ver agora os seus progressos através da evolução das formas de actividade económica — *urbanismo profissional*, como usa dizer-se.

Apesar de possuímos completos os dados estatísticos relativos à distribuição da população portuguesa por categorias profissionais em 1890, 1911 e 1930, não é possível comparar os resultados obtidos porque, não sòmente variou o critério estatístico e a nomenclatura adoptada, como é também lamentavelmente verdadeiro que «êsses elementos não oferecem, a êste respeito, nenhuma garantia de seriedade», como a própria Direcção Geral de Estatística confessou (1), e como reconhecem os que têm de lidar com tais assuntos.

Entretanto, sem fazermos a comparação dos resultados, é possível obter alguns elementos de interêsse para o nosso estudo, pelo menos relativamente ao Censo de 1930, em que se desceu a maior pormenorização.

Se o que define com maior propriedade um aglomerado citadino é a natureza especial das *funções* que êle desempenha em relação aos outros aglomerados

(1) *O Homem, êsse desconhecido*, trad. port., págs. 256-257.

(1) *Censo extraordinário da População das Cidades de Lisboa e Pôrto* (1 de Dezembro de 1925), pág. 4.

vizinhos, são também as formas de actividade dos respectivos habitantes que melhor podem constituir o índice do seu estado social e do seu desenvolvimento urbano.

Compreende-se o interêsse que deverá ter a representação, sôbre uma planta da cidade que estudamos, da densidade da população e das suas diferentes formas de actividade. Resultaria assim um cartograma sintético de *topografia social*, como geralmente se diz. Cada habitação seria representada segundo o género de vida dos seus moradores; e pelo conjunto se aperceberiam fâcilmente as características dominantes da vida citadina e a função ou funções que a respectiva aglomeração desempenha no organismo económico e social da Nação.

Não temos ainda publicados os elementos necessários para organizar êstes cartogramas. Para as questões que recentemente interessam de preferência ao urbanismo, mais importantes, e talvez também mais sugestivos são, todavia, os chamados *perfis psicológicos* que Gaston Bardet tem largamente apresentado nos seus estudos (1).

Com o fim de traçar êstes perfis psicológicos, distribuiu o referido autor em dois grupos várias categorias de actividades que partem dos trabalhos mais elementares para se elevarem pouco a pouco, segundo o desenvolvimento do labor humano. À esquerda do eixo em volta do qual gravita o perfil, encontram-se de preferência os elementos primários e fundamentais das cidades antes da intervenção dos maquinismos. À direita alinham as actividades que se têm desenvolvido simultâneamente com a civilização. No perfil fica assim inscrita, por esta forma, a proporção em que entram os elementos fundamentais da vida de qualquer aglomerado humano relativamente às actividades anexas, supérfluas ou sobrepostas.

Tornam-se, dêste modo, muito curiosos e elucidativos, não apenas os perfis das diferentes cidades do mesmo país, mas até os da mesma cidade em diferentes épocas.

Se há equilíbrio na distribuição das actividades citadinas, o respectivo perfil psicológico deve ter uma conformação regular, com um desenvolvimento que poderíamos dizer orgânico, lembrando até às vezes a *silhueta* de uma estátua (*Fig. 6-A*).

Geralmente, na evolução natural de uma cidade, a base do perfil tende a diminuir em proveito da cabeça. No início do seu desenvolvimento, o solo e o subsolo fornecem os mais importantes recursos à população, os pequenos artífices e as indústrias elementares têm o principal papel; vem depois o desenvolvimento

(1) Vid. *Principes inédits d'enquête et d'analyse urbaines*, Ed. Colma, Paris, 1943. Pode acrescentar-se ainda do mesmo autor: *Connaissance de la Ville*, in — *Urbanisme*, n.ºs 92-93 (Julho-Agosto de 1943).

das artes da construção, que engrandecem o aglomerado; depois, os serviços domésticos requeridos pelo maior volume da sua população. E a cabeça repousa quasi sempre sobre um estrangulamento correspondente à raridade das indústrias químicas de hoje e às indústrias cerâmicas de outrora.

Nos nossos dias, a grande cidade perde o contacto directo com o solo (os oito milhões de Paris e seus arredores são alimentados por toda a França, e morreriam de fome se as comunicações se interrompessem por largo tempo), e o seu perfil mostra uma reduzida base de sustentação, ao mesmo tempo que determi-

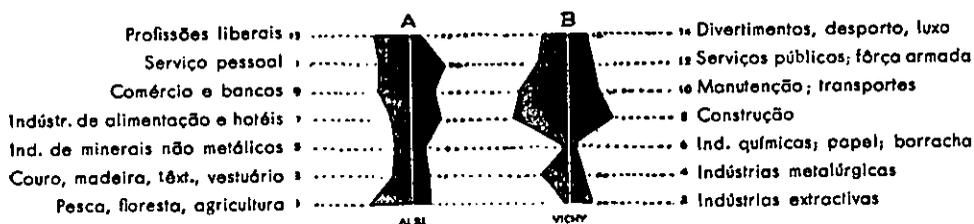


Fig. 6 — Perfis psicológicos das cidades de Albi e Vichy (segundo Bardet)

nadas indústrias, especialmente as metalúrgicas, tomam notável incremento. Em compensação, as indústrias alimentares e o comércio acusam um volume extraordinário, os transportes e os serviços públicos desenham também um considerável inchaço, com o progresso acentuado das indústrias de luxo e similares, dos divertimentos e dos desportos, e o perfil apresenta-nos assim um desenvolvimento anormal da cabeça, com atrofia do tronco e da base (*Fig. 6-B*).

Não se tem feito ainda no nosso País o apuramento das profissões por aglomerados populacionais (1) — vilas e cidades — o que permitiria estabelecer com algum rigor a classificação dos centros urbanos dignos dêste nome, e não é possível organizar, por êsse motivo, cartogramas e diagramas desta natureza. Possuímos já, entretanto, alguns elementos para esboçar os *perfis psicológicos* de Lisboa e do Pôrto para o ano de 1930, e são êstes, afinal, que mais interessam ao estudo que temos em vista.

O exame dos perfis das duas cidades (*Fig. 7*), em valor relativo por mil pessoas activas, assinala antes de tudo, e mais uma vez, certas diferenças fundamentais entre uma e outra.

Note-se, em primeiro lugar, como a população da cidade do Pôrto se

(1) Não se tem feito, e bom será que se faça em futuros recenseamentos. Aqui fica o apêlo.

revela mais laboriosa que a de Lisboa, apesar de ser consideravelmente inferior em número: as actividades económicas da *capital* que podem dizer-se realmente produtivas não ultrapassam as da *segunda* cidade, quando examinadas em conjunto.

O volume da cabeça dos perfis, onde se traduz o desenvolvimento de certas indústrias (especialmente as relativas ao fabrico de géneros alimentícios), do comércio e dos transportes e serviços públicos, pondo em evidência o estado social carac-

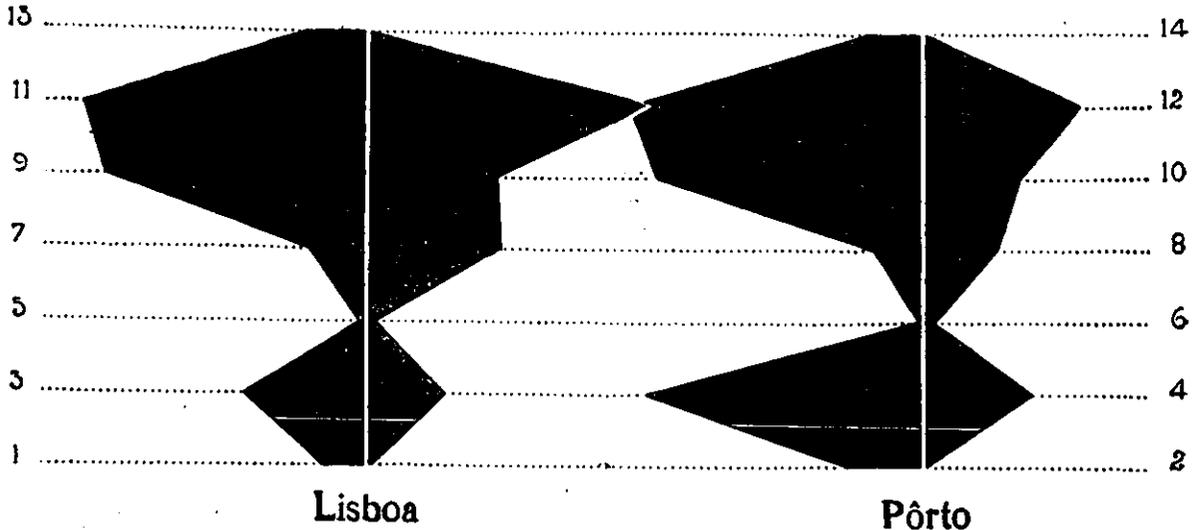


Fig. 7 — Perfis psicológicos das cidades de Lisboa e Pôrto (1930)

- | | |
|---|--|
| 13 — Profissões liberais, cultos, professorado | — 14 |
| 11 — Serviços domésticos, criados e criadas | Funcionalismo, força armada — 12 |
| 9 — Comércio, bancos, estabelecimentos de crédito | Transportes — 10 |
| 7 — Indústrias alimentares, hotéis, restaurantes e tabernas | Indústrias relativas à construção civil — 8 |
| 5 — Indústrias cerâmicas | Indústrias químicas e de papel — 6 |
| 3 — Indústrias têxteis, couros, peles, madeira, vestuário e calçado | Indústrias de metalurgia — 4 |
| 1 — Trabalhos agrícolas, pesca e caça | Exploração de minas, pedreiras, marinhas — 2 |

terístico da aglomeração urbana, assenta no Pôrto sobre uma base maior, demonstrando assim nesta cidade uma aliança mais íntima com o solo, pelo incremento das actividades mais de perto relacionadas com êle.

Note-se, na capital do Norte, a importância das indústrias têxteis e até mesmo metalúrgicas; e em Lisboa as relativas à construção, através das quais a primazia da cidade capital do País assim se afirma de maneira bem nítida.

Tanto numa cidade como na outra, avultam a função comercial e bancária, e ainda os serviços domésticos traduzidos no grande número de criados e criadas;

é particularmente acentuado, entretanto, em Lisboa, o desenvolvimento correspondente aos serviços públicos e à força armada, na ponta aguda que o perfil desta cidade projecta em 12, a penetrar na nossa figura o próprio perfil da cidade do Pôrto.

Em suma, Lisboa com 594.390 habitantes em 1930, dos quais 388.665 activos, é a cidade da burocracia e da força armada, quere dizer, de população adventícia e flutuante; o Pôrto, com 232.280 habitantes no mesmo ano, dos quais 148.769 activos, é a cidade do trabalho, de população mais estável, dedicando-se a profissões economicamente mais produtivas.

As duas aglomerações urbanas têm assim características diferentes, desempenham funções também diferentes, ou apresentam pelo menos valores muito desiguais dentro de cada função; e os respectivos perfis podem dar-nos, até certo ponto, a indicação das actividades que convém desenvolver numa delas ou reduzir na outra, tendo em vista equilibrar tanto quanto possível a distribuição das suas classes profissionais.

VIII

CONCLUSÕES

De tudo o que fica dito concluiremos que três categorias de cidades podem distinguir-se no nosso País tomando como critério as funções que desempenham, a sua atracção regional e em certo modo, ainda, a cifra da sua população.

Aparecem em primeiro lugar as *pequenas cidades*, de população não superior a 20.000 habitantes, que são também as mais numerosas e as de crescimento mais lento: cidades outrora adaptadas quasi sempre à defesa do território, tornando-se hoje sedes administrativas ou centros de comércio; cidades de pequeno movimento, e que só verdadeiramente se animam por ocasião das suas festas anuais ou nos dias do mercado local.

Vêm depois as cidades intermediárias, de 20.000 a 50.000 habitantes, que, devido ao desenvolvimento dos meios de transporte e ainda à sua influência religiosa ou intellectual, têm ultrapassado as outras no seu desenvolvimento, tornando-se *capitais regionais* bem dignas d'este nome. Setúbal só poderá incluir-se neste número se atendermos apenas ao grande aumento de população que lhe assegurou nos últimos anos o progresso industrial.

Finalmente, uma categoria à parte deve ser constituída pelas cidades portuguesas de população superior a 50.000 habitantes, que são também as de mais de 100.000: as nossas *duas grandes cidades* de Lisboa e Pôrto, cuja situação geográ-

fica relativamente aos caminhos da terra e do mar favorece a importação de matérias-primas e a exportação de produtos do território, assegurando-lhes o desenvolvimento industrial e comercial, e garantindo-lhes, com a influência e força de atracção derivada das outras funções cidadinas que vieram a desempenhar, uma importância *supra-regional*.

Ao considerarmos os problemas do urbanismo português há por isso que distinguir entre os dois grandes centros de Lisboa e Pôrto e o comum das outras cidades nossas. É naqueles dois centros que tais problemas se põem com mais acuidade, nêles se tornam por isso mais sensíveis os males resultantes da excessiva acumulação humana, e é nêles que se torna urgente intervir no sentido de evitar males ainda maiores.

Em primeiro lugar, pelo que diz respeito à *actividade industrial*. Se o que mais contribuiu para a extraordinária concentração demográfica dos nossos dias foi sem dúvida o desenvolvimento da indústria, importa dificultar tanto quanto possível a instalação de novas actividades industriais nas cidades, sempre que estas possam localizar-se fora delas.

Num relatório muito recentemente publicado sôbre a distribuição da população na Inglaterra (1), põem-se bem a claro os inconvenientes de ordem social, económica e estratégica da concentração industrial nas cidades, mostrando-se a urgência de regular o estabelecimento de novas indústrias por forma a evitar tanto quanto possível os maléficos efeitos da congestão urbana.

O segundo aspecto a considerar é o da excessiva *aglomeração populacional*. É preciso, antes de mais, tornar habitáveis as nossas duas cidades maiores, pois uma cidade só pode dizer-se verdadeiramente habitável quando todos nela tiverem assegurada a sua quota parte no conjunto de bens primários que a Natureza dadivosamente oferece: o ar, o sol, a luz. É isto o que nem sempre sucede nos nossos dois grandes centros urbanos, como os *pátios* de Lisboa e as *ilhas* do Pôrto claramente demonstram.

Importa descongestionar, por êsse motivo, aquelas áreas cidadinas onde a população e as habitações mais se comprimem, dando lugar ao aparecimento de jardins e parques arborizados, fazendo penetrar em certo modo o campo na cidade ou diluindo a cidade nos campos que a circundam. E esta expansão urbana nas direcções mais indicadas pela topografia do solo, e até pela possibilidade de novos meios de transporte, deve constituir a preocupação dominante de todos os planos de urbanização que vierem a pôr-se em prática.

Finalmente, o problema imperioso do *alojamento da população*. É de todos

(1) *Royal Commission on the Distribution of the Industrial Population* (Report), Londres, 1940.

sabido que a construção de novas casas de habitação não tem acompanhado o crescente aumento demográfico das nossas grandes cidades.

Quando na Assembléa Nacional se discutiu há pouco a proposta de lei sôbre a construção de casas de renda económica, o Sr. Eng. Araújo Correia apontou algumas cifras que vale a pena trazer para aqui.

«De 1928 a 1936 construíram-se em Lisboa 3.853 edifícios, com 11.074 pavimentos, que mediam 1.776.187 metros quadrados. As médias anuais foram de 428 edifícios, 1.230 pavimentos e 197.354 metros quadrados de superfície coberta. Entre 1939 e 1941 os números andaram à roda de 420 edifícios, 1.746 pavimentos e 90.489 metros quadrados. As médias por ano foram de 140 edifícios, 582 pavimentos e 30.163 metros quadrados. A diferença entre as áreas médias, por ano, destinadas a habitação foi de 167.000 metros quadrados, ou cêrca de seis vezes menos no último período. Supondo não ter havido aumento de população, o *deficit* de moradias seria já alarmante — mas todos sabemos que colónias de países estrangeiros e organismos do Estado e corporativos alugaram casas de grande capacidade por preços elevados. Além de que a própria população acusa aumento, que deve andar à roda de 12.000 pessoas. E outros factores de natureza económica, conjugados com a carência de materiais e a política seguida pela Câmara Municipal em matéria de urbanização e terrenos, influíram na crise actual que necessita de ser jugulada com rapidez, sob pena de graves consequências sociais e sanitárias» (1).

Os dados estatísticos recolhidos no VIII Recenseamento Geral da População falam, por isso, bem alto a tal respeito. Pelo volume XII, agora distribuído, verifica-se, efectivamente, que existiam em Lisboa no ano de 1940 cêrca de 15.000 famílias que não tinham na cidade casa própria.

Em face desta situação anormal, que no Pôrto não é menos de considerar, torna-se urgente tomar medidas de alcance imediato, por muito estranhas que elas possam parecer à primeira vista. «É inadmissível que não se comece por assegurar o alojamento conveniente dos homens antes de lhes arranjar um emprêgo. A entrada nas cidades deveria ser interdita às pessoas que não tivessem a garantia de um lugar estável e a certeza de encontrar uma habitação digna do homem. Subordinada à garantia do alojamento de todo o pessoal, a fundação de emprêsas nas grandes cidades tornar-se-ia cada vez mais rara, ao mesmo tempo que não seria permitido organizar na cidade actividades que pudessem exercer-se noutra parte» (2).

(1) *Diário das Sessões*, n.º 137, de 9 de Fevereiro de 1945.

(2) Lebret et Gatheron, *L'Ordre Communautaire-Principes d'une Economie Humaine*, in — *Economie et Humanisme*, n.º 6, págs. 206-207.

Os meios de combate ao fenómeno do urbanismo devem andar entre nós relacionados com o problema, agora tão debatido, do fomento e da reorganização industrial. Se pela indústria se operou em grande parte a concentração urbana dos nossos dias, por ela se poderá obter também a necessária desconcentração.

A criação de novas indústrias ou a reorganização das antigas deve fazer-se equilibradamente, tendo em vista, não os interesses desta ou daquela cidade, mas apenas os superiores interesses gerais do País. E se do nosso estudo podemos concluir que a população, nos seus movimentos migratórios, acompanha muito de perto os horizontes do trabalho, só pela descentralização do trabalho industrial e sua transferência para fora das cidades, poderá opôr-se um forte dique à corrente rústico-urbana dos nossos dias.

É necessário distribuir o trabalho para distribuir orgânicamente a população, como usa dizer-se em livros e revistas de Urbanística (1). Distribuídas as indústrias regularmente nos meios rurais, conforme as possibilidades dêstes e as condições especiais daquelas, lá se fixará com vantagem a população, e não-de surgir nos campos novos focos de vida e actividade, em que o equilíbrio agricultura-indústria possa produzir os seus benéficos efeitos.

Mas é preciso melhorar também as condições de vida nos meios rurais, por forma que a cidade, pelas comodidades e atractivos que oferece, deixe de exercer a sedução irresistível que tem exercido sôbre as populações campesinas. Onde o homem se sente bem, é que lhe agrada permanecer e deitar raízes. *Ubi bene, ibi patria*, como aqui poderíamos talvez dizer, recordando o aforismo latino.

RÉSUMÉ

ORIGINES ET ÉVOLUTION DE L'URBANISME AU PORTUGAL

L'auteur commence par mentionner le développement des villes et les progrès de la concentration urbaine comme l'une des caractéristiques de l'époque où nous vivons; il met en relief le déséquilibre démographique et les inconvénients sociaux, économiques, et même stratégiques qui en résultent.

Il cherche à établir la distinction entre les centres ruraux et les centres urbains par les fonctions spéciales qu'exercent ces derniers; il passe ensuite en revue les phases historiques de l'urbanisation au Portugal, de l'époque romaine à nos jours.

(1) Miguel de Rezende, *Alguns critérios da moderna Urbanística Italiana*, Pôrto, 1943, pág. 25.

Il montre, ensuite, au moyen de cartes géographiques, comment s'est développée la population rurale et la population des villes portugaises de 1864 à 1940, d'après les données des statistiques des huit recensements généraux que nous possédons, en tirant des tableaux les conclusions auxquelles ils peuvent nous amener.

Cette étude fondamentale terminée, il examine particulièrement l'évolution des villes, en montrant comment elles se sont agrandies en nombre et population, et comment se sont opérés les progrès de la concentration urbaine dans les villes de population supérieure à 20.000 habitants, surtout à Lisbonne et à Porto.

Ces deux villes, où se vérifient le plus nettement les phénomènes de l'urbanisme résidentiel, sont ensuite étudiées au point de vue des activités économiques de leur population; et pour chacune d'elles sont établis des profils psychologiques, à la manière de Gaston Bardet, qui permettent de distinguer entre elles quelques différences bien accentuées.

En conclusion, l'auteur distingue au Portugal: les petites villes, de population ne dépassant pas 20.000 habitants, qui sont les plus nombreuses; les villes intermédiaires, de 20.000 à 50.000 habitants, qui jouent généralement le rôle de capitales régionales; et les deux villes de Lisbonne et Porto, d'une population supérieure à 100.000 habitants, auxquelles est déjà échue une fonction supra-régionale.

Il met en relief les maux qui découlent de l'excessive agglomération urbaine dans ces deux dernières villes, signalant quelques-unes des mesures qui peuvent servir à la combattre: — en mettant des obstacles à l'installation de nouvelles activités industrielles, en décongestionnant les quartiers urbains où la population est la plus dense, et en interdisant l'entrée dans les villes à ceux qui ne présentent pas la garantie qu'ils y trouveront un emploi stable et une habitation digne de l'homme.

Si l'oeuvre, actuellement entreprise, de développement et de réorganisation industriels du pays, est orientée de façon à distribuer les industries à travers les milieux ruraux, on pourra éviter en grande partie les inconvénients provenant de la congestion urbaine au Portugal.

CARACTERES DEMOGRÁFICOS
DO
DISTRITO DE LISBOA

Pelo DR. AMÂNDIO PAÚL

CARACTERES DEMOGRÁFICOS DO DISTRITO DE LISBOA

O estudo da tuberculose de qualquer localidade ou região desperta o estudo dos fenómenos demográficos que se passam dentro dos mesmos limites de espaço e de tempo, porque um e outro estão intimamente relacionados.

Interessando-nos especialmente por assuntos de tuberculose, estudamos a tuberculidade do distrito de Lisboa sôbre os elementos estatísticos referentes ao período de 1936-40 (1). Isso nos levou a analisar as características demográficas do referido distrito na quadra considerada. Essa análise constitui o presente trabalho, em que sucessivamente se passam em revista os valores da natalidade, da nupcialidade e da mortalidade geral.

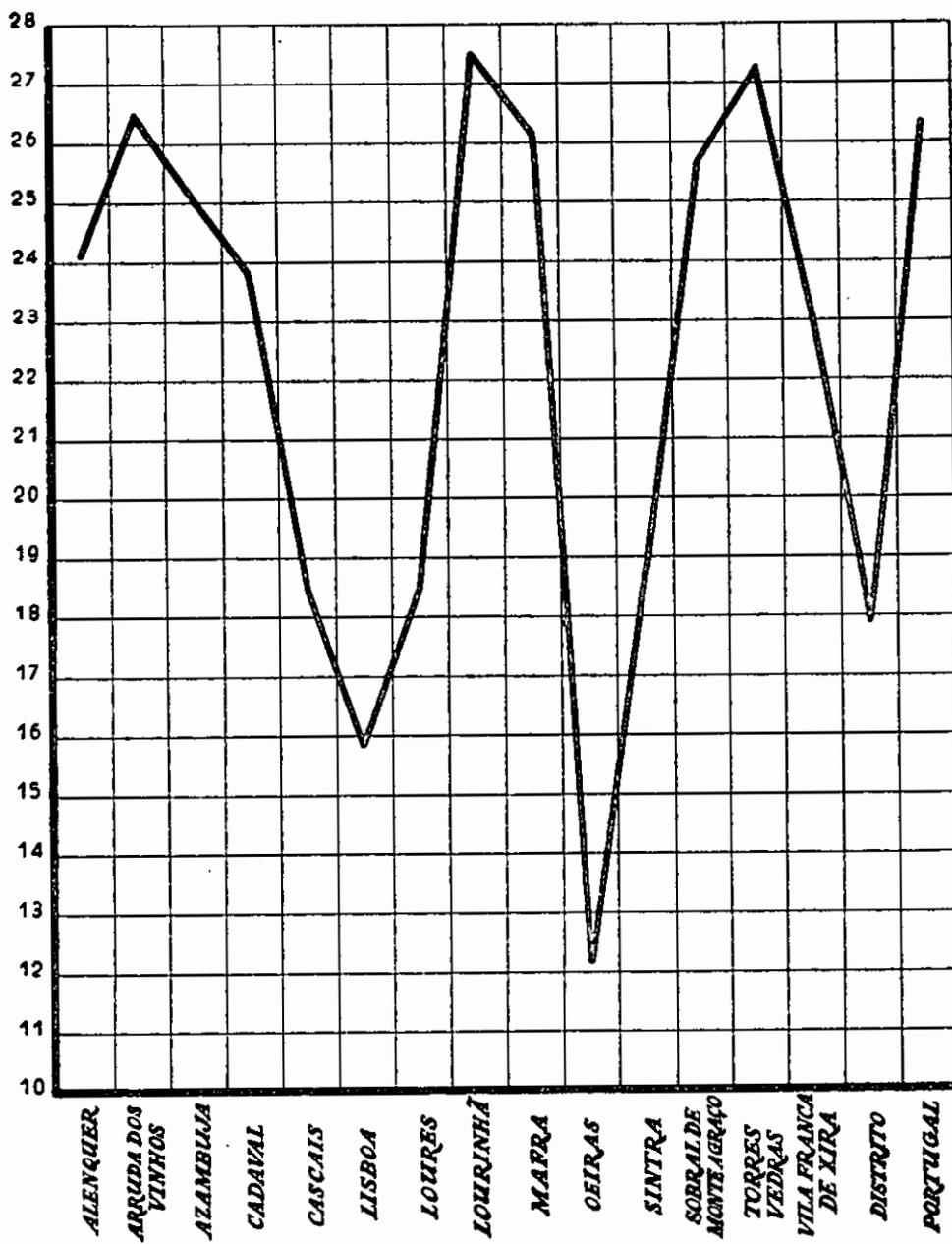
De 1940 para cá, a guerra foi introduzindo factores de alteração da normalidade demográfica, cuja importância só de aqui a alguns anos se poderá apreciar. O período imediatamente anterior à grande e trágica conflagração deve servir para avaliação dos caracteres próprios da demografia da capital e do distrito que a tem por centro.

NATALIDADE

Numerou-se no distrito pela taxa de 17,90 referida a mil habitantes, a menor das taxas natalícias distritais em todo o país e bastante distanciada da média nacional, que apenas em três concelhos foi excedida: Lourinhã (27,45, a maior de todas), Tôres Vedras e Arruda dos Vinhos. As cifras mais baixas, mencionadas pela ordem decrescente dos seus valores, couberam aos concelhos de Vila Franca

(1) Tuberculose do distrito de Lisboa na quadra de 1936-40. (In *Portugal Médico*, XXIX, 1945, n.º 1).

NATALIDADE, POR CONCELHOS, DO DISTRITO DE LISBOA - MÉDIAS DA QUADRA 1936-1940
 NASCIMENTOS POR 1000 HABITANTES



de Xira, Azambuja, Alenquer, Cadaval, Sintra, Loures, Cascais, Lisboa e Oeiras (12,17, a menor taxa natalícia do distrito).

NATALIDADE, POR CONCELHOS, NO DISTRITO DE LISBOA
(Médias da quadra 1936-40)

Concelhos	Nado-vivos em mil habitantes
Alenquer	24,11
Arruda dos Vinhos.....	26,54
Azambuja	25,12
Cadaval	23,82
Cascais	18,47
Lisboa	15,76
Loures	18,53
Lourinhã	27,45
Mafra	26,19
Oeiras	12,17
Sintra	18,79
Sobral de Monte Agraço	25,74
Tôrres Vedras	27,29
Vila Franca de Xira	23,09
<i>No distrito</i>	17,90
<i>Em Portugal</i>	26,32

O distrito de Lisboa é, pois, um distrito de baixa natalidade, inscrevendo-se nos concelhos de Lisboa e de Oeiras nos últimos lugares da escala, com a agravante porém para Lisboa da sua alta mortalidade.

Lisboa de há muito não conhece outra situação. O Dr. Ricardo Jorge atribuiu à sua natalidade, no decénio 1887-96, o valor de 26,6 e, contrapondo esta cifra à taxa exuberante do Pôrto — 36,1 — dizia já nesse tempo: «A capital padece, duma nascença miserável» (1).

A quebra que sofreu desde então para cá foi nada menos de 40,6 %, de que 23 % nos últimos cinco anos da quadra que aqui consideramos, quebra que, por sinal, levou a taxa de 1936, avaliada em 17,50, ao valor insignificante de 13,47 em 1940 — o menor quociente natalício jámais inscrito nos anais demográficos de Lisboa até agora.

É certo que no conjunto das oito capitais do nosso cotejo, Lisboa excedeu

(1) Ricardo Jorge — *Demographia e Hygiene da cidade do Porto, Porto, 1899.*

um pouco a natalidade média apurada nessas capitais, mas em relação ao valor da taxa de 1940, só Berne, Bruxelas e Paris lhe ficam à esquerda com as cifras 11,2, 10,1 e 11,1, respectivamente. As restantes excederam a taxa de Lisboa, destacando-se Roma com um quociente razoável para os tempos de hoje, 22,3.

Causas de ordem económica, social e sobretudo de ordem moral, sobejamente conhecidas, presidem sem dúvida a êste fenómeno da baixa natalidade, aliás mundial, e que mais avulta, como se sabe, em todos os meios urbanos, e muito principalmente nos grandes centros, nas grandes capitais.

Sobre ser diminuta, é uma nascença frágil, como veremos, além de que se reflecte ainda no elevado número de ilegítimos a que dá origem.

No distrito apuraram-se 363,6 bastardos em mil nado-vivos (média do quinquénio) só ultrapassada em Setúbal que numerou a maior taxa distrital de ilegitimidade no país — 429,1, ou sejam, mais de dois quintos do contingente anual dos seus nado-vivos. Em Portugal assumiu o alto valor de 156,51, e por aqui se vê a grande extensão da mancha da ilegitimidade no distrito de Lisboa.

ILEGITIMIDADE NOS CONCELHOS DO DISTRITO DE LISBOA
(Médias do quinquénio 1936-40)

Concelhos	Ilegítimos em mil nado-vivos
Alenquer	382,44
Arruda dos Vinhos	350,14
Azambuja	199,17
Cadaval	288,53
Cascais	299,40
Lisboa	393,22
Loures	416,37
Lourinhã	217,19
Mafra	357,63
Oeiras	327,03
Sintra	366,55
Sobral de Monte Agraço	451,85
Tôrres Vedras	266,64
Vila Franca de Xira	365,29
<i>No distrito</i>	363,62
<i>Em Portugal</i>	156,51

Mas há mais. Na adjunta tabela está marcada a posição de cada um dos concelhos em função da ilegitimidade, verificando-se: 1.º — Todos os concelhos

suplantaram a média nacional; 2.º — Dos cinco concelhos de ilegitimidade superior à média distrital — Alenquer, Loures, Lisboa, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira — Lisboa situa-se precisamente no meio, ficando-lhe à esquerda Vila Franca de Xira e Alenquer, e à direita, com cifras maiores, os concelhos de Loures e Sobral de Monte Agraço, que com a taxa de 451,85 (quasi metade dos nascidos) bateu o *record* da maior ilegitimidade do distrito; 3.º — Os restantes concelhos não alcançaram a média distrital, destacando-se Azambuja com a taxa menor — 199,17, mas que ainda assim nos dá a conhecer uma percentagem elevada de ilegítimos na sua nascença — cêrca de 20 % — quando no país é, como já sabemos, de 15,61 %, por sinal que bem puxada e superior à registada na quadra anterior — 14,85.

Lisboa, tendo ultrapassado, cêrca de duas vezes e meia, a taxa nacional, veio a traduzir a sua ilegitimidade pela elevada taxa de 393,22.

É muito superior, como se vê na seguinte tabela, aos valores da ilegitimidade em várias cidades europeias.

ILEGITIMIDADE EM DIVERSAS CIDADES DA EUROPA

Cidades	Ilegitimidade em mil nado-vivos
Berlim	111 (1934)
Berne	79 (1934)
Bruxelas.....	94 (1935)
Copenhague.....	170 (1934)
Estocolmo	166 (1934)
Haia	27 (1936)
Londres	54 (1934)
Milão.....	68 (1934)
Oslo.....	87 (1935)
Paris.....	188 (1934)
Roma	102 (1934)
Lisboa	393,22 (1936-40)

In «*Statistique Internationale des Grandes Villes*». — Haia, 1934.

A cifra menor coube, como era de esperar, à capital da Holanda, país modelar em tudo, e a mais alta, como era de prever também, registou-se em Paris, com a taxa de 183, ou seja, menos de metade do valor da nossa.

Lisboa precisa de sair desta posição; precisa de melhorar, sob êste aspecto, a sua natalidade, e como se trata sobretudo de uma doença moral, o remédio tem

de procurar-se (já o dissemos) (1) numa intensa acção moral e educativa exercidas por quem está em condições de o poder fazer — a Igreja, porque não dizê-lo? — em íntima colaboração com o Estado. E esta acção moral e educativa será ainda o melhor estimulante da natalidade e até da própria saúde moral que, como se sabe, tanto concorre para a saúde do corpo, tanto contribui para afugentar a doença, a morte, a própria tuberculose (2).

Há crianças que chegadas ao têrmo normal da vida intra-uterina, ou mesmo antes disso (parto prematuro), nascem já mortas. São os *verdadeiros nado-mortos* ou simplesmente nado-mortos, de inscrição usual nos róis natalícios, para assim se distinguirem dos *falsos nado-mortos* — crianças de vida efêmera, mas de facto nado-vivas, que têm de figurar, como deve ser, nos róis do obituário.

Com a mortalidade infantil e a ilegitimidade, a nado-mortalidade é tida e havida por todos como um bom índice da qualidade da nascença de qualquer aglomerado.

Vejam-se, na tabela junta, os valores que alcançou em Portugal, no distrito, em Lisboa e em algumas cidades europeias:

NADO-MORTALIDADE EM DIVERSAS CIDADES DA EUROPA

Cidades	Nado-mortos em mil nascidos, vivos e mortos (Referência a 1934)		
	Legítimos	Ilegítimos	No conjunto
Berlim	26,82	39,38	28,23
Berne	22,41	33,61	23,31
Copenhague	25,92	26,25	25,98
Estocolmo	29,75	34,94	30,62
Haia	26,00	48,12	26,61
Londres	30,53	46,58	31,41
Milão	26,06	62,10	28,61
Oslo (1935)	20,08	21,05	20,16
Paris	56,88	98,35	64,97
Roma	29,31	48,00	31,25
<i>Média</i>	29,38	45,84	31,11
1936-40			
{ Lisboa	52,22	69,63	59,14
{ Lisboa (Distrito)	48,91	62,17	53,77
{ Portugal	41,11	59,64	44,05

Fontes: Loc. cit. e *Anuários Demográficos de Portugal*.

(1) A Tuberculose em Portugal — Distrito de Lisboa. (In *Clínica, Higiene e Hidrologia*, III, 1938, n.º 9).

(2) Neste sentido, muito há a esperar, sem dúvida, das criações do Estado Novo, tais como a «Defesa da Família» e a «Obra das Mães pela Educação Nacional», tanto mais que «em 95 % dos casos, o problema das crianças ilegítimas é um problema das classes pobres» (Pierreville).

Lisboa, com a sua taxa global de 59,14 nado-mortos em mil nascidos, trepou a ocupar o penúltimo lugar na escala ascendente dos valores da nado-mortalidade das cidades consideradas, instalando-se Paris no último lugar, a que correspondeu a taxa maior 64,97, e Oslo no primeiro, com a taxa mais pequena — 20,16, a terça parte da nossa.

Também Lisboa, como se previa, ultrapassou a média nacional e a do próprio distrito, o que em parte pode ser devido a uma melhor contagem dos seus nado-mortos.

A verdade é que a nascença de Lisboa, já tão inçada de ilegítimos — seres, como é sabido, de fraca resistência vital — abunda igualmente em nado-mortos e sobretudo, para não fugir à regra, em nado-mortos ilegítimos: 69,63 contra 52,22 legítimos, em mil nascimentos. E — valha-nos ao menos isso — em tôda a parte é mais ou menos assim.

Se nem tôdas as crianças vingam e muitas são, como sabemos, as que morrem mesmo ao nascer — antes ou durante o parto — outras há que, devido a debilidade congénita, vícios de conformação, nascimento prematuro, etc., vão parar cêdo ao cemitério. O obituário reserva-lhes, como não podia deixar de ser, uma casa à parte. Lá teremos, pois, de as ir procurar e numerar, se bem quisermos ajuizar da qualidade da minguada nascença de Lisboa e seu distrito.

Uma vez feita a conta dos óbitos e relacionando-os com mil nado-vivos, obtêm-se, nos cinco anos, os seguintes quocientes médios:

Em Portugal.....	34,53 óbitos (e)
No distrito de Lisboa	44,86 " "
Em Lisboa	47,59 " "

Quere dizer: Lisboa registou um número bem maior de óbitos infantis inscritos nessa casa do rol das causas da morte.

Vejamos agora lá fora, noutras cidades, o valor dêstes mesmos índices. Constatam da adjunta tabela organizada com elementos colhidos na mesma fonte estatística e referentes a 1934. Nela se vê que a diferença é flagrante: o índice obituário respeitante a Lisboa quási duplica o valor do índice médio verificado nas outras cidades.

(e) Tendo em consideração os óbitos de causa ignorada — 6,7 % na quadra 1936-40 — este índice poderá subir, no máximo, para 36,94, continuando porém inferior ao de Lisboa e do distrito.

ÓBITOS POR DEBILIDADE CONGÊNITA, VÍCIOS DE CONFORMAÇÃO CONGÊNITOS,
NASCIMENTOS PREMATUROS, ETC., EM DIVERSAS CIDADES

Cidades	Óbitos	Nado-vivos	Índices por mil nado-vivos
Berlim	1.792	54.724	32,74
Berne	41	1.467	27,95
Copenhague	311	12.221	25,44
Estocolmo	143	5.159	27,72
Haia (1936)	130	7.351	17,69
Londres	1.565	56.853	27,53
Oslo (1935)	34	2.138	15,91
Paris	892	49.839	17,89
Roma	540	23.338	23,13
<i>Média</i>	605,3	23.676,6	25,56
Lisboa (1936-1940)	452	9.497	47,59

É que, além do mais, nesta rubrica de óbitos infantis, a tuberculose actua como causa predominante, e Lisboa é muito flagelada pela chamada *peste branca* dos nossos dias, como adiante se notará. A tuberculose, pelo número e qualidade das suas vítimas e ainda pela usual traição dos seus golpes, enganando com frequência os doentes, senão ainda os próprios médicos, é um verdadeiro flagelo. E porque a sua prêsa predilecta é de facto a gente nova, não poupa as mulheres na idade da procriação, derivando daí a repercussão que o mal pode ter, e tem, sôbre a qualidade e quantidade da prole.

Sôbre a qualidade sim, porque se é certo que estamos já muito longe do tempo em que Hipócrates ditou o seu célebre aforismo — *omnis phthisicus ex phthisico* — mais tarde confirmado e até agravado por Boenhaave — *phthisis hereditaria omnium pessima* — também é certo que, se não se herda o mal, como geralmente hoje se pensa, herda-se no entanto uma maior tendência ou predisposição para o contrair, disso se ressentindo, não fatalmente mas em muitos casos, a descendência

E quanto à restrição da nascença a que a tuberculose directamente dá origem, melhor do que nós o poderíamos fazer, falam os números da respectiva tabela, que, embora referida às mulheres em idade de procriação, e não apenas às que gravidaram, pode servir para apreciar as diferenças de incidência da tuberculose, entre o centro urbano da capital e a totalidade do país, sôbre os indivíduos do sexo feminino no referido grupo etário.

**MORTALIDADE GLOBAL E TUBERCULOSA EM MULHERES
DE 15 A 49 ANOS (1936-1940)**

Anos	Em Portugal		Em Lisboa	
	Óbitos pela tuberculose	Total dos óbitos	Óbitos pela tuberculose	Total dos óbitos
1936.....	3.359	9.375	636	1.626
1937.....	3.300	9.264	640	1.476
1938.....	3.275	9.472	680	1.588
1939.....	3.147	9.249	628	1.466
1940.....	3.421	9.445	662	1.445
<i>Média</i>	3.300,4	9.361,0	649,2	1.520,2

Em 100 óbitos, quantos causados pela tuberculose nestas mulheres? — Em Portugal 35,26; na cidade de Lisboa 42,71.

Ora, se fôsse possível— que é — fazer baixar estas elevadas percentagens de mortes causadas pela tuberculose (doença alias evitável, como dizem os médicos, e é verdade), o lucro assim conseguido não pode bem avaliar-se. O que se sabe, é que uma vida só que se salvasse valeria por uma dupla vitória, porque nestas idades, como diz Etienne Bernard, *cada vez que se impede uma descida para a sepultura, é a esperança de um bérço que sobe.*

É certo que o problema da natalidade é entre nós, como em tôda a parte aliás, o grande, o máximo problema demográfico. Hoje como sempre, mas agora mais do que nunca.

Nós temos sem dúvida uma boa natalidade, quanto ao número dos nascidos; mas se, como deve ser, olharmos à sua qualidade, logo verificamos que é preciso melhorá-la se quisermos reduzir ao mínimo o número dos inválidos, anormais e indesejáveis que tanto abundam e inferiorizam a nossa população. E neste sentido muito há decerto a fazer entre nós, muito embora se saiba, no dizer dos Mestres, que se trata de «um problema extraordinariamente complexo que transcende de muito a mera profilaxia eugénica das enfermidades do corpo e do espírito, e joga com a própria essência da organização política, social e económica do País» (Barahona Fernandes). O que não quer dizer evidentemente, que nada se faça ou tente fazer para se resolver êsse delicado problema demográfico, sabendo-se aliás que é absolutamente vital para o futuro da Nação, da própria Raça, mesmo. Porque não se pensou ainda em introduzir na nossa legislação sanitária a simples mas salutar exigência do certificado médico ante-nupcial?

NUPCIALIDADE

De mil pessoas, contraíram matrimónio em Portugal (na quadra 1936-40) 6,30, em média, no rodar de cada ano. É a chamada *taxa bruta* de natalidade, bruta porque, em boas contas, a relação dos casamentos deveria antes fazer-se com as pessoas realmente maridáveis — *Taxa nupcial específica* — e não com tôda

NUPCIALIDADE, POR CONCELHOS, NO DISTRITO DE LISBOA (Médias na quadra 193640)

Concelhos	Casamentos em mil habitantes
Alenquer	4,22
Arruda dos Vinhos.....	4,36
Azambuja	6,02
Cadaval	5,64
Cascais.....	6,25
Lisboa	7,05
Loures	5,08
Lourinhã	7,49
Mafra	5,51
Oeiras	5,52
Sintra	5,28
Sobral de Monte Agraço	3,52
Tórres Vedras	5,79
Vila Franca de Xira	6,09
<i>No distrito</i>	6,55
<i>Em Portugal</i>	6,30

a gente indistintamente — crianças e até os que já estão casados. E mesmo, no máximo apuro estatístico, dever-se-iam descontar em cada país os casamentos efectuados entre cônjuges estrangeiros e acrescentar os de nacionais realizados lá fora.

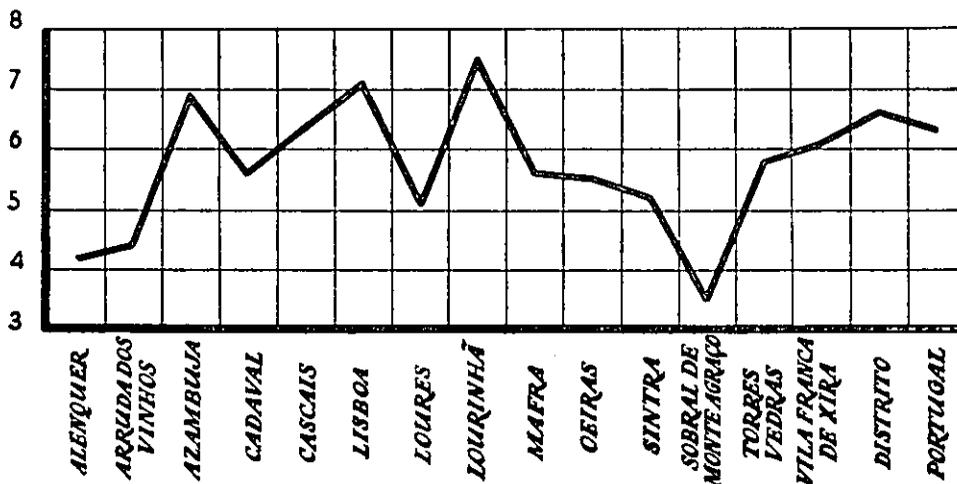
Seja como fôr, o uso consagrou já em tôda a parte esta maneira de numerar a matrimonialidade e é à taxa bruta que nos referimos nas breves considerações que vamos fazer, sôbre as cifras da presenta tabela.

No distrito realizaram-se nessa quadra 6.769,8 casamentos em média por ano, à razão de 6,55 em mil habitantes.

Nos outros distritos do Continente e Ilhas, a taxa oscilou entre os valores de 4,94 — quociente mínimo de Vila Real — e 7,11 — a maior nupcialidade distrital, em Castelo Branco.

A taxa nacional fixou-se em 6,30, menor que a apurada na quadra anterior — 6,55 — e menor também do que a registada noutros países.

NUPCIALIDADE, POR CONCELHOS, DO DISTRITO DE LISBOA - MÉDIAS DA QUADRA 1936-1940
CASAMENTOS POR 1000 HABITANTES



A quebra nos casamentos foi, pois, de 3,81 %. Mas como a natalidade nesses anos desceu em percentagem maior — 8,92 % (1) — os números denunciavam assim uma progressiva infecundidade das uniões matrimoniais, facto registado lá fora também e até em mais larga escala.

(1) Do valor de 28,90, no quinquénio 1931-35, passou para 26,32 em 1939-40.

VALORES DA NUPCIALIDADE. CASAMENTOS POR MIL HABITANTES
NALGUNS PAÍSES

(Taxas médias referidas ao quinquênio 1934-38)

Paises	Nupcialidade
Alemanha	9,71
Bélgica.....	7,59
Dinamarca.....	9,22
França	6,74
Holanda.....	7,47
Inglaterra e País de Gales	8,65
Itália	7,50
Suíça	7,38
<i>Média geral</i>	8,03
<i>Portugal (1936-40)</i>	6,30

Fontes: *Annuaire Statistique*, 54 vol., 1938. — *Anários Demográficos de Portugal*.

É um mal geral, universal mesmo, que assenta as suas raízes nas duas crises do século, a crise económica e, avultando mais ainda, a crise moral. A uma e à outra, está já bem averiguado *que só uma sólida organização social e moral da Família pode fazer face*. E é êste, felizmente, o caminho que estamos seguindo.

Quocientando a totalidade dos nascimentos de cada ano com os casamentos realizados no ano anterior, pretende-se assim obter um número — índice de fecundidade peculiar a cada país. É uma maneira muito imperfeita de numerar a fecundidade, não só porque, nem todos os nascidos provêm de uniões legítimas e, portanto, do casamento, mas ainda porque para os nascimentos ocorridos num dado ano tanto contribuem os casamentos realizados no ano imediatamente anterior como os que se efectuaram em anos mais recuados e até no mesmo ano. Não. A maior ou menor fecundidade tem de se exprimir em função, não dos casamentos mas do número de mulheres na idade da procriação. É esta, com efeito, a maneira correcta e exacta de aferir a fertilidade das mulheres em condições de poderem ser mães.

Vejamos, na seguinte tabela, os valores do índice de fertilidade ou natalidade global, em Portugal, e, para confronto, noutros países. Portugal figura ainda, nessa lista, com um índice razoável de fertilidade.

**ÍNDICES DE FERTILIDADE OU NATALIDADE GLOBAL, REFERIDOS
A MIL MULHERES DE 15-49 ANOS**

Países	Índices
Alemanha (1934)	2,081
Dinamarca (1934-36)	2,130
França (1934-35)	2,095
Holanda (1935-36)	2,004
Inglaterra e País de Gales (1931)	1,920
Itália (1935)	2,793
Suécia (1933-35)	1,764
Suiça (1937)	1,752
<i>Média</i>	2,143
<i>Portugal</i> (1936-40)	3,426

Fontes: *Annuaire Statistique de la Société des Nations* — Geneve, 1938. — *Anuário Demográfico de Portugal*, 1940.

O pior, sem falar na ilegitimidade, é a quebra que, sobretudo nos últimos anos, vem sofrendo. Assim, na quadra que aqui consideramos, os seus valores foram:

1936	3.621,80
1937	3.460,10
1938	4.446,75
1939	3.409,33
1940	3.192,52
Quebra nos cinco anos	11,8 %

Nos concelhos, a nupcialidade flutua entre os valores de 3,52 (cifra mínima colhida em Sobral de Monte Agraço) e 7,49 (taxa máxima registada na Lourinhã). Acima da média do distrito alinharam três concelhos: Azambuja, Lisboa e Lourinhã. As cifras mais baixas couberam a Alenquer, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço.

A Lisboa coube, como vimos, uma taxa razoável — 7,05, superior à média registada no país. Mas, dada a fartura de adultos maridáveis que recebe de todo o país e até de fora, é fraca a sua tendência casamenteira. As oito cidade do nosso cotejo internacional registam números maiores, desde 7,7 (taxa mínima, de Roma) até 14,0 (taxa maior, registada em Berlim). A média geral nas oito capitais euro-

peias consideradas — 9,80 — excedeu a nupcialidade de Lisboa em quasi três pontos!

Não há dúvida. Em Lisboa casa-se pouca gente. E daí, um dos seus grandes achaques — a ilegitimidade — , que é preciso combater a todo o transe e por tôdas as formas.

É que se trata, como já dizia o Dr. Ricardo Jorge, «de um mal, sob todos os pontos de vista, moral, social e sanitário». E é verdade.

MORTALIDADE GERAL

Como se infere da adjunta tabela, no distrito traduziu-se em média pela taxa de 16,25 por mil habitantes, superior à média nacional — 15,63. Mas como aqui vem morrer, sobretudo em Lisboa, bastantes pessoas estranhas à sua população, aquêlê número deverá pecar por excesso e não podemos por êle aferir com precisão a salubridade do distrito, o grau de vitalidade da sua gente.

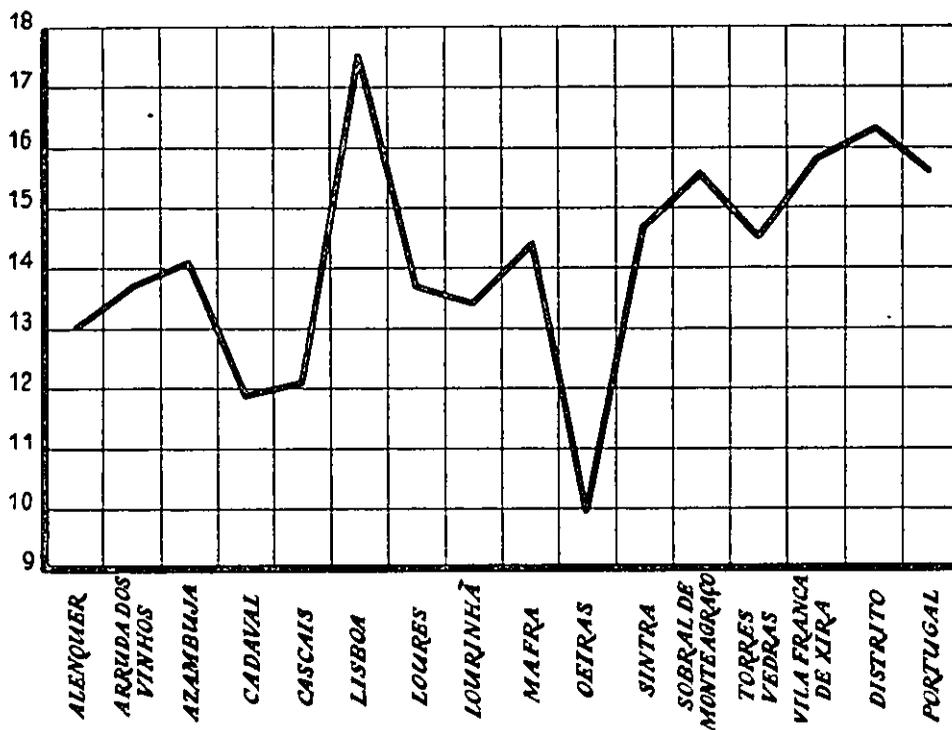
MORTALIDADE GERAL, POR CONCELHOS, DO DISTRITO DE LISBOA

Concelhos	Média de mortos por mil habitantes, na quadra 1936-40
Alenquer	12,95
Arruda dos Vinhos	13,65
Azambuja	14,13
Cadaval	11,90
Cascais	12,11
Lisboa	17,53
Loures	13,72
Lourinhã	13,40
Mafra	14,40
Oeiras	9,91
Sintra	14,71
Sobral de Monte Agraço	15,61
Tôrres Vedras	14,54
Vila Franca de Xira	15,83
<i>No distrito</i>	16,25
<i>Em Portugal</i>	15,63

Números absolutos colhidos nos Anuários Demográficos. População calculada pelos doia últimos censos. Resultados provisórios para 1930.

«Acolhe-se à cidade — dizia o Dr. Ricardo Jorge — uma turba de doentes forasteiros, à busca de melhor tratamento, dos recursos médicos e hospitalares; é uma imigração de gente enferma e morrediça que paga proporcionalmente um contingente mortuário elevado e que vem a agravar o obituário urbano» (1).

MORTALIDADE GERAL, POR CONCELHOS, DO DISTRITO DE LISBOA-MÉDIAS DA QUADRA 1936-1940
MORTOS POR 1000 HABITANTES



Dado, porém, que conhecessemos o valor exacto do contingente dos óbitos adventícios, para ser descontado no obituário geral, a taxa do distrito de Lisboa continuaria a ser elevada.

Um exemplo: — Dentre as crianças que nascem com vida no distrito de Lisboa — 18.459,4 em média por ano, na quadra considerada — morrem durante

(1) Ricardo Jorge — Op. cit.

o 1.º ano 3.027,4, à razão de 164,00 por mil, quando a dízima nacional nesta idade é de 134,97. Quere dizer, se essas crianças passassem a morrer à razão desta dízima — não seria milagre nenhum — o número dos óbitos baixaria para 2.491, salvar-se-iam em cada ano nada menos de 536 crianças. Mas, se fizéssemos a conta pelas baixíssimas dízimas doutros países (2), pela taxa da Holanda verbi gratia, morreriam apenas 724 crianças e salvar-se-iam, portanto, 2.303! E isto sim, é que seria para nós um grande milagre.

Outro exemplo: — Na mesma quadra dizem os números que morreram no distrito de Lisboa 3.117 tuberculosos em média, por ano, o que dá, em relação à sua população média nessa quadra, 3.019 óbitos por mil habitantes. Ora, o índice nacional de mortalidade pela tuberculose foi então representado em média pelo número 1.514, e se fôsse a esta taxa, já de si elevada, que morressem os tuberculosos no distrito de Lisboa — e também não seria milagre nenhum — o número dos falecidos baixaria desde logo para 1.563, ou sejam, menos 1.554. Mas, se a conta se fizesse, não pelo valor do índice de Portugal, mas pelo valor da taxa obituária, invejável, da Dinamarca — 0,493 — passariam a morrer no distrito de Lisboa apenas 509 tuberculosos e não 3.117! É isto sim, é que também seria para nós um outro grande milagre.

Resumindo: só nestas duas rubricas — mortalidade infantil e tuberculoidade — o lucro que poderia conseguir-se seria de 2.090 vidas resgatadas, se fizéssemos a conta pelo valor dos respectivos índices obituários nacionais, e êste número subiria para 4.911, se antes partíssemos do valor dêsses mesmos índices na Holanda e na Dinamarca, para as crianças e para os tuberculosos, respectivamente.

Numa palavra: a taxa da mortalidade geral do distrito de Lisboa a que foi atribuído o valor de 16,25, baixaria no primeiro caso para 14,22 e no segundo, para 11,48.

De 1936-1940 a quebra, avaliada através das taxas dos anos extremos do período, foi de 4,5 %, e não vamos atribuí-la decerto a melhoria do estado sanitário, já que a natalidade quebrou, infelizmente (como vimos) mais ainda — 17,7 % — e sabe-se que entre nós a natalidade, devido sem dúvida à exagerada mortalidade infantil, evidenciada pelos números, domina francamente a mortalidade geral nas suas flutuações. «De se encherem mais ou menos os berços depende o abrirem-se mais ou menos covas» (Ricardo Jorge), e de aí o ser preciso relacionar os mortos com os nascidos quando se quiser ajuizar, só pela mortalidade geral, da

(1) Eis o valor da mortalidade infantil no primeiro ano de vida, referido a mil nascimentos, nalguns países, na quadra 1934-38: — Alemanha 64,8, Bélgica 77,4, Dinamarca 65,4, França 67,0, Holanda 39,2, Inglaterra 57,0, Suíça 46,2, etc. (Cifras extraídas da fonte estatística anteriormente citada).

salubridade de qualquer aglomerado. Em relação ao distrito e a Lisboa e, para confronto em Portugal, eis, na tabela junta, o que a êste respeito os números informam.

ÓBITOS POR MIL NADO-VIVOS, EM 1936-40

Anos	No distrito	Em Lisboa	Em Portugal
1936.....	862,6	1.028,0	578,7
1937.....	883,9	1.097,7	591,9
1938.....	937,7	1.145,8	578,2
1939.....	855,5	1.057,7	583,6
1940.....	1.007,5	1.277,6	641,2
<i>Média</i>	907,5	1.116,6	594,1

Apura-se pois que, salvante o ano de 1939, e para Portugal também o de 1938, o número de mortes vai sempre crescendo de ano para ano, e em Portugal sobreleva em todos os anos do período o número dos nascidos. Felizmente que, no conjunto do País, o excedente de vidas é ainda importante (1).

O ano de 1940 bateu o record do maior valor das taxas. Neste ano as taxas apuradas nos concelhos, excluído o de Lisboa, variam de 457,4, mínima da Lourinhã, a 896,7, máxima colhida em Vila Franca de Xira.

A elevada taxa do distrito, revelando pela primeira vez um número de óbitos superior ao dos nado-vivos, só se explica pela exorbitância da taxa de Lisboa.

Nos concelhos, só o de Lisboa, com a sua taxa obituária de 17,53, excedeu como era de prever, a média distrital. Vila Franca de Xira suplantou um pouco a taxa nacional — 15,63 — , e Sobral de Monte Agraço quasi a nivelou — 15,61. Afora êstes, os restantes onze concelhos do distrito registaram taxas francamente inferiores à nacional, desde 9,91 (quociente mínimo de Oeiras a contrastar com a a sua forte tuberculosidade) até 14,71 (máxima verificada em Sintra, de forte tuberculosidade também). E de passagem anotaremos que a diminuta mortalidade de Oeiras filia-se mais na miséria da sua nascença — 12,17, a menor do distrito

(1) Em 1941 os mortos por mil nascidos, subiram no distrito, em Lisboa e no País para 1012,4, 1220,8 e 732,1, respectivamente, excedendo muito a média do quinquênio anterior. Quere dizer, a situação sob êste aspecto, agravou-se. O distrito e Lisboa já dão saldos fisiológicos negativos, e as boas sobras do País, até agora — 405,9 em mil nado-vivos, média da quadra 1936-40 — baixaram, neste ano, para 267,9. Estes números denunciam uma delicada e séria situação demográfica que, evidentemente, é desnecessário encarecer.

e uma das mais baixas do país — do que em razões de boa sanidade, já desmentida aliás pela sua forte tuberculidade.

Lisboa a todos sobreleva, com a sua taxa — 17,53, e como na natalidade não foi além de 15,76, segue-se que no balanço nado-mortuário veio a traduzir o seu incremento natural por um número negativo — 1,77, desgraça que já de há muito, desde 1934, vem registando. O que vale, como já dissemos, para crescer e progredir, como se está vendo, é o reforço de gente, e de gente nova sobretudo, que lhe vem de fora e a que deve a estrutura especial da sua população que, por sua vez, condiciona as já citadas anomalias demográficas em que é fértil e já anotamos.

No nosso pequeno cotejo internacional Berlim inscreve-se com a maior taxa obituária — 12,9 — e a capital da Holanda com o menor — 8,8. No conjunto das oito capitais europeias consideradas, a mortalidade fixou-se em 10,98. Lisboa trepou para as alturas de 17,53!

É certo que pelo valor dos quocientes brutos da mortalidade geral não podemos aquilatar com exactidão o grau sanitário de qualquer aglomerado, pois é preciso, como se sabe, ter em conta em cada caso, além do mais, a composição-sexuo-etária da população. A verdade, porém, é que à falta de taxa padrão, tanto os higienistas como os próprios demografistas (disse o Dr. Ricardo Jorge) mantêm o uso da mortalidade geral ao menos como base inicial da comparabilidade sanitária, além de que, se pode haver com efeito — e há de facto — algumas inexatidões nas taxas da mortalidade específica, para o que (diga-se entre parentesis) muito concorre o desigual critério dos médicos a respeito das causas de morte, o mesmo já não acontece com as taxas da mortalidade geral que, reflectindo nas suas flutuações a acção mais ou menos nociva, que sobre a vida do homem exerce o meio físico, moral e social em que decorre, são de facto um bom índice do bem ou mal estar da população.

Causas sobretudo de ordem sanitária e social presidem à elevada mortalidade de Lisboa, que uma nascença muito frouxa e uma super-abundância por afluxo migratório, de adolescentes e adultos, não fazia na verdade prever. E a essas mesmas causas deverá atribuir-se a grande sobrecarga de óbitos infantis e de tuberculosos que tanto pesa sobre a mortalidade da nossa capital, como vamos ver.

Pelo que respeita à tuberculose, as taxas do distrito de Lisboa são elevadíssimas, como se vê no quadro junto, com índices rectificadíssimos por aplicação, aos óbitos de causa ignorada, da percentagem do factor tuberculose que se encontra na generalidade do obituário. As cifras mais baixas cabem aos concelhos de Sobral.

de Monte Agraço, Cadaval, Arruda dos Vinhos e Azambuja, cifras inferiores à média nacional, mas superiores a 1.000, limite da chamada «tuberculidade fraca». O concelho de Lisboa apresenta um índice desmarcado, acima da média distrital.

TUBERCULOSIDADE NO DISTRITO DE LISBOA
(Médias no quinquénio 193-640)

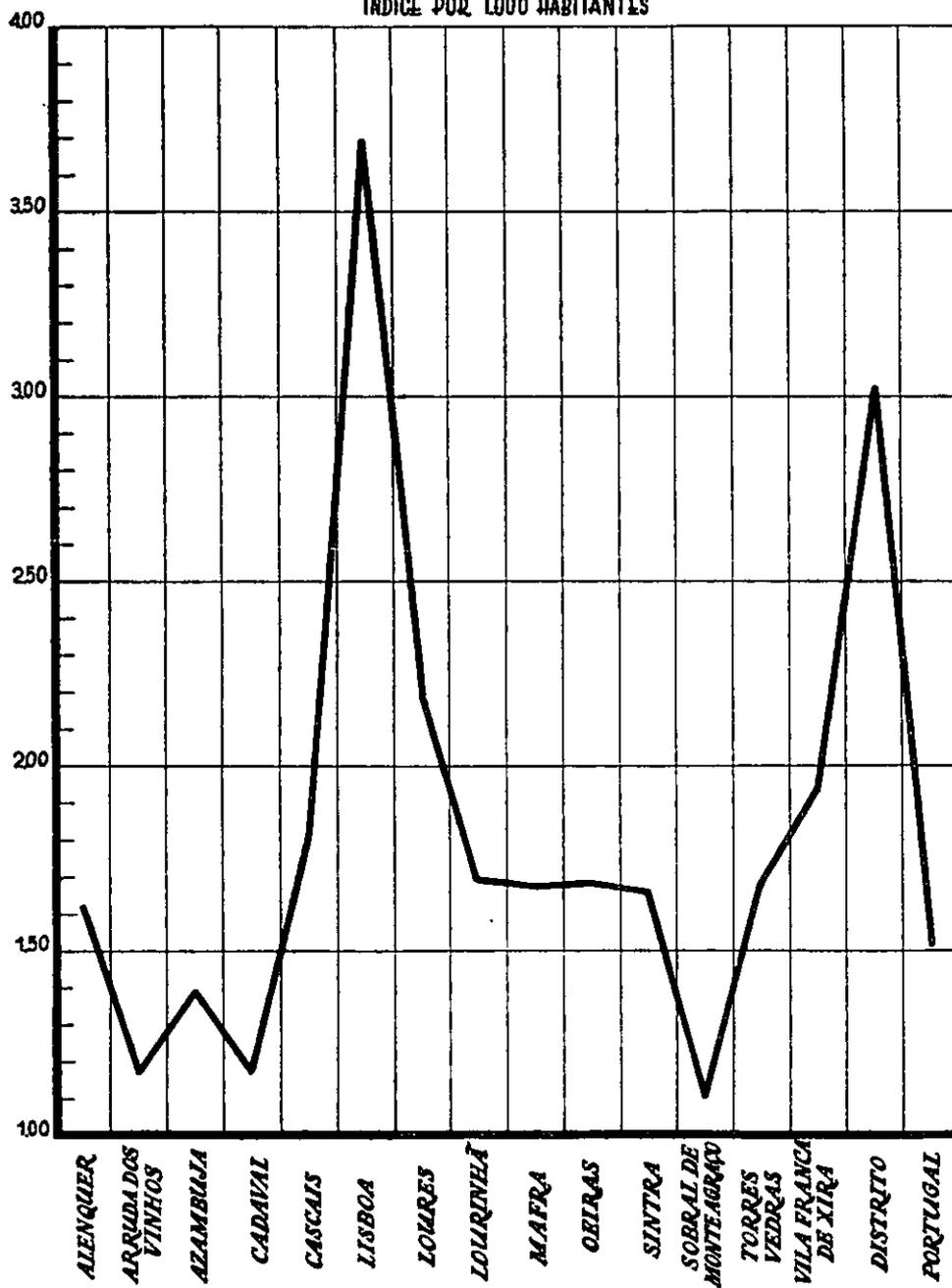
Concelhos	Porcentagem de óbitos de causa ignorada	Índices oficiais de tuberculidade por mil habitantes	Índices rectificados
Alenquer	8,72	1,618	1,771
Arruda dos Vinhos	2,72	1,168	1,195
Azambuja	7,01	1,368	1,471
Cadaval	1,97	1,165	1,186
Cascais	0,62	1,805	1,815
Lisboa	0,98	3,690	3,725
Loures	2,09	2,193	2,246
Lourinhã	0,71	1,685	1,687
Mafra	2,59	1,672	1,717
Oeiras	2,59	1,680	1,725
Sintra	2,21	1,658	1,701
Sobral de Monte Agraço	5,95	1,098	1,167
Tórres Vedras	2,77	1,682	1,732
Vila Franca de Xira	3,11	1,939	2,008
<i>No distrito</i>	1,58	3,018	3,068
<i>Em Portugal</i>	6,7	1,514	1,682

Esta é a mais alta dos distritos do país, sobrepujando os de mais pesada tuberculidade (Pôrto, com 2.178; Setúbal, com 1.962), excedendo em muito a média nacional, e distanciando-se muitíssimo dos de mais fracas quotas (Guarda, com 0,669; Bragança, com 0,708; Castelo Branco, com 0,729).

Dando de barato que metade dos óbitos por tuberculose, ocorridos nos hospitais e asilos de Lisboa, fôsem de pessoas estranhas ao distrito, a taxa distrital desceria apenas para 2.552, que seria ainda a mais alta entre as de todos os distritos. E fazendo para a cidade de Lisboa semelhante correcção, descontando uma terça parte dos mortos por tuberculose, em iguais condições, o índice da capital só baixaria para 3,148.

Isto é: a tuberculose do distrito de Lisboa, e particularmente a da capital, accusam índices elevadíssimos, que mostram bem quanto affectam a mortalidade geral, e quanto é deficiente a luta contra a doença, para a qual não há os meios de ataque em quantidade proporcional à gravidade do mal a combater.

TUBERCULOSIDADE, POR CONCELHOS, DO DISTRITO DE LISBOA - MÉDIAS DA QUADRA 1936-1940
(ÍNDICE POR 1000 HABITANTES)



Quanto à mortalidade infantil, falam, mais eloqüentemente ainda do que a respeito da tuberculose, os números inscritos na respectiva tabela.

MORTALIDADE INFANTIL EM LISBOA (1936-40)
(Médias)

Idades (anos)	Nados e sobreviventes	Mortos	Dízimas	Dízimas nacionais
0	10 737,8	1.898,0	176,75	134,97
1	8.839,8	343,4	38,84	35,81
2	8.496,4	256,4	30,17	18,51
3	8.240,0	142,2	17,25	12,74
4	8.097,0	189,0	23,33	12,21
5	7.908,8	—	—	—
<i>Total</i>	44.411,8	2.829,0	63,69	46,62

Vê-se, pois, que morrem em Lisboa mais crianças até aos cinco anos de idade do que tuberculosos de tôdas as formas da doença e de tôdas as idades — 2.829 crianças contra 2.518 tuberculosos — e mais se apura ainda que tôdas as dízimas parciais respeitantes a cada uma das classes de idade suplantam consideravelmente as respectivas dízimas nacionais. No decorrer do primeiro ano de vida, então, o desgaste é enorme: cêrca de 2.000 vítimas, ou sejam, 176,75 óbitos, em média, por mil nado-vivos, quando a dízima nacional nessa idade — por sinal desmarcada — é de 134,97, e, no conjunto das capitais europeias do nosso cotejo não vai além de 60,0, batendo o *record* da mais baixa mortalidade infantil a afortunada Haia com a bonita dízima de 27,7, logo seguida por Copenhague — 43,3. Quere dizer: ao passo que nestas duas cidades, de mil crianças que nascem vivas, morrem durante o primeiro ano 27 ou 43, em Lisboa morrem nada menos de 176 (1). Ou não serem a Holanda e a Dinamarca os países que na Europa — em

(1) Dos elementos colhidos nos últimos «Anuários Demográficos» publicados (1941 e 1942) deduz-se que, em relação a 1941, a dízima da mortalidade infantil no primeiro ano de vida, em Lisboa, abateu para 153,75. Quebraram os óbitos e os nascimentos, sendo, no entanto, maior, em relação à quadra 1936-40, a percentagem da quebra dos óbitos. Cinco concelhos ultrapassaram a taxa distrital. Aqui os registamos com o valor das respectivas dízimas: Mafra 162,7, Cascais 174,9, Sintra 204,6, Vila Franca de Xira 205,9 e Loures 314,1. A taxa nacional nesse ano numerou-se pela dízima de 150,77, superior à registada, em média, cinco anos atrás — 134,97.

Quanto a 1942, a situação mostra-se muito favorecida. A taxa nacional passou para 131,35, notando-se que à diminuição dos óbitos infantis — 27.794, em 1941, e 24.629, em 1942 — correspondeu um aumento muito apreciável de nado-vivos — 184.336, em 1941, e 187.503, em 1942. Lisboa registou a dízima de 143,33. Diminuíram os óbitos e os nado-vivos, mas estes em percentagem menor — 3,7 contra 10,3 %. Bom é que os números continuem a falar assim.

todo o mundo, iam a dizer — se destacavam pela sua excelente, modelar e admirável organização sanitária e social, até à eclosão da infernal guerra de hoje.

Entre nós é o que se vê, e por isso já em 1938 (1) nos foi possível dizer: «Eis pois o nosso país em face de um outro flagelo que, pelo número e qualidade das vítimas, assume uma delicadeza e acuidade maiores ainda que o da tuberculose».

Os números que aqui deixamos sobre a mortalidade infantil bem justificam a instante necessidade, o dever imperioso de pôr cõbro a uma tal situação em relação aliás com factores de todos sobejamente conhecidos: inveterados vícios de hygiene geral, privação do leite materno, amamentação defeituosa, alimentação prematura e viciada, separação da mãe, pobreza, negligência, ignorância, numa palavra, miséria moral e física que sempre se encontra, e desgraçadamente como causa e efeito, na origem dos grandes males sociais.

*

O distrito de Lisboa (e principalmente a capital) cresce intensamente. As cifras censuárias dos anos de 1930 e 1940 mostram aumentos populacionais consideráveis:

Pupulação de facto	1930	1940	Diferença média anual
Distrito de Lisboa	906.582	1.070.103	+ 16.352,1
Cidade de Lisboa	594.390	709.174	+ 11.478,9
Distrito (menos Lisboa).....	312.192	360.924	+ 4.873,2

(1) A Tuberculose em Portugal — Distrito de Lisboa (loc. cit.).

Para êste desenvolvimento contribui em muito, como já apontámos, a integração de gente vinda de outras partes do país, como se verificou apurando os saldos fisiológicos respectivos:

Em 1936-40 (média anual)	Nascimentos	Óbitos	Saldos
Distrito de Lisboa	18.459,4	16.771,6	+ 1.687,8
Cidade de Lisboa	10.737,8	11.991,6	- 1.253,8
Distrito (menos Lisboa).....	7.721,6	4.780,0	+ 2.941,6

Por maiores que sejam as restrições a fazer às cifras do obituário, mormente na capital, motivadas por nelas entrar certa parte de óbitos de indivíduos de procedências estranhas e por grande que seja a população flutuante, são tão nítidas as diferenças entre os aumentos fisiológicos da população e o crescimento de esta, que se vê bem a importância assumida pela imigração de gentes vindas de outros pontos do país. Para a cidade de Lisboa, o facto é de primacial importância, porque a sua população diminuiria se não existisse a interferência desse factor. Sucede assim, geralmente, nos centros urbanos em desenvolvimento, e o problema que se põe é o de evitar que a cidade, pelas suas particulares condições desfavoráveis, não abata a vitalidade dos que a vem enriquecer com sangue novo.

Ora, as conclusões do estudo feito sobre os diversos fenómenos demográficos mostram que é preciso trabalhar nesse sentido, cada vez com maior dedicação e intensidade, pois há aspectos que pedem enérgica conexão: fraca natalidade, abundante ilegitimidade, nupcialidade parca e improdutiva, alta mortalidade (sobretudo na infância e pela tuberculose). É uma multidão de problemas, de ordem material e moral, para a solução dos quais tôdas as contribuições são precisas.

RÉSUMÉ

CARACTÈRES DÉMOGRAPHIQUES DU DISTRICT DE LISBONNE

La comparaison des données statistique relatives à la natalité, à la nuptialité et à la mortalité générale, dans le district administratif de Lisbonne, au cours de la période 1936-1940, révèle d'intéressantes caractéristiques démographiques de cette région, avec des différences sensibles entre les municipalités qui la composent et entre celles-ci et le grand centre urbain de la capitale portugaise.

La natalité générale est faible dans tout le district (17,90); à cet état de choses contribuent les proportions très faibles de la ville de Lisbonne et des municipalités environnantes. La natalité illégitime est très élevée (363,62), proportion qui excède double de la proportion du Portugal tout entier. De même le chiffre des morts-nés surpasse de beaucoup le chiffre relatif à l'ensemble du pays, et, comme de coutume, y prédominent les enfants illégitimes. La mortalité par suite de débilité congénitale et prématurité dénonce la faiblesse relative des nouveaux-nés. Il faut noter encore le pourcentage élevé de décès pour tuberculose chez les femmes en âge de procréer.

Les proportions relatives à la nuptialité sont très différentes de municipalité à municipalité, mais l'ensemble du district accuse un chiffre (6,55) légèrement supérieur à celui du reste du pays. La proportion pour la capitale, en apparence élevée (7,05), est en réalité petite, si l'on considère l'importance de la population mariable, et se révèle inférieure à la moyenne des autres capitales européennes.

La proportion de la mortalité générale dans le district (16,25) excède un peu celle de l'ensemble du pays. Parmi les chiffres, variables, présentées par les municipalités, se détache celui de Lisbonne, beaucoup plus élevé, surpassant largement la proportion national. A cet état de choses contribue très fortement la tuberculose, avec les chiffres respectifs de 3.068 et 3.725 pour le district et pour la ville de Lisbonne; et, en ce qui concerne celle-ci, un facteur important est présenté par la mortalité infantile, qui accuse les chiffres respectifs de 176,75 et de 63,69 pour les enfants de 0 à 1 an et de 0 à 5 ans.

Si l'on considère tous ces faits, on constate que le district de Lisbonne, et particulièrement la capitale du pays, offrent des problèmes démographiques du plus grand intérêt, prouvant que les motifs qui déterminent les proportions défavorables enregistrées dans ce résumé nécessitent une correction efficace, afin que se modifie la mauvaise situation démographique révélée par les taux indiqués.

SÔBRE O ACÊRTO DUMA LOGÍSTICA
À POPULAÇÃO PORTUGUESA

Pelo DR. JOAQUIM JOSÉ PAES MORAES

SÔBRE O ACÊRTO DUMA LOGÍSTICA À POPULAÇÃO PORTUGUESA

Consideremos a logística sob a forma :

$$y = a + \frac{L}{1 + e^{\frac{\delta - t}{\alpha}}}$$
$$y - a = Y = \frac{L}{1 + e^{\frac{\delta - t}{\alpha}}} \quad (1)$$

deduzida como se sabe na hipótese de a taxa de crescimento ser proporcional à população e à diferença entre a população limite e a existente.

$$\frac{d y}{d t} = k y (L - y)$$

As constantes α , δ e L que figuram na expressão (1) podem ser determinadas por vários processos. Faremos apenas referência ao seguinte :

Escolhido o valor a , o que deve fazer-se por considerações de ordem histórica (pelo menos aproximadamente), tomaremos 3 censos igualmente espaçados nas épocas t_0 , t_1 e t_2 podendo por comodidade tomar-se $t_0 = 0$, e evidentemente a época t_0 será escolhida de forma que a população seja em t_0 superior a a .

Teremos então do inverso de (1) para as épocas $t_0 = 0$, $t_1 = 1$ e $t_2 = 2$.

$$\frac{1}{Y_0} = \frac{1}{L} \left(1 + e^{\frac{\delta}{\alpha}} \right)$$

$$\frac{1}{Y_1} = \frac{1}{L} \left(1 + e^{\frac{\epsilon - 1}{\alpha}} \right)$$

$$\frac{1}{Y_2} = \frac{1}{L} \left(1 + e^{\frac{\epsilon - 2}{\alpha}} \right)$$

donde

$$d_1 = \frac{1}{Y_0} - \frac{1}{Y_1} = \frac{1}{L} e^{\frac{\epsilon}{\alpha}} \left(1 - e^{-\frac{1}{\alpha}} \right)$$

$$d_2 = \frac{1}{Y_1} - \frac{1}{Y_2} = \frac{1}{L} e^{\frac{\epsilon - 1}{\alpha}} \left(1 - e^{-\frac{1}{\alpha}} \right)$$

e portanto

$$\frac{d_1}{d_2} = e^{\frac{1}{\alpha}} \quad (2)$$

$$\frac{d_1^2}{d_1 - d_2} = \frac{1}{L} e^{\frac{\epsilon}{\alpha}} \quad (3)$$

portanto

$$\frac{1}{L} = \frac{1}{Y_0} - \frac{d_1^2}{d_1 - d_2} \quad (4)$$

conhecido α de (2) e L de (4) a expressão (3) dará o valor de ϵ .

A escôlha do valor de α é um tanto arbitrária, interessa ver até que ponto e como a escôlha de α influe no valor das constantes da curva.

Consideremos L

de (4)

$$L = \frac{1}{Y_0} - \frac{d_1^2}{d_1 - d_2}$$

e, como

$$d_1 = \frac{1}{Y_0} - \frac{1}{Y_1}$$

$$d_2 = \frac{1}{Y_1} - \frac{1}{Y_2}$$

será

$$L = \frac{Y_1(Y_2 + Y_0) - 2 Y_0 Y_2}{Y_1^2 - Y_0 Y_2} Y_2 \quad (5)$$

ou, por ser

$$Y_1 = y_1 - a$$

$$L = (y_1 - a) \frac{(y_1 y_2 + y_1 y_0 - 2 y_0 y_2) - a (2 y_1 - y_2 - y_0)}{(y_1^2 - y_0 y_2) - a (2 y_1 - y_0 - y_2)}$$

$$L = (y_1 - a) \frac{M - Na}{P - Na} \quad (6)$$

onde

$$M = y_1 (y_2 + y_0) - 2 y_0 y_2$$

$$N = 2 y_1 - (y_2 + y_0)$$

$$P = y_1^2 - y_0 y_2$$

ou ainda

$$L = (y_1 - a) \frac{\frac{M}{N} - a}{\frac{P}{N} - a}$$

$$L = (y_1 - a) \frac{a_1 - a}{a_2 - a} \quad (7)$$

com

$$a_1 = \frac{M}{N}$$

$$a_2 = \frac{P}{N}$$

isto é, quando a varia L descreve uma cônica que, em virtude da não existência do termo em L^2 será uma hipérbole.

$$L (a_2 - a) = (y_1 - a) (a_1 - a)$$

$$a^2 + L a - a (y_1 + a_1) + y_1 a_2 - L a_2 = 0$$

cujo centro é o ponto

$$\begin{cases} 2a + L - y_1 - a_1 = 0 \\ a - a_2 = 0 \end{cases}$$

$$C(a_2, y_1 + a_1 - 2a_2)$$

ora

$$a_1 - 2a_2 = \frac{M - 2P}{N} = -y_1 \quad (8)$$

portanto, o centro da hipérbole será

$$C(a_2, 0) \quad (9)$$

de (8) conclui-se que o ponto a_2 divide ao meio a distância de a_1 a y_1 [($a_2, 0$) centro e ($a_1, 0$) e ($y_1, 0$) pontos da hipérbole].

No que respeita às assintotas da hipérbole tem elas por direcções.

$$a^2 + La = 0$$

$$1 + \frac{L}{a} = 0$$

uma direcção assintótica é infinita e outra -1 , isto é uma assintota é paralela ao eixo dos LL e a outra forma um ângulo de 45° com a parte negativa do eixo dos a .

Analisemos agora (7) no que respeita ao sinal

L é essencialmente positivo.

y_1 idem.

e a só pode tomar valores inferiores à população y_0 logo

$$y_1 - a > 0$$

o sinal de L depende assim do sinal de $\frac{a_1 - a}{a_2 - a}$ que deverá portanto ser positivo para o que deve ser ou a menor que o menor dos valores a_1 e a_2 ou a maior que o maior dos valores a_1 e a_2 .

Ora

$$a_1 - a_2 = \frac{M - P}{N} = \frac{(y_1 - y_0)(y_2 - y_1)}{N}$$

e como naturalmente a população não evolui em progressão aritmética, mas o seu crescimento deve fazer-se em maior quantidade entre t_1 e t_2 do que entre t_0 e t_1 segue-se que a posição de y_1 deve ser anterior à média entre y_0 e y_2 , isto é

$$y_1 < \frac{y_0 + y_2}{2}$$

e portanto

$$N = 2y_1 - y_0 - y_2 < 0$$

assim

$$a_1 - a_2 < 0$$

$$a_2 > a_1$$

Sendo $a_2 > a_1$ teremos:

se a_2 e a_1 são negativos a , por ser essencialmente positivo, variará entre 0 e y_0 e portanto

$$y_1 \frac{a_1}{a_2} < L < (y_1 - y_0) \frac{a_1 - y_0}{a_2 - y_0}$$

se ambos (ou a_2 pelo menos) são positivos

$$(y_1 - y_0) \frac{a_1 - y_0}{a_2 - y_0} < L < \infty$$

para

$$a_2 < a < y_0$$

Para os dados de 1860 (1), 1900 e 1940 teremos:

$y_0 = 3.657$	$M = + 1.831$	$a_1 = - 2.260$
$y_1 = 5.016$	$N = - 0.810$	$a_2 = + 1.378$
$y_2 = 7.185$	$P = - 1.116$	

(1) A população para 1860 foi calculada por estimativa baseada nas populações de 1858 e 1861.

Para o ajuste da logistica baseamo-nos na escôlha de a (uma vez escolhida a origem 1860 para o ciclo), na densidade da população, escolhendo um valor para a de que resultasse para L um valor a que correspondesse uma densidade, que nos parece razoável, de 144 por quilómetro quadrado, ou seja de 1,4 por hectare.

Baseando-nos nestas hipóteses calculamos os valores que seguem com base nos valores da população em 1860, 1900 e 1940 e tomando para a (assintota inferior) o valor 2.500 do que resultou uma população limite de 13.168.

AJUSTAMENTO DUMA LOGÍSTICA À POPULAÇÃO PORTUGUESA
(Continente)

	y	$\frac{1}{y}$	d	$d_1 - d_2$
1860	1.157	0,864304	—	—
1900	2.516	0,397456	0,466848	—
1940	4.685	0,213447	0,184009	0,282839

(1) $d_1^2 = 0,217497$

$a = 2.500$

(2) $\frac{d_1^2}{d_1 - d_2} = 0,770569$

$\frac{1}{L} = \frac{1}{y_0} - \frac{d_1^2}{d_1 - d_2} = 0,093735$

(3) $\frac{d_1}{d_2} = 2,537093$

$L = 10.668$

$\alpha = \frac{\log c}{\log (3)} = 1,0741$

ou

$\alpha = 42,964$ anos.

$\epsilon = \frac{\log (2) - \log L}{\log (3)} = 2,26271$

ou, atendendo à origem

$\epsilon = 1950,508$

$\epsilon = 1\,950,508$ $\alpha = 42,964$ $L = 10.686$ $a = 2.500$

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
t	$\epsilon - t$	$\frac{\epsilon - t}{\alpha}$	$\frac{\epsilon - t}{\alpha} \log e$	$e \frac{\epsilon - t}{\alpha}$	1 + (5)	$\frac{L}{(6)}$	a + (7)	Observa- dos
1840	110,508	2,572106	1,117014	13,092	14,092	757	3.257	3.330
1850	100,508	2,339353	1,015934	10,373	11,373	938	3.428	3.466
1860	90,508	2,106601	0,914855	8,220	9,220	1.157	3.657	3.657
1870	80,508	1,873848	0,813775	6,513	7,513	1.420	3.920	3.971
1880	70,508	1,641095	0,712695	5,161	6,161	1.732	4.232	4.243
1890	60,508	1,408342	0,611615	4,089	5,089	2.096	4.596	4.660
1900	50,508	1,175589	0,510535	3,239	4,239	2.517	5.017	5.016
1910	40,508	0,942836	0,409455	2,561	3,567	2.991	5.491	5.500
1920	30,508	0,710083	0,308375	2,034	3,034	3.516	6.016	5.622
1930	20,508	0,477330	0,207295	1,612	2,612	4.084	6.584	6.360
1940	10,508	0,244577	0,106215	1,277	2,277	4.685	7.185	7.185

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
t	$\epsilon - t$	$\frac{\epsilon - t}{\alpha}$	$\frac{\epsilon - t}{\alpha} \log e$	$e \frac{\epsilon - t}{\alpha}$	1 + (5)	$\frac{L}{(6)}$	a + (7)
1950	0,508	0,011824	0,0051349	0,988	1,988	5.366	7.866
1960	— 9,492	0,220929	0,0959450	0,802	1,802	5.920	8.420
1970	— 19,492	0,453682	0,1970250	0,635	1,635	6.525	9.025
1980	— 29,492	0,686435	0,2981050	0,503	1,503	7.098	9.598
1990	— 39,492	0,919188	0,3991847	0,399	1,399	7.625	10.125
2000	— 49,492	1,151941	0,5002646	0,316	1,316	8.106	10.606
2010	— 59,492	1,384694	0,6013445	0,250	1,250	8.534	11.034
2020	— 69,492	1,617447	0,7024244	0,198	1,198	8.905	11.405
2030	— 79,492	1,850200	0,8035043	0,157	1,157	9.220	11.720
2040	— 89,492	2,082953	0,9045842	0,125	1,125	9.483	11.983
2050	— 99,492	2,315706	1,0056641	0,099	1,099	9.707	12.207

ANÁLISE DOS RESULTADOS

De L direi apenas que o valor achado corresponde a uma densidade um pouco superior à do distrito de Viana do Castelo actualmente e é inferior a metade das densidades de Lisboa ou Pôrto (*distritos*).

Da posição do ponto de inflexão (1950.5) se depreende que a posição da

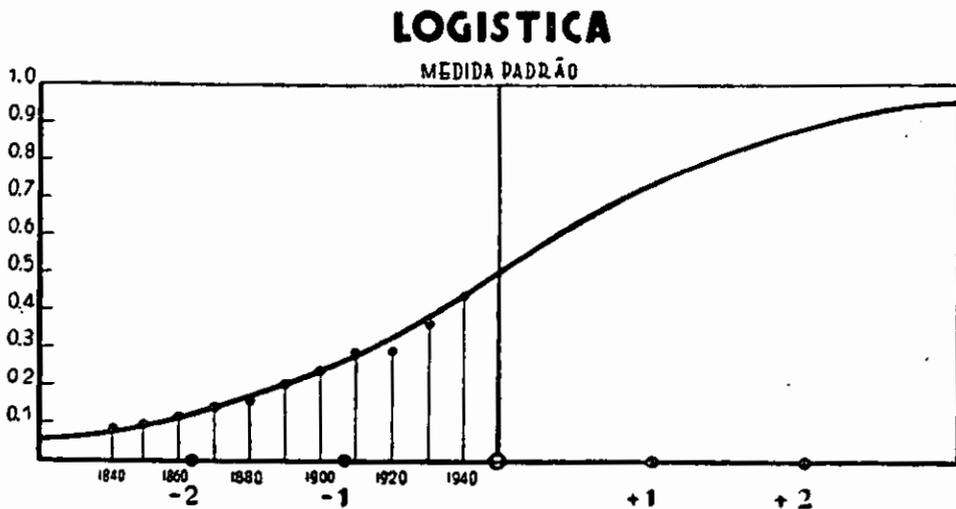


Fig. 2

época observada na logística é anterior ao ponto de inflexão, estando assim na parte inicial do ciclo.

Nota-se que os valores observados para 1920 e 1930 são inferiores à curva devendo isto atribuir-se à epidemia de 1918.

No que respeita ao valor $\alpha = 42,9$ anos ou intervalo padrão, a sua grandeza dá-nos uma idéia da velocidade com que o ciclo é percorrido, que será tanto maior quanto menor for α .

Representamos gráficamente a logística calculada (fig. 3) e a logística padrão (fig. 2) em que a origem é o ponto de inflexão, e a unidade de medida o intervalo padrão.

$$y = \frac{L}{1 + e^{-z}}$$

em que

$$z = \frac{t}{\alpha}$$

LOGÍSTICA

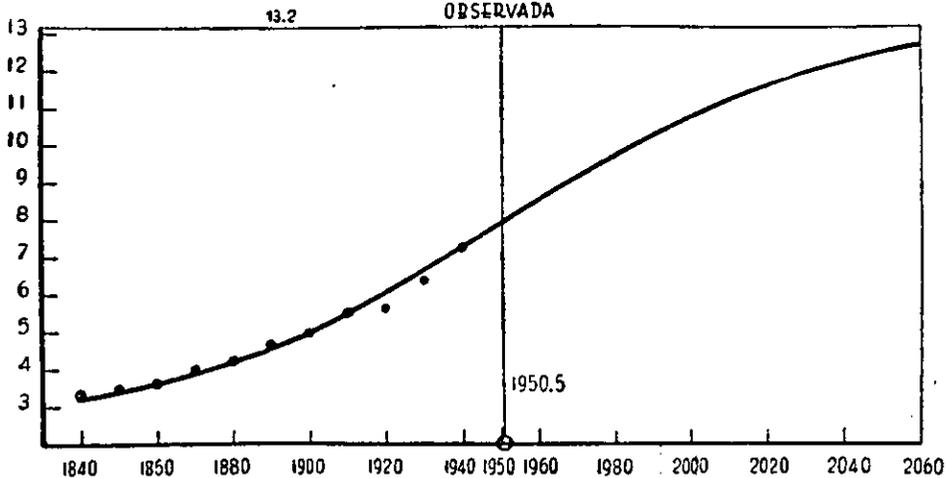


Fig. 3

O QUE PODEMOS DEPREENDER DA LOGÍSTICA

A curva achada, como qualquer outra que resulte de ajuste deve ser encarada da seguinte maneira:

Fizemos hipóteses iniciais, e determinamos a curva à custa de algumas observações; aquelas baseiam-se em raciocínios que suposemos lícitos e influenciaram o fenómeno que no seguimento observamos e pensamos continuem a influenciá-lo; no que respeita às observações encarámo-las como estando em cada valor obtido, marcada a tendência geral do fenómeno duma maneira que desconhecemos, tendência que resulta de vários factores de vária natureza, no caso presente, biológicas, sociais, económicas, políticas, etc.

Todos os factores que podem influenciar o fenómeno no período observado influenciaram-no de facto e, da sua influência conhecemos os resultados em conjunto. Quere dizer, os valores observados traduzem, ou encerram em si a influência e portanto a intensidade, dos factores determinativos manifestada em cada um dos valores observados, e a tendência para a evolução da intensidade é sentido desses factores, no conjunto dos valores observados.

Ao aplicar-se portanto um método estatístico ou matemático ao ajuste duma curva a um conjunto de observações, parece-me que, ao fazê-lo, embora usando um método que é perfeitamente indiferente à natureza do fenómeno (biológico, económico, etc.) nós estamos a dar conta da maneira como evoluem os factores que nêle actuam, e assim a previsão baseada numa curva ajustada não é tão temerária como podia depreender-se da ausência dum estudo que atenda aos factores determinativos; quando se conheçam êstes e o modo como actuam no fenómeno observado não faremos previsão, mas sim determinação, à ciência respectiva (biologia, etc.) caberá o trabalho, não à estatística.

Podemos assim utilizar a curva para previsão, apenas com o cuidado de acrescentar que supomos que o fenómeno continuará a ser influenciado pelos mesmos factores evoluindo da mesma maneira que a que se manifestou nas observações feitas. A falta de acôrdo de qualquer valor que posteriormente venha a observar-se, com o valor resultante da curva deve ser attribuído a qualquer facto estranho ou à influência de determinado factor, já existente, de maneira diferente da que as observações nos faziam prever; à ciência respectiva caberá o papel de o determinar.

Devemos notar que a escôlha da função a ajustar aos dados é feita à custa de hipóteses iniciais e estas têm em atençaõ a natureza do fenómeno e até onde fôr possível o seu conhecimento.

A logística pode assim ser usada para previsão da população desde que se façam a tal previsão as restricções que, como ficou dito, tem sempre lugar quando se faz o ajuste duma curva a dados de observação de um fenómeno influenciado por diversos factores.

RÉSUMÉ

ADAPTATION DE LA LOGISTIQUE À LA POPULATION PORTUGUAISE

On a été amené à la présente étude en cherchant à adapter une logistique à la population portugaise, en employant pour cela l'une des méthodes indiquées par Mr. Yule dans son article (The Growth of Population and the Factors which Control it), publié dans le «Journal of the Royal Statistical Society», de Janvier 1925.

Pour suivre cette méthode, il faut partir d'une population initiale a (valeur de l'asymptote inférieure de la logistique) dont l'auteur a vérifié qu'elle ne pouvait être égale à zéro; ce fait l'a amené à essayer de choisir une valeur de a en se basant sur un critère historique qui ne serait qu'une approximation, et, au cours de la discussion respective, il vit que la valeur de la population limite L était fortement influencée par de petites variations de la valeur de a , c'est ainsi qu'il fut amené à choisir L et non a , ayant utilisé, pour la détermination de L le critère de la densité de la population.

Ce procédé l'a amené à choisir pour a la valeur de 2.500.000, dont il est résulté, pour L , une valeur de 13.168.000, correspondant à la densité de 144 habitants par Kilomètre carré.

Dans la dernière partie on se livre à une rapide justification du choix de la logistique comme courbe de croissance de la population, et des conditions dans lesquelles elle peut être utilisée comme moyen de prévision.

BIBLIOGRAFIA



RESENHAS DE TRABALHOS NACIONAIS (1)

(Desde 1940) (2)

I—PROBLEMAS QUALITATIVOS DA POPULAÇÃO

OS GRUPOS SANGÜÍNIOS DOS PORTUGUESES (*Congresso do Mundo Português*), por EUGÉNIO TAMAGNINI (*Atlas, memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Nacional de Ciências da População*. Tômoo I, págs. 3 a 30. Lisboa, 1940).

Nesta conferência plenária do Congresso, o A. expõe os resultados a que chegou, sobre a pureza racial, dos portugueses, analisando 6.240 determinações de grupos sangüíneos, das séries do Instituto Antropológico de Coimbra e das de A. Seirós da Cunha, W. Teixeira, Salazar de Sousa e Pratas e Fraga.

O A. verificou que tanto as séries do Instituto Antropológico de Coimbra, como as outras, excluindo a de Pratas e Fraga, estão de acôrdo com a hipótese de Bernstein. A distribuição dos valores parametricos, *p*, *q*, e *r*. é heterógena mas, segundo os seus cálculos, essa heterógeneidade só pode ser atribuída à diferente distribuição do Gene *B*. Essa desigual distribuição talvez nos pudesse justificar a influência doutras raças, como querem alguns autores, mas nem na parte sul do País se verifica a maior percentagem dêsse grupo, como seria de esperar.

O pretendido mestiçamento, com Negros a partir da época dos descobrimentos, não se verifica na distribuição dos Grupos.

O A. compara os resultados com os obtidos em Espanha, Itália e Países Nórdicos, calculados por vários autores, e constata que há concordância global, ficando, portanto, os Portugueses bem enquadrados nas populações Europeias. Acrescenta algumas considerações sobre os grupos sangüíneos nas raças negras e nas populações mestiçadas, como, também, sobre o valor dos índices serológicos na classificação étnica, concluindo que, «apesar de certos desvairamentos, temos conseguido manter a pureza ética relativa da massa populacional».

(Acompanham o trabalho, quadros com a distribuição distrital e Provincial dos Grupos).

H. M.

(1) Colaboradores: H. M. (Hugo de Magalhães), A. A. G. (António de Almeida Garrett), A. A. (Alfredo de Athayde), A. G. (A. de Amorim Girão), M. L. (J. A. Maia de Loureiro). demográfico. Nos números seguintes, prosseguirá a inserção das resenhas, por ordem de antiguidade.

(2) Escolheu-se esta data por ser a das comemorações centenárias, das quais fêz parte o Congresso Nacional de Ciências da População, no qual foram apresentados trabalhos de grande interesse demográfico. Nos números seguintes, prosseguirá a inserção de resenhas, por ordem de antiguidade.

A PUREZA BIOQUÍMICA DO POVO PORTUGUÊS, por AYRES DE AZEVEDO. (Idem, idem; págs. 551 a 564).

Apreciando os valores dos diversos genes nas raças humanas, e acompanhando-os com os dados portugueses, conclui que é muito grande a pureza bioquímica da população de Portugal, que neste aspecto está colocada no mais alto lugar entre as raças de tipo europeu.

H. M.

GRUPOS SANGÜÍNIOS NOS PORTUGUESES DO NORTE, por ANTÓNIO FANZERES E ERNESTO DE MORAIS. (Idem, idem; págs. 605 a 625).

Considerações deduzidas de 4.534 classificações de grupos sangüíneos de portugueses continentais, dos quais 3.009 dizem respeito ao Norte de Portugal. Aos resultados de estas últimas acrescentam os obtidos por Scirós da Cunha, Waldemar Teixeira e Fraga e Pratas, e expõe os respectivos valores, discriminando-os por regiões e por sexos. Notas sobre a interpretação dos números analíticos e sobre a técnica das determinações, fecham esta exposição baseada numa série considerável de exames.

H. M.

ENSAIO SOBRE A DETERMINAÇÃO DOS TIPOS CONSTITUCIONAIS E DE FÓRMULAS ENDOCRÍNICAS NOS PORTUGUESES, por ALFREDO ATHAYDE. (Idem, idem; págs. 502 a 511).

Observações feitas em soldados aquartelados no Pôrto: 164 de tempos de reacção, 77 de tensão arterial e 52 de metabolismo basal. Distribuídos os indivíduos observados pelos tipos morfológicos de Sigaud, verificou: que, relativamente ao tempo de reacção, os musculares e os cerebrais apparecem mais lentos do que os respiratórios e digestivos; que os valores do metabolismo basal são mais altos nos musculares, seguindo-se-lhes os respiratórios, e depois os cerebrais e os digestivos; que o valor da tensão arterial excede a média nos musculares, aproxima-se de êste nos digestivos e cerebrais, e que os respiratórios são francamente hipotensos.

A. A. G.

O NORMÓTIPO DO HOMEM DA ZONA DE COIMBRA E O NORMÓTIPO DOS PORTUGUESES, por LUIZ A. DUARTE SANTOS. (Idem, idem; págs. 472 a 501).

Apresentam-se valores e medidas compostas, do sistema de Viola, relativamente a 375 homens da zona de Coimbra e a 400 de fora de esta zona. Os números encontrados mostram que o normótipo da região de Coimbra se aproxima muito do relativo ao país em conjunto, pelo que poderá ser generalizado, com a reserva de correções que estudos parciales venham a indicar.

A. A. G.

A MULHER PORTUGUESA DO NORTE, por LUIZ DE PINA. (Idem, idem; págs. 406 a 414).

Estudo baseado em observação antropolométrica, muito minuciosa, de 100 mulheres. Por êle se verifica que, na generalidade, a mulher portuguesa é: microbárica, mesocéfala, de estatura e busto regulares, envergadura excedente em cêrca de 2 cm. à estatura, macrotorácica (Livi), braqui-esquéllica (Ruggeri), leptoprosopa, hipsicéfala e leptorrínica.

A. A. G.

A MULHER PORTUGUESA E O SEU PAPEL BIO-SOCIOLÓGICO, por CARLOS TEIXEIRA. (Idem, idem; págs. 415 a 426).

Por estatísticas oficiais e de números exarados em trabalhos de diversos autores, confirma o predomínio dos nascimentos de varões sôbre os de fêmeas; e mostra: que é entre os 12 e 16 anos que em geral se estabelece a puberdade; que a idade em que o casamento é mais freqüente é a que vai dos 20 aos 29 anos; que o período de maior actividade procriadora é o que vai de Abril a Junho; e que o índice de fecundidade baixou de 143 para 113, valor êste ainda elevado.

A. A. G.

SÃO OS PORTUGUESES DOLICOCEFALOS?, por AMÉRICO PIRES DE LIMA E LEOPOLDINA F. PAULO. (Idem, idem; págs. 396 a 403).

Põe-se em dúvida a dolicocefalia dos portugueses, como carácter geral, por ser o diâmetro antero-posterior do crânio muito variável, por circunstâncias individuais, entre os quais o hábito de manter as crianças no bêrço em decúbito dorsal, o que achata o occipital.

A. A. G.

MORFOLOGIA DO ESTERNO, por J. A. SERRA. (Idem, idem; págs. 535 a 550).

Estudos de 140 esternos masculinos e 132 femininos. Os índices obtidos, além de confirmarem noções já estabelecidas, não mostram qualquer carácter racial.

A. A. G.

ALGUNS DIÂMETROS E PROPORÇÕES NO SACRO DOS PORTUGUESES, por ANTÓNIO DE QUEIROZ LOPES. (Idem, idem; págs. 565 a 576).

Do exame de 345 sacros, verificou que são mais freqüentes os de 5 vértebras (58,55%), que o índice segredo quási coincide com o encontrado por Verneau para os europeus, sendo maior do que nestes o estreitamento do ôsso e o seu índice de curvatura.

A. A. G.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA PIGMENTAÇÃO DOS PORTUGUESES, por LEOPOLDINA PAULO, (Idem, idem; págs. 444 a 452).

Em 870 observações de indivíduos do Algarve e 344 da Extremadura, verificou excessos do tipo moreno sobre o louro (respectivamente em 37,1 e 33,8 %) e elevada percentagem de olhos azuis (cerca de 18 %). Compara os dados colhidos com os fornecidos por vários autores, relativos a outras regiões do continente, e nota ser mais marcada do que supunha a incidência da coloração clara na população das duas províncias.

A. A. G.

COSTUMES ALIMENTARES DOS PORTUGUESES, por ANTÓNIO DE ALMEIDA GARRETT. (Idem, idem; págs. 340 a 346).

Poucos têm sido os trabalhos que se ocupam da alimentação dos portugueses. Para abordar este tema, o A. agrupou nos quatro seguintes tipos os grupos: 1.º) trabalhador agrícola; 2.º) trabalhador da cidade; 3.º) classe média; 4.º) gente rica, sem a intenção de tratar da suficiência ou insuficiência da alimentação dos portugueses. Verifica o A. que o trabalhador citadino tem uma alimentação muito mais variada que a do lavrador, e que embora haja equilíbrio na composição da ração o seu valor energético é alto para a maioria dos operários. Na classe média há um desequilíbrio de composição, por excesso de proteicos e observa-se um valor energético exagerado, o que aparece muito mais acentuado no grupo gente rica.

O A. preconiza que, para melhorar os costumes alimentares da maioria da população, devem ser educadas as classes mais cultas ou mais ricas, a principiar pelos médicos clínicos, pois que as classes de nível mais baixo de vida têm a tendência para imitar as que vivem com mais largueza.

A. A.

II — GEO-DEMOGRAFIA, MIGRAÇÕES, URBANISMO

ENSAIO SOBRE A GEOGRAFIA HUMANA NOS AÇORES, por ARMANDO NARCISO. (*Livro do I Congresso Açoreano*, Edição da «Casa dos Açores», Lisboa, 1940).

O A. passa em revista alguns aspectos das nossas ilhas açoreanas, mostrando como nelas se efectuou a transformação do meio geográfico pelo homem. O português da colonização destruiu o matagal, introduzindo novas espécies florestais e pecuárias, cultivando o solo, instalando-se nêle e dando origem a vários núcleos de povoamento.

Na localização das povoações mais importantes — quasi tôdas situadas à beira da água e voltadas ao sul — parece que se verifica a mesma tendência revelada no Continente; e na sua fisionomia e no seu traçado vêem ainda reflectir-se as características das povoações continentais. Nota-se a ausência de trajos regionais bem típicos, ou, melhor, o abandono dos antigos trajos regionais, e faz-se alusão a costumes agrícolas, pastoris e piscatórios.

Termina o opúsculo por uma referência à emigração activa, que outrora se dirigiu para o Brasil e hoje demanda sobretudo a América do Norte. E apontam-se as suas causas: crescimento fisiológico da população e impossibilidade de aumentar o espaço cultivado.

A. G.

O ENQUADRAMENTO GEO-ECONÓMICO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA ATRAVÉS DOS SÉCULOS, por EZEQUIEL DE CAMPOS. (Separata da revista *Ocidente*. Lisboa, 1943). Trabalho apresentado ao Congresso Nacional de Ciências da População. Pôrto, 1940.

O A. começa por focar a diversidade de condições naturais da terra portuguesa, e a maneira como nela evoluciona o povoamento, desde os tempos mais remotos, através do domínio romano, germânico e árabe.

Mostra como as sucessivas invasões e, mais tarde os descobrimentos e conquistas vieram prejudicar o arranjo conveniente do nosso quadro geo-económico, determinando o desequilíbrio que se estabeleceu na densidade da população e no aproveitamento agrícola do solo, entre as regiões portuguesas de Noroeste e de Leste e as regiões do Sul do Tejo.

Encarando as coisas no seu estado actual, passam-se em revista as condições do clima, do relêvo do solo, da constituição geológica dos terrenos, da povoação e da emigração, examinando depois as características dominantes de nossa vida económica. Faz-se referência à falta de combustíveis minerais e de várias matérias-primas, por um lado; e, por outro, ao *deficit* que se verifica na produção de alguns dos mais importantes géneros alimentares.

A população cresce de maneira bem apreciável e há que dar trabalho a um número cada vez maior de portugueses. Pela arborização do solo, pela erva semeada, pela água de rega e pela electricidade com tarifas apropriadas às suas várias aplicações, entende o A. que poderá assegurar-se, tanto na Metrópole como no Império Ultramarino, a cultura progressiva do solo e o desenvolvimento e criação de algumas indústrias novas, destinadas a suprir muitos artigos que precisamos de importar.

A. G.

IMPOSSIBILIDADE DE FIXAR NO SUL DO PAÍS O EXCESSO DEMOGRÁFICO DO NOROESTE PORTUGUÊS, por A. DE AMORIM GIRÃO. (*Congresso do Mundo Português*, Vol. XVIII: *Actas, memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Nacional de Ciências da População*, Tõmo II, págs. 672 a 681. Lisboa, 1940).

Dadas as relações existentes entre a densidade da população e a distribuição da chuva, procura-se mostrar que não é possível, mesmo à custa de grandes trabalhos de irrigação, canaizar para o Sul do País o excesso da nossa população nortenha.

Nunca a modificação do ambiente natural será tão profunda que venham a assinalar-se no Alentejo as densidades de população do Noroeste português; e a intensificação do revestimento florestal será ainda, talvez, o melhor e mais duradouro correctivo a aplicar na parte mais sêca e despovoada do nosso território continental.

A. G.

O CACHÃO DA VALEIRA E O REGIME ECONÓMICO-DEMOGRÁFICO DA REGIÃO DO DOURO, por JOSÉ JOAQUIM DA COSTA LIMA. (Idem, idem; págs. 827 a 834).

O A. mostra a importância que teve para o desenvolvimento da cultura da vinha e para o aumento da população na zona do Douro Superior a demolição do famoso *Cachão da Valeira* no tempo de D. Maria I (1780-1792).

Constituiu para essa época um arrojado empreendimento a destruição dos rochedos graníticos que ali estrangulavam o curso o rio, a cêrca de 150 quilómetros da sua foz, opondo um obstáculo invensível à navegação. E é interessante verificar como essa obra, levada a efeito à custa de penosos esforços, tão notavelmente veio influir na vida económica e no progresso demográfico regional.

A. G.

GEOGRAFIA DE PORTUGAL, por A. DE AMORIM GIRÃO. (*Portucalense Editora*, Pôrto, 1941).

No capítulo VIII desta obra (*Povoamento Humano*) estudam-se as origens e o desenvolvimento da população no território que veio a constituir o reino de Portugal, apresentando para êsse efeito as cartas pre-histórica e proto-histórica dos seus vestígios arqueológicos ou toponímicos.

Quanto ao desenvolvimento histórico, aproveitam-se os dados estatísticos contidos nas Inquirições de 1220 e 1258, no «Numeramento» de 1527, e no Censo de 1864 e Censos posteriores. Acompanham esta parte do estudo as cartas da densidade da população em 1890 e 1930; e, a côres, a da mesma densidade em 1940, à qual se sobrepõe, em papel transparente, um esbôço dos tipos de povoamento rural.

Merece especial referência a distribuição actual da população e faz-se uma breve reseña das suas características essenciais em relação com as influências da raça e do meio geográfico. As casas de habitação, os tipos de povoamento, os centros povoados e as aglomerações urbanas passam-se também em revista.

No capítulo IX (*Movimento da População*) trata-se especialmente do movimento fisiológico — natalidade e mortalidade — e das deslocações externas (emigração e colonização) e internas (urbanismo e migração temporária).

Ambos os capítulos trazem vários desenhos elucidativos e junta-se-lhes a respectiva bibliografia.

A. G.

III — MOVIMENTO FISIOLÓGICO DA POPULAÇÃO

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS DE PORTUGAL METROPOLITANO, por ANTÓNIO DE ALMEIDA GARRETT.
(Congresso do Mundo Português, Vol. XVII. *Actas, memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Nacional de Ciências da População*. Tôm. I, págs. 31 a 57. Lisboa, 1940).

Compilação das cifras estatísticas do movimento fisiológico da população do Continente, durante um século, com exame mais detido da sua evolução nos últimos decénios. De essa exposição concluiu:

1.^a — A gente portuguesa mostra uma pujante vitalidade, comprovada por uma alta quota natalícia (27,5 nados-vivos por cada 1.000 habitantes, no último quinquénio).

2.^a — Esse índice positivo está, porém, ameaçado de quebra rápida e sensível, porque nos últimos nove anos as taxas de natalidade tem baixado progressivamente, desde a casa dos 32 para a casa dos 26.

3.^a — Essa redução deve-se principalmente à baixa notável da natalidade nas cidades e à menor produtividade dos casais legítimos, sobretudo dos de residência citadina.

4.^a — No mesmo período, esboça-se tendência para menor nupcialidade; mas a influência desse factor sobre a diminuição do número relativo de nascimentos é ainda muito pequena.

5.^a — A não ser nos meios urbanos, é boa a estabilidade da família portuguesa; no conjunto nacional, comparada à de outros países, é regular, sem sinais de tendência para agravamento.

6.^a — A descida das quotas de natalidade legítima acompanha-se, mas em menor grau, da regressão das relativas à natalidade ilegítima.

7.^a — A este movimento regressivo corresponde subida das taxas de mortalidade, indicando que, além da restrição voluntária da procriação, principalmente da legítima, entra em jogo, na produção da quebra natalícia, a prática do abortamento.

8.^a — Estas tendências de valor negativo são muito mais acentuadas na população dos centros urbanos, e sobretudo em Lisboa; há grande perigo demográfico na sua futura extensão ao meio rural.

9.^a — Em parte, a baixa da natalidade é compensada pela melhoria das taxas de mortalidade, cada vez mais nítida, nos últimos quinze anos, em que desceram da casa dos 20 para a dos 16 óbitos por cada 1.000 habitantes. O benefício incidiu sobre a população urbana e rural e recaiu muito mais nas crianças do que nos adultos; tudo leva a crer que esta tendência positiva se acentue.

10.^a — O saldo dos nascimentos sobre os óbitos, junto à baixa da emigração nos últimos vinte anos, dá um progressivo aumento anual na população da metrópole, de cerca de 86 mil habitantes, no último decénio, o que eleva a densidade populacional a perto de 82 habitantes por quilómetro quadrado, contra a de 65 que era a de há trinta anos.

11.^a — A distribuição de gente por cidades, vilas e aldeias, mostra uma forte tendência à concentração urbana no território continental, esboçando-se uma situação de manifesto desequilíbrio.

12.^a — A população rural tem aumentado pouco nos últimos decénios, e os trabalha-

dores agrícolas não são hoje mais numerosos, em relação à população total, do que eram há trinta anos; sendo cada vez maior a aproximação para a suficiência da produção nacional de géneros alimentícios, há tendência para maior rendimento de cada trabalhador, que é outro sinal de vitalidade demológica.

13.^a — Nas ilhas adjacentes há superpopulação, manifestada por densidades populacionais muitíssimo superiores à do continente; o incremento da sua população, tão grande ou maior do que a da continental, obrigará a aumentar o exôdo anual, por emigração e contribuição colonizadora.

14.^a — A manutenção do nível geral de vida, apesar do progredimento da densidade populacional, prova que não é excessiva a actual quantidade de portugueses, na metrópole; para continuar a povoar o Brasil e a nacionalizar cada vez mais, povoando-o, o nosso império ultramarino, é necessário não deixar aumentar o movimento regressivo da natalidade, observado nos últimos anos.

15.^a — Se Portugal quere atingir essa altíssima finalidade nacionalista, tem de instaurar um sistema de política demográfica, baseado na efectiva defesa da família prolfica; a massa populacional não está, na sua maioria contaminada pelo mal social dos conceitos materialistas, mas será por êle invadida se lhe faltar, como até agora, uma sufficiente protecção material.

A. A. G.

POPULAÇÃO E IMPÉRIO, por AYRES DE AZEVEDO. (Idem, idem; págs. 61 a 75).

Considerações sôbre a necessidade de forte incremento populacional, para povoamento dos territórios do Império, devendo o Estado reprimir com severidade as doutrinas de fundo materialista e burguês.

A. A. G.

NATALIDADE E SELECÇÃO DA RAÇA, por J. A. M. DE LOUREIRO. (Idem, idem; págs. 124 a 139)

Considera as más consequências das taxas altas de mortalidade por certas doenças sôbre a saúde dos sobreviventes que sofreram de essas doenças, opinando que as elevadas quotas de morbidade e mortalidade correspondem a inferioridade do valor qualitativo da população.

Mais especialmente estuda as relações entre as taxas de natalidade e de mortalidade infantil, entre as quais se verifica uma estreita correlação; e a dependência existente entre a mortalidade das crianças de 1 a 4 anos e a das crianças com menos de 1 ano de idade. De êsse estudo conclui que as elevadas taxas de mortalidade infantil, longe de constituirem um factor de selecção, representam, no ponto de vista qualitativo, um processo de inferiorização da raça; entende, por isso, que não tem razão de ser as campanhas a favor da natalidade, sem a promoção das medidas de assistência e puericultura necessárias para atacar o problema da morbidade infantil.

A. A. G.

A MORTALIDADE NA POPULAÇÃO PORTUGUESA E SUAS PRINCIPAIS CAUSAS, por JOSÉ FIRMINO SANT'ANA. (Idem, idem; págs. 140 a 180).

Das indicações dadas pelas estatísticas oficiais, em vários períodos posteriores a 1901, deduz-se o seguinte:

A taxa da mortalidade global da população portuguesa, é uma das mais elevadas, ainda que com tendência para baixar; as nossas elevadas dízimas mortuárias, filiam-se em certa parte nas cifras não menos altas da natalidade. São-nos também muito desfavoráveis as taxas da mortalidade infantil no 1.º ano de vida. Em compensação, os nossos elevados índices de crescimento fisiológico conferem-nos o 7.º lugar, por ordem decrescente, de 1921 a 1930, e o 5.º lugar, de 1931 a 1935, nos cotejos internacionais. As taxas quinquenais da natalidade e da mortalidade portuguesa (à excepção da segunda no quinquénio de 1916 a 1920, por motivo da pandemia gripal), não acusam saltos bruscos nem grandes irregularidades, donde uma taxa de crescimento quinquenal à volta de 12,0 p. mil.

As principais causas da mortalidade da população portuguesa, sem distinção de idades, são a «diarreia e enterite», a «tuberculose» (tôdas as formas), e as «moléstias cardíacas», que se citam por ordem da sua frequência; a mortalidade global por estas três causas ascende a cerca de $\frac{1}{3}$ de tôda a mortalidade de causa conhecida ou apurada (térmo de relação que é adoptado, o que tira precisão às taxas das tabelas que acompanham o texto, visto ser variável, de período para período, a proporção de óbitos de causa desconhecida no total do obtuário).

Considerando em separado a mortalidade de causa conhecida, em diferentes grupos de idades, verifica-se que para as idades compreendidas entre 0 a 5 anos, as causas mais importantes são a «diarreia e enterite», a «debilidade congénita», e as afecções não específicas das vias respiratórias; para as que vão dos 5 aos 15 anos, a «tuberculose» (tôdas as formas), a «diarreia e enterite», e as «mortes violentas»; para o grande grupo dos 15 aos 65 anos, a «tuberculose», as «moléstias cardíacas» e as «pneumonias»; e dos 65 por diante, a «senilidade», as «moléstias cardíacas» e a «congestão e a hemorragia cerebral». Vê-se pois que, dos 5 aos 65 anos, é a tuberculose que domina sobre tôdas as outras causas de morte, seguindo-se-lhe em importância, mas agora dos 15 anos por diante, as moléstias cardíacas. Os tumores malignos, cuja importância aumenta constantemente, não vão ainda ao presente além do 5.º ou 4.º lugar, na escala mortuária por causas, dos 15 anos em diante; o aumento dos óbitos por tumores malignos é de cerca de $\frac{1}{3}$ para as idades acima dos 15 anos, sendo o incremento mais pronunciado para as idades de 15 a 65 anos de que para as superiores.

Do período de 1913 a 1930, para o de 1931 a 1935, aumentaram as quotas da tuberculose, das moléstias cardíacas e da congestão e hemorragia cerebral, mantendo-se a diarreia e enterite no seu nível anterior.

Nas duas cidades principais do país, é a tuberculose a causa de mortalidade actualmente mais em evidência; a diarreia e enterite, baixou em Lisboa do 2.º ao 4.º lugar, dum para o outro dos referidos períodos, e no Pôrto do 1.º para o 2.º lugar; por outro lado a mortalidade por moléstias cardíacas, subiu em Lisboa do 3.º ao 2.º lugar, e baixou no Pôrto do 3.º ao 4.º lugar. Por grupos de idades, o que mais se salienta, em Lisboa, é o aumento relativo, de 1913-30 para 1931-35, da mortalidade por tuberculose até aos 65 anos, da mortalidade por tumores malignos dos 65 anos em diante e a redução da rubrica da senilidade, dum para outro dos mesmos períodos; no Pôrto aumentou também a mortalidade

pela bacilose, e pelas moléstias cardíacas, dos 15 aos 65 anos, e, bem assim a dos tumores malignos dos 15 em diante, reduzindo-se, como em Lisboa, o óbituario por senilidade para além dos 65 anos.

Comparando os obituários das duas cidades, com o de todo o país, sem distinção de idades, verifica-se, para Lisboa, uma maior mortalidade por tumores malignos e pela tuberculose, e uma mortalidade relativamente menor por diarreia e enterite, e para o Pôrto, uma maior mortalidade, simultaneamente, pela tuberculose, pelos tumores malignos e pela diarreia e enterite.

As taxas de mortalidade por doenças, nos diversos distritos, assemelham-se geralmente às do todo o país, à parte quatro excepções, quanto à primazia da diarreia e enterite, de 1916 a 1925 (Coimbra, Horta, Bragança e Castelo Branco), e um igual número de excepções do mesmo género, de 1931 a 1935 (Coimbra, Viana do Castelo, Lisboa e Horta). Os distritos de maior mortalidade pela tuberculose pulmonar, foram, de 1916 a 1925, o Pôrto, Beja, Lisboa, Funchal e Santarém, e de 1931 a 1935, os de Lisboa, Pôrto, Aveiro, Beja e Faro. De 1931 a 1935, só o distrito de Lisboa inscreveu a tuberculose pulmonar em primeiro lugar, só dois (Coimbra e Viana do Castelo) tem as moléstias cardíacas como principal causa de morte, que apenas num (Horta) é representada pela senilidade o que já sucedera em 1916 a 1925; no distrito de Coimbra, foi de 1916 a 1925 a senilidade, e passou a ser, de 1931 a 1935, a patologia cardíaca.

A mortalidade diferencial por doenças, nos dois sexos, acusa em 10 anos (1913 a 1922) um excesso contra os varões, nas rubricas das mortes violentas, cirrose hepática, tuberculose pulmonar, debilidade congénita, pneumonia, diarreia e enterite (antes dos 2 anos); e um excesso contra as fêmeas, nas da senilidade, tumores malignos, coqueluche, moléstias cardíacas, e gripe. No capítulo da patologia infecciosa, os números brutos acusam, no mesmo período, um excesso de mortalidade masculina por tuberculose em geral, meningite, varíola, febres palustres, difteria e sarampo; e um excesso de mortalidade feminina por gripe, coqueluche e febre tifóide. A diferença por sexos, revela um moderado excesso da mortalidade infecciosa dos varões sobre as fêmeas, em toda a população do país.

A percentagem da mortalidade infecciosa, dentro da mortalidade geral, tem experimentado variações relativamente importantes, entre as quais avulta o excesso quinquenal de 1916 a 1920, causado pela gripe pandémica, e um desnível persistente, para mais, de 1926 para cá, atribuível em grande parte à elevação da taxa da mortalidade pela tuberculose, e em menor escala à inclusão da sífilis, entre as causas de morte desta categoria, a partir de 1927; tem diminuído a varíola e o sezonismo. A quota-parte da mortalidade infecciosa acusa em Lisboa e no Pôrto, um excesso de cerca de $\frac{1}{3}$, relativamente à de todo o país, atribuível principalmente à tuberculose. A escala das idades, põe em destaque um acúme da mortalidade infecciosa, relativa dos 5 aos 15 anos, a par de dois mínimos, um dos 65 anos por diante e outro no 1.º ano, condicionados pela importância que assumem as causas não específicas de morte, nos extremos da vida humana.

As espécies que mais avultam no conjunto da mortalidade infecciosa, em todo o país, são a tuberculose e a gripe, as quais chamaram a si, em 31 anos (1902 a 1933), respectivamente 42,7 e % e 16,3 % da mortalidade desta natureza; das restantes entidades da mesma categoria, excederam o limite de 5,0 % sobre a totalidade, a meningite não-epidémica, a varíola, a febre tifóide e o sarampo; os valores mínimos são dados pelo tifo exantemático, e pelas pestilências exóticas.

A. A. G.

VALOR COMPARADO DOS CRESCIMENTOS QUALITATIVO E QUANTITATIVO DE UMA POPULAÇÃO, POR ALMERINDO LESSA. (*Africa Médica*, VI, n.º 8, Agosto de 1940).

Comentários dos trabalhos de Conrado Gini e sua escola, principalmente dos relativos ao metabolismo social, estudado em grupos de professores e estudantes. No ponto de vista demográfico, nota-se a regra de menor crescimento natural das classes sociais superiores.

A. A. G.

IV — DEMOGRAFIA SANITARIA

FACTORES DEGENERATIVOS NA POPULAÇÃO PORTUGUESA E SEU COMBATE, POR A. A. MENDES CORREIA. (*Congresso do Mundo Português*, Vol. XVII; *Actas, memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Nacional de Ciências da População*. Tómo I, págs. 576 a 589. Lisboa, 1940).

Depois de discutir os conceitos de degenerescência apresentados por vários autores, o A. define-a como uma inferiorização crescente em relação ao tipo da espécie, quer no conjunto, quer apenas nalguns sectores, podendo afectar células, tecidos, órgãos, indivíduos e raças.

Entende que o capítulo das degenerescências psíquicas abrange em rigor só as oligofrénias sendo mais discutível a inclusão de outras psicoses e psicopatias. Nega a constância da correlação entre estígmata de degenerescência físicos e psíquicos e insurge-se contra a designação de degenerados superiores, pois quando há superioridade associada a sinais de degenerescência, a coexistência é casual, sem qualquer nexo de causa a efeito. No sentido mais lato a degenerescência engloba tôdas as manifestações de decadência em relação ao tipo da espécie e no seu termo está a capacidade, a esterilidade e a extinção da estirpe.

Procurando os índices de saúde da raça portuguesa o A. começa por mencionar os resultados pouco animadores dos apuramentos para serviço militar. Em seguida aponta a elevada mortalidade infantil, que todavia é contrabalançada por uma boa taxa de natalidade. Dentre as doenças, a tuberculose reveste o aspecto mais grave, com cêrca de 20.000 (?) óbitos por ano e 100.000 doentes por ano, com a característica ominosa de não estar só confinada às cidades. Considera que não se deve diminuir a importância atribuída ao alcoolismo e declara falhos de segurança os elementos estatísticos acêrca da frequência da alienação mental. Finalmente pronuncia-se contra o mestiçamento, se bem que êste não signifique em todos os casos um factor degenerativo.

Dêste bosquejo conclue que embora a situação de Portugal não se apresente mais grave que a de outros povos cultos, nem por isso se deve encarar com demasiada complacência. Como medidas de combate aos factores degenerativos cita a melhoria da alimentação e a difusão das medidas de higiene psíquica e moral, e do tratamento das doenças sociais, através das colectividades organizadas que existem no país.

M. L.

A extensa comunicação começa por um largo preâmbulo, dividido em parágrafos numerados de A a P cujo objectivo é definir conceitos tais como sejam: instituição, fome, assistência e sua razão de ser e acção social (têrmo que o A. prefere a outros). Como motor primeiro de tôda a acção social o A. encara o humanitarismo e a solidariedade, intervindo o Estado mais como coordenador que impulsionador.

Entre as categorias de indivíduos sôbre que deve incidir particularmente a acção social o A. menciona crianças, grávidas, velhos, alienados, doentes e desempregados, concluindo as 13 páginas do preâmbulo dizendo: «a acção social terá de ser sempre conduzida na maneira mais esclarecidamente preventiva e exercida sôbre o conhecimento de cada caso segundo procedimento de ordem escrupulosamente científica».

Entrando no assunto o A. começa por assinalar que rara será a modalidade de acção social que dispense a intervenção da medicina, pois é através da actuação da medicina preventiva, da salubridade, da medicina clínica, escolar, forense ou psiquiátrica, que se pode conseguir informações mais completas e objectivas àcêrca das reais necessidades de cada caso.

As instituições médicas chamadas a cooperar nesta acção social são: as organizações sanitárias, as de tratamento e internamento, as de indagação laboratorial, o serviço de enfermeiras visitadoras e os de assistência domiciliária.

As actividades de tôdas estas instituições devem ser animadas de «acurada expressão preventiva» e canalizar a cooperação que pode ser prestada pelas corporações administrativas, profissionais, culturais, recreativas, etc.

A ideologia que deve inspirar todo êsse conjunto de actividades, polarizando-o para um fim comum de acção social é a «divulgação de noções de higiene, de amor ao próximo e de sociologia rudimentar, que valham à segurança e alegria do indivíduo dentro do meio social».

Seguidamente o A. entra no pormenor das actividades de cada um dos serviços médicos que mencionou. No trabalho sanitário distingue actividades do serviço social, organizado, de saúde pública com três ramos essenciais: trabalho geral tendente a fazer cumprir em cada localidade os preceitos de sanidade; informação laboratorial e cultura doutrinal de técnica e de ética sanitária, tôdas devem fazer serviço social «graduado na proporção das possibilidades e conveniências e jungido à acção social que exista localmente». Do mesmo modo preconiza que as instituições médicas de tratamento e as de indagação laboratorial estabeleçam uma cooperação mais estreita com as de trabalho sanitário.

No que respeita a enfermeiras visitadoras e a assistência domiciliária aos doentes, reconhece que apesar da sua grande importância estão ainda em princípio.

Entra depois no pormenor do funcionamento do esquema no que respeita a responsabilidades das autarquias locais, câmaras municipais, juntas de freguesia, misericórdias, casas do povo, etc., figurando alguns exemplos. Ao Estado competiria além de manter o trabalho de Saúde Pública e orientar os esforços locais, a fundação e sustento de tôdas as instituições que excedessem os recursos regionais, e acudindo com subsídios para reforçar êstes quando insuficientes.

M. L.

UM EXEMPLO DE SANIDADE EM PORTUGAL, por FAUSTO LANDEIRO e JOAQUIM FACHA. (idem, idem; págs. 291 a 296).

Os AA. expõem a tentativa empreendida para realizar uma unidade sanitária que representasse para o nosso meio rural o exemplo de Sanidade criado nos Estados Unidos pela orientação imprimida pelo Dr. Mustard ao Departamento de Saúde do condado de Rutherford. Foi escolhida para a demonstração o concelho de Ponte de Sôr, de 15.000 habitantes, e que dispunha já dum posto anti-sezonático. A nova unidade sanitária compreende consultas de medicina preventiva (pré-natal, puericultura, pré-escolar e escolar) de doenças infecciosas incluindo o sezonismo, serviço de visitação domiciliária e de transporte de doentes em ambulância, laboratório e, finalmente, por aproveitamento do hospital local criou-se uma pequena maternidade. O pessoal da unidade compreende 1 médico, 2 visitadoras, 1 preparador-motorista e 1 auxiliar de laboratório, todos em regimen de «full-time». A comunicação incluye o sumário da actividade já exercida, e discute algumas dificuldades encontradas e a maneira como estão sendo resolvidas.

M. L.

NATALIDADE, MORTALIDADE E SELECÇÃO DA RAÇA, por J. A. M. LOUREIRO. (Idem, idem; págs. 124 a 136).

O A. começa por definir saúde no sentido mais lato e mostra que êste conceito envolve um problema de tal maneira complexo, que o sociólogo fará bem de limitar, para efeitos práticos, a sua definição de saúde colectiva, por um lado, à ausência ou raridade de doenças e anomalias flagrantes e, por outro lado, à capacidade de resistir a essas doenças e de não procriar indivíduos portadores de anomalias. Mostra que, apesar de claro, o conceito não pode ser expresso por cifras exactas e que, portanto, é preciso recorrer à solução indirecta que consiste em estudar a mortalidade por idades e por causas. Baseando-se neste critério o A. demonstra que uma suposta selecção dos mais aptos e mais robustos através da resistência a factores deletérios particularmente severos, sobretudo na idade infantil, é desmentida pela observação imparcial dos factos. Para muitas doenças o registo de cada óbito testemunha a existência de muitos sobreviventes afectados por elas (casos da varíola, sezonismo, tuberculose, sífilis, etc.) e, no caso da tuberculose, mostrou-se que uma grande difusão da doença corresponde a um menor grau de imunidade dos sobreviventes. Contesta finalmente que uma elevada mortalidade infantil represente uma selecção dos mais robustos, apoiando-se no estudo da correlação entre a mortalidade abaixo de 1 ano e de 1 a 4 anos durante 11 anos consecutivos numa cidade (Baltimore), que atravessava um período de melhoria das condições sanitárias.

Para terminar o A. menciona a curiosa correlação que existe entre natalidade e mortalidade infantil. Aproximando êste facto das conclusões da primeira parte do trabalho deduz que os exemplares mais perfeitos da raça humana se devem encontrar nos países de baixa natalidade. Isto não exclue o risco dêstes serem submergidos pela multidão de seres menos perfeitos mas mais numerosos, originados nos países prolificos.

M. L.

LEGISLAÇÃO

DECRETO-LEI N.º 33.274, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1943

Considerando que é evidente a vantagem de proporcionar aos estabelecimentos e centros de investigação científica a colheita e apuramento de elementos necessários ao estudo da sua especialidade, utilizando para esse fim, e sempre que seja possível, a organização e os meios de que dispõe o Instituto Nacional de Estatística;

Criação dos
Centros de
Estudo.

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Art. 1.º — Anexos ao Instituto Nacional de Estatística poderão ser criados centros de estudo especializados.

Art. 2.º — Aos centros de estudo compete:

1.º — Aproveitar em trabalhos de investigação sistemática os dados recolhidos pelo Instituto;

2.º — Assegurar a cooperação entre o Instituto e os centros universitários e estabelecimentos de investigação científica, nacionais e estrangeiros;

3.º — Propor ao Instituto tudo o que, para a prossecução dos trabalhos mencionados nos números anteriores, se lhes afigure conveniente em relação aos serviços àquêles confiados;

4.º — Organizar, com a colaboração do Instituto, inquéritos, pesquisas ou investigações especiais necessários à realização dos seus fins;

5.º — Realizar quaisquer outros estudos ou trabalhos de que sejam incumbidos pelo Governo;

6.º — Publicar os trabalhos realizados nos termos dos n.ºs 1.º e 2.º deste artigo, bem como outros de reconhecido interesse.

Art. 3.º — Os centros de estudo serão criados por portaria do Ministro das Finanças ouvido o da Educação Nacional, nela se definindo a sua constituição e regras especiais de funcionamento.

Art. 4.º — Os centros de estudo serão constituídos por individualidades de reconhecido relêvo e competência no campo de investigação que lhes fôr confiado e, de modo especial, por professores do ensino superior das especialidades respectivas, e dêles fará sempre parte o director do Instituto.

§ único. — Os centros de estudo poderão ter delegações universitárias, chefiadas pelos professores a que se refere o corpo dêste artigo.

Art. 5.º — O Instituto Nacional de Estatística prestará aos centros de estudo a colaboração que lhes seja necessária, quer pelo fornecimento de dados estatísticos ou bibliográficos, quer por apuramentos ou indagações estatísticas especiais que se mostrem convenientes, quer ainda pela cooperação técnica do serviço de estudos criado por êste decreto-lei.

Art. 6.º — É criados no Instituto Nacional de Estatística um serviço de estudos directamente subordinado ao seu director, o qual será constituído por técnicos estatísticos diplomados com curso superior em que se professem cadeiras de estatística ou matemática e pelo demais pessoal julgado indispensável.

§ 1.º — O recrutamento do pessoal do serviço de estudos será feito por contrato.

§ 2.º — O pagamento do mesmo pessoal será feito por força das verbas inscritas no orçamento para tal fim, não podendo o vencimento dos técnicos estatísticos ser superior ao de chefe de secção.

Art. 7.º — Para assegurar todo o expediente relativo aos centros de estudo, cuidar da administração das respectivas verbas, exarar as actas e coadjuvar o director do Instituto em tudo o que lhes diga respeito, é criado o lugar de secretário dos centros de estudo.

§ único. — O Secretário dos centros de estudo terá a categoria e o vencimento de chefe de repartição, sendo o respectivo lugar provido por livre escolha do Ministro das Finanças de entre os diplomados com curso superior.

Art. 8.º — São suprimidas as comissões técnicas a que se refere a base VIII da lei n.º 1.911, de 23 de Maio de 1935.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 24 de Novembro de 1943. — *António Oscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.*

*

PORTARIA N.º 10.619, DE 11 DE MARÇO DE 1944

Criação do
Centro de Es-
tudos Demo-
gráficos.

Tendo em atenção o disposto no art. 3.º do decreto-lei n.º 33.274, de 24 de Novembro de 1943;

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, o seguinte:

- 1) É criado, anexo ao Instituto Nacional de Estatística e nos termos do decreto-lei n.º 33.274, de Novembro de 1943, o Centro de Estudos Demográficos.
- 2) Ao Centro de Estudos Demográficos compete o estudo dos problemas da população, e nomeadamente os relativos à demografia, à hygiene e à vida social e económica.
- 3) São applicáveis ao Centro de Estudos Demográficos os preceitos consignados nos

n.º 2) a 10) da portaria n.º 10.600, de 14 de Fevereiro de 1944, que criou o Centro de Estudos Económicos.

Ministério das Finanças, 11 de Março de 1944. — O Ministro das Finanças, João Pinto da Costa Leite.

PORTARIA N.º 10.600, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1944

2) Além do director do Instituto Nacional de Estatística, serão membros do Centro de Estudos Económicos, mediante nomeação do Ministro das Finanças, individualidades de reconhecido relêvo que tenham demonstrado a sua competência no campo da ciência económica.

3) O Centro de Estudos Económicos poderá ainda ter colaboradores, que serão designados, por períodos de dois anos, pelo conselho orientador.

4) O Centro de Estudos Económicos terá um conselho orientador e uma direcção.

5) O conselho orientador, constituído pela totalidade dos membros do Centro, será presidido por um d'elles, nomeado pelo Ministro das Finanças, competindo-lhe:

1.º Escolher os colaboradores do Centro;

2.º Propôr ao Ministro das Finanças, quando seja necessário, a nomeação dos membros do Centro que tenham de fazer parte da direcção, devendo essa proposta conter, pelo menos, dois nomes por cada vaga a preencher;

3.º Definir a orientação geral da actividade do Centro e propor a constituição de delegações universitárias, que será feita por acôrdo entre os Ministros das Finanças e da Educação Nacional; estas delegações poderão ser centros de estudo já criados pelo Instituto para a Alta Cultura;

4.º Apreciar e julgar quaisquer trabalhos ou estudos propostos para publicação quando a direcção tenha dúvidas em admiti-los para tal fim;

5.º Distribuir entre os seus membros e colaboradores ou a individualidades estranhas a realização dos trabalhos que façam parte dos planos aprovados ou cujo empendimento seja da competência do Centro;

6.º Apreciar e decidir tudo o mais que interesse à actividade do Centro.

§ único. O conselho orientador reunirá, pelo menos, duas vezes por ano, podendo ter reuniões extraordinárias, que serão convocadas pelo presidente por iniciativa própria, por proposta da maioria dos seus membros ou a pedido do presidente da direcção.

6) A direcção, nomeada de dois em dois anos pelo Ministro das Finanças, será constituída por quatro membros do Centro e pelo director do Instituto Nacional de Estatística, que será o presidente.

7) A direcção reunirá, pelo menos, dez vezes por ano, competindo-lhe assegurar a realização dos planos de trabalho definidos pelo conselho orientador e a publicação da revista do Centro.

8) Ao presidente da direcção compete:

1.º Convocar as reuniões extraordinárias que julgue oportunas e pedir ao presidente do Centro a convocação de reuniões extraordinárias do conselho orientador;

2.º Assegurar a colaboração permanente entre o Centro e o Instituto Nacional de Estatística;

3.º Promover a execução das decisões do Centro que careçam da colaboração do Instituto;

4.º Dirigir toda a actividade administrativa do Centro.

9) Poderão ser remunerados, nos montantes a fixar pelo Ministro das Finanças, sob proposta do conselho orientador, os trabalhos de que sejam incumbidos quer os membros ou colaboradores do Centro, quer as pessoas a êle estranhas.

10) Os membros ou colaboradores do Centro que tenham de deslocar-se da sua residência habitual para assistirem às reuniões para que tenham sido convocados têm direito a ajudas de custo nos termos do decreto-lei n.º 33:528.

Nomeação dos
membros.

Por portaria de 27 de Março de 1944, foram nomeados membros do Centro de Estudos Demográficos os senhores:

— Doutor António de Almeida Garrett, que exercerá as funções de presidente do Conselho Orientador.

- Doutor Américo Pires de Lima.
- Dr. António de Almeida.
- Doutor António Augusto Estêves Mendes Correia.
- Dr. António Maria do Amaral Pyrrait.
- Doutor António Meliço Silvestre.
- Doutor Aristides de Amorim Girão.
- Padre Domingos Maurício Gomes dos Santos.
- Engenheiro-agrónomo Eduardo Augusto Vaz da Silva.
- Doutor Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação.
- Dr. Fausto Landeiro.
- Doutor João Avelar Maia de Loureiro.
- Dr. José Alberto de Faria.
- Engenheiro-agrónomo José Garcez Pereira Caldas.
- Dr. José Gonçalo da Costa Santa Rita.
- Doutor José Joaquim de Oliveira Guimarães.
- José da Silva Elvas.
- Doutor Luiz José de Pina Guimarães.
- Doutor Orlando da Cunha Ribeiro.
- Doutor Vítor Hugo Moreira Fontes.

Nomeação da
Direcção.

Por despacho ministerial de 19 de Abril de 1944, foram nomeados membros efectivos da Direcção do Centro de Estudos Demográficos os senhores:

- Doutor António Augusto Mendes Correia.
- Doutor Aristides de Amorim Girão.
- Padre Domingos Maurício Gomes dos Santos.
- Doutor João Avelar Maia de Loureiro,

sendo considerados suplentes para a substituição destes no seu impedimento ou ausência, os senhores:

- Doutor Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação.
- Doutor José Joaquim de Oliveira Guimarães.
- Doutor Américo Pires de Lima.
- Engenheiro-agrónomo Eduardo Augusto Vaz da Silva.

NOTAS E NOTÍCIAS

SÉSSÃO INAUGURAL DOS CENTROS DE ESTUDO

Em 17 de Abril de 1944 teve lugar, no Instituto Nacional de Estatística, a inauguração oficial dos Centros de Estudos Económicos e Demográficos, em sessão conjunta, a que se dignou presidir Sua Ex.^a o Ministro das Finanças, Prof. Doutor João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), com a assistência de Sua Ex.^a o Sub-Secretário da mesma pasta, Dr. Luiz Supico Pinto.

Em seguida ao discurso com que Sua Ex.^a o Ministro abriu a sessão (integralmente reproduzido a páginas 9), usou da palavra o Sr. Engenheiro Casimiro António Chambica da Fonseca, em representação do Instituto Nacional de Estatística, que disse:

«Falava em nome do Director do Instituto Nacional de Estatística, impossibilitado de comparecer, por motivo de doença, começando por saudar os membros dos Centros de Estudo, manifestando em seguida a satisfação dos que trabalham no Instituto por poderem dar início a uma nova actividade que se lhe afigura corresponder à segunda fase da vida d'êste organismo, prevista quando da sua criação e que, de há muito, vem sendo preparada.

De facto, embora se não mencionassem os Centros de Estudo, já na proposta de lei apresentada pelo Governo à Assembléa Nacional, e por esta aprovada em 1935, se previa a organização de um «serviço de observação económica» que só podia ser levada a efeito quando os serviços do Instituto estivessem devidamente preparados para tal.

Como a utilidade dos serviços estatísticos pode apenas ser verificada quando êstes atinjam um grau de funcionamento regular, só agora se considerou estar o Instituto nas condições exigidas. É de notar a actualização, passados dez anos de existência, das bases legais que deram vida à sua organização, prova da acertada escôlha d'êsses princípios reguladores, tais como centralização, autoridade, segredo e autonomia, alguns dos quais só mais tarde foram inteiramente estabelecidos noutros países da Europa, quando já se encontravam, ou em estado de guerra ou nas circunstâncias anormais por ela criadas.

Como em tôda a parte, êstes Centros de Estudo têm estreita ligação com os serviços de Estatística, que ficarão à disposição dos membros dos Centros, a quem será prestado todo o auxílio pelos técnicos estatísticos.

Assim melhorarão, certamente, por indicações que lhes serão feitas pelos Centros de Estudo, os serviços do Instituto, que deverá dar uma nova feição ao seu funcionamento, no sentido de conservar os seus moldes burocráticos apenas para a sua organização administrativa. Menciona as modificações que o Instituto se propõe realizar, com o fim de desenvolver os seus serviços no que diz respeito a notações, à forma de efectivar a obrigatoriedade da prestação de declarações e ao melhor aproveitamento do pessoal do quadro do Instituto.

Termina agradecendo a Suas Excelências o Ministro e Sub-Secretário de Estado das Finanças, em nome do Director, o interesse sempre manifestado por Suas Excelências e as facilidades concedidas para o bom desempenho dos serviços do Instituto e prometendo aos membros dos Centros de Estudo, que tudo se fará para não desmerecer a honra de com êles colaborar nos trabalhos empreendidos».

SESSÕES DO CONSELHO ORIENTADOR

Assunto tratado na *Sessão de 17 de Abril de 1944*:

Elaboração da lista dos membros da Direcção do Centro de Estudos Demográficos a propor a S. Ex.^a o Ministro das Finanças.

o

SESSÕES DA DIRECÇÃO

Assuntos tratados na *Sessão de 27 de Outubro de 1944*:

1) Fixação dos assuntos de maior urgência a tratar e designação dos membros dêste Centro de Estudos a quem ficariam confiados; 2) Forma de dar realização ao estudo de determinado problema de interêsse nacional de que o Govêrno incumbiu os Centros de Estudo; 3) Organização da Revista.

o

Assuntos tratados na *Sessão de 29 de Novembro de 1944*:

1) Classificação por grupos dos problemas que interessam à Demografia e designação dos membros da Direcção dêste Centro de Estudos que deverão ficar à frente de cada um dos mesmos grupos; 2) Continuação dos trabalhos de organização da Revista.

o

Assunto tratado na *Sessão de 2 de Março de 1945*:

Organização do 1.^o número da Revista.

o

Assuntos tratados na *Sessão de 15 de Junho de 1945*:

1) Organização do 1.^o número da Revista; 2) Organização do 2.^o número da Revista; 3) Convite a um dos membros do Centro para tratar de um dos problemas de cujo estudo foram os centros incumbidos pelo Govêrno.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS SÔBRE DEMOGRAFIA

ESTADO DA POPULAÇÃO

- *População. Censo no 1.º de Janeiro de 1864* (1 volume).
- *População. Censo no 1.º de Janeiro de 1878* (1 volume).
- *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890* (3 volumes).
- *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900* (4 volumes).
- *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911* (4 volumes).
- *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920* (2 volumes).
- *Censo Extraordinário da População das cidades de Lisboa e Pôrto, em 1 de Dezembro de 1925* (1 volume).
- *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930* (4 volumes e 1 folheto).
- *VIII Recenseamento Geral da População, em 12 de Dezembro de 1940:*
 - Resultados Prouáveis* (1 folheto).
 - Resultados Provisórios* (1 folheto).
 - Distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Pôrto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real* (17 volumes).

MOVIMENTO DA POPULAÇÃO

- *Movimento da População. Estado Civil. Emigração: — Anos de 1887, 1888, 1889, 1890, 1891-1892-1893 e 1894-1895-1896* (6 volumes).
- *Emigração Portuguesa: — Anos de 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911 e 1912* (12 volumes).
- *Movimento da População. — Resumo:*
 - Anos de 1907 a 1911 (1 folheto).
 - Anos de 1908 a 1912 (1 folheto).
- *Estatística Demográfica. Movimento da População: — Anos de 1909-1913, 1910-1914, 1911-1915, 1912-1916, 1913-1917, 1914-1918, 1915-1919, 1916-1920 e 1917-1921* (9 volumes).
- *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal: — Anos de 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924 e 1925* (13 volumes).
- *Anuário Demográfico (Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal): — Anos de 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939 e 1940* (12 volumes).
- *Anuário Demográfico (Estatística do Movimento da População de Portugal): — Anos de 1941, 1942 e 1943* (3 volumes).

COMP. E IMP. NA TIPOGRAFIA DA
EMPRESA NACIONAL DE PUBLICIDADE,
T. DO POÇO DA CIDADE, 26 - LISBOA

